



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

NAYANE VIALE VARGAS

**ENTRE PROMESSAS E REALIDADE?
AÇÕES INSTITUCIONALIZADAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO
PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE BENTO RODRIGUES E PARACATU
DE BAIXO APÓS O DESASTRE AMBIENTAL EM 2015**

VITÓRIA
2021

NAYANE VIALE VARGAS

**ENTRE PROMESSAS E REALIDADE?
AÇÕES INSTITUCIONALIZADAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO
PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE BENTO RODRIGUES E PARACATU
DE BAIXO APÓS O DESASTRE AMBIENTAL EM 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Memória, Representação e Informação.

Orientadora: Professora Dra. Rosa da Penha Ferreira da Costa.

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

V297e Vargas, Nayane Viale, 1992-
Entre promessas e realidade? : Ações institucionalizadas de preservação da memória e do patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo após o desastre ambiental em 2015 / Nayane Viale Vargas. - 2021.
171 f. : il.

Orientadora: Rosa da Penha Ferreira da Costa.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Memória. 2. Patrimônio cultural. 3. Desastres ambientais. I. Costa, Rosa da Penha Ferreira da. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 001

NAYANE VIALE VARGAS

**ENTRE PROMESSAS E REALIDADE?
AÇÕES INSTITUCIONALIZADAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO
PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE BENTO RODRIGUES E PARACATU
DE BAIXO APÓS O DESASTRE AMBIENTAL EM 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa 2: memória, representação e uso da informação.

Aprovada em 30 de setembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rosa da Penha Ferreira da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Maira Cristina Grigoletto
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora Interna


Prof.ª Dr.ª Georgete Medleg Rodrigues
Universidade de Brasília
Examinadora Externa

Prof. Dr. Aparecido José Cirillo
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador Externo


Prof.ª Dr.ª Eliane Braga de Oliveira
Universidade de Brasília
Examinadora Externa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MAIRA CRISTINA GRIGOLETO - MATRÍCULA 2110597
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Em 14/10/2021 às 18:21

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/288051?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ROSA DA PENHA FERREIRA DA COSTA - MATRÍCULA 1456700
Presidente - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Em 08/10/2021 às 18:19

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/284890?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
APARECIDO JOSE CIRILO - SIAPE 1172717
Departamento de Artes Visuais - DAV/CAr
Em 18/10/2021 às 14:00

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/290081?tipoArquivo=O>

Dedico aos meus pais,
exemplo de generosidade e afeto,
e a todos que contribuíram direta ou indiretamente
em minha formação acadêmica e profissional.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer à Deus por ter me dado sabedoria para enfrentar as adversidades que me deparei nessa trajetória.

À minha família, meu pai Sérgio, minha mãe Marineia e minha irmã Nayara, por me apoiarem incondicionalmente em todos os momentos, como também acreditado no meu potencial. Amo muito todos vocês!

À minha orientadora e professora Rosa da Penha Ferreira da Costa por ter me acolhido e estimulado a buscar sempre mais aprendizados. Por todo o tempo empregado comigo em leituras, conversas, orientações, me direcionando com muita sabedoria e assim colaborando muitíssimo para a concretização dessa pesquisa.

Agradeço, em especial, a professora Soraya Gama de Ataíde Prescholdt, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, pela oportunidade de participar da Iniciação Científica com a temática Meio Ambiente que contribuiu grandemente para o meu projeto de pesquisa de mestrado.

À minha amiga Renata Silva Souza pelo carinho, incentivo e apoio em todos os momentos. Obrigada por sempre acreditar e estar ao meu lado!

A todos/as os/as professores/as do curso de Arquivologia e do Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo que contribuíram de forma valiosa para a solidificação e meu amadurecimento acadêmico, ministrando disciplinas que foram de extrema importância para o desenvolvimento desse estudo. Meu muito obrigado!

Ao Núcleo de Estudos do Trabalho da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo que me proporcionou um espaço de aprendizado e debates. O meu muito obrigado a todas e todos pela ótima convivência compartilhada ao longo dos encontros e estudos no NET-UFES.

Por fim, dedico igualmente os meus sinceros agradecimentos a todos que me fizeram crescer e amadurecer ao longo desse processo!

RESUMO

Os impactos em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo com o rompimento da barragem de Fundão foram diversos, comprometendo o patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e cultural da região de Mariana, Minas Gerais (MG), que abriga, até hoje, riquezas dos tempos do Brasil-colônia ligadas à religiosidade e à produção de ouro. Essa pesquisa investiga, à luz do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, os relatórios do Programa 12 da Fundação Renova que discorrem sobre as ações executadas de preservação da memória e do patrimônio cultural material dos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo após o rompimento da barragem de Fundão (MG) no período de 2016 a 2019. Os recursos metodológicos conjugam uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, pautada pelas categorias: patrimônio, preservação, identidade, lugar de memória e memória no contexto da Ciência da Informação. O rompimento da barragem de Fundão causou diversos impactos no patrimônio cultural de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, lugares que congregavam uma rica história do período colonial brasileiro. Assim, garantir a preservação da história e a memória do patrimônio cultural material destes subdistritos possibilita restabelecer os laços afetivos e de identidade de um grupo. Os resultados obtidos mostraram elaboração parcial de projetos, inventários, processo de desinfecção de fungos e bactérias, restauração em peças sacras, oficinas e capacitações com fraca participação das comunidades de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, além de sugerir que a raiz de alguns problemas acerca do patrimônio cultural material atingidos pela lama da barragem nos subdistritos pesquisados se encontram no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, ao configurar-se um documento subjetivo em seu teor, limitando-se a apontar caminhos concretos para a reparação dos danos.

Palavras-chave: Barragem de Fundão. Bento Rodrigues. Fundação Renova. Memória. Paracatu de Baixo. Patrimônio Cultural Material. Preservação.

ABSTRACT

The impacts on Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo with the collapse of the Fundão dam were diverse, compromising the historical, architectural, artistic and cultural heritage of the Mariana region, Minas Gerais (MG), which is still home to riches from the times of Brazil-colony linked to religiosity and gold production. This research investigates, in the light of the Term of Transaction and Adjustment of Conduct, the reports of Program 12 of the Renova Foundation that discuss the actions taken to preserve the memory and material cultural heritage of the sub-districts of Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo after the breakup. Of the Fundão dam (MG) in the period from 2016 to 2019. The methodological resources combine a bibliographic and documentary research, with a qualitative approach, guided by the categories: heritage, preservation, identity, place of memory and memory in the context of Information Science. The collapse of the Fundão dam caused several impacts on the cultural heritage of Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo, places that brought together a rich history of the Brazilian colonial period. Thus, guaranteeing the preservation of the history and memory of the material cultural heritage of these sub-districts makes it possible to re-establish the affective and identity ties of a group. The results obtained showed partial elaboration of projects, inventories, fungus and bacteria disinfection process, restoration in sacred pieces, workshops and training with weak participation of the communities of Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo, besides suggesting that the root of some problems about the material cultural heritage affected by the mud from the dam in the sub-districts surveyed are found in the Term of Transaction and Adjustment of Conduct, by configuring a subjective document in its content, limited to pointing out concrete ways to repair the damage.

Keywords: Barragem de Fundão. Bento Rodrigues. Fundação Renova. Memory. Paracatu de Baixo. Material Cultural Heritage. Preservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Região afetada pelo rompimento da barragem de Fundão	76
Figura 2	– Mapa morfológico da região de Bento Rodrigues após o desastre ambiental.....	77
Figura 3	– Paisagem do Rio Gualaxo do Norte após o desastre ambiental em Paracatu de Baixo	78
Figura 4	– Trajeto percorrido pela lama da barragem de Fundão	79
Figura 5	– Igreja de São Bento, em Bento Rodrigues	88
Figura 6	– Interior da nave da Igreja de São Bento, em Bento Rodrigues	88
Figura 7	– Igreja de Nossa Senhora das Mercês antes do rompimento da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues	90
Figura 8	– Igreja de Nossa Senhora das Mercês após o rompimento da barragem	90
Figura 9	– Povoado de Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem de Fundão	91
Figura 10	– Visão panorama do povoado de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem.....	92
Figura 11	– Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão.....	92
Figura 12	– Cronologia do subdistrito de Bento Rodrigues	93
Figura 13	– Igreja de Santo Antônio antes do rompimento da barragem de Fundão, em Paracatu de Baixo	94
Figura 14	– Igreja de Santo Antônio após o rompimento da barragem de Fundão, em Paracatu de Baixo	95
Figura 15	– Câmaras Técnicas e seus respectivos programas.....	97
Figura 16	– Peças da Capela de São Bento encontradas após o rompimento da barragem.....	113
Figura 17	– Casa dos Saberes, em Mariana	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema conceitual do Patrimônio Material e Imaterial.....	37
Quadro 2 – Diferenças entre Preservação, Conservação e Restauração.....	58
Quadro 3 – Ações do Programa 12 executadas em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo pela Fundação Renova e previstas no TTAC.....	104
Quadro 4 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019	160

LISTA DE SIGLAS

AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídricos
ANA	Agência Nacional de Águas
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAOMA	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente
CFB	Constituição Federal Brasileira
CI	Ciência da Informação
CIF	Comitê Interfederativo
COVID-19	Doença do Coronavírus
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ES	Espírito Santo
FEAM	Fundação Estadual de Meio Ambiente
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IDAF	Instituto De Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEMA	Instituto Estadual De Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IEPHA-MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão De Águas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MG	Minas Gerais
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
OMS	Organização Mundial da Saúde
PMM	Prefeitura Municipal de Mariana

PPGPC-UFSM	Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SARS-CoV-2	Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave
SECMG	Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PERCURSO METODOLÓGICO	25
2.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	28
2.1.1	Quanto à abordagem	28
2.1.2	Quanto aos objetivos da pesquisa.....	28
2.2	TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DOS DADOS.....	29
2.2.1	Primeiro momento	29
2.2.2	Segundo momento	30
2.2.3	Procedimento adotado para a análise dos dados qualitativos.....	31
3	REVISÃO DE LITERATURA	33
3.1	O PATRIMÔNIO CULTURAL	33
3.1.1	Institucionalização do Patrimônio Cultural Brasileiro.....	38
3.1.2	Patrimônio Cultural: Memória e Lugar de Memória	46
3.1.3	O Patrimônio Cultural e a sua Preservação	56
3.2	INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	64
3.2.1	Sociedade da Informação	67
4	CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE AÇÃO	69
4.1	O DIA FATÍDICO, O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA REGIÃO DE MARIANA.....	69
4.2	MARIANA E SEUS SUBDISTRITOS: BENTO RODRIGUES E PARACATU DE BAIXO ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO	82
4.2.1	Bento Rodrigues	84
4.2.2	Paracatu de Baixo.....	93
4.3	ORGÃOS, ENTIDADES E DOCUMENTOS INSTITUCIONALIZADOS	96
5	RESULTADOS DAS AÇÕES INSTITUCIONALIZADAS PELA FUNDAÇÃO RENOVA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE BENTO RODRIGUES E PARACATU DE BAIXO	101
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	111
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
	REFERÊNCIAS	135

APÊNDICE A - AÇÕES DO PROGRAMA 12 (PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA, CULTURAL E ARTÍSTICA) EXECUTADAS PELA FUNDAÇÃO RENOVA NAS REGIÕES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO . 160

1 INTRODUÇÃO

Segundo Lodolini (1990) desde os primórdios o homem lida com a necessidade de preservar e registrar suas atividades, pois “[...] a memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória” (LODOLINI, 1990, p. 157).

Desse modo, a preservação de uma região que congrega um rico patrimônio cultural que se cruza com a história do Brasil não deve cair no esquecimento, pois estes lugares de memória são indicadores materiais da memória coletiva de um grupo, fundamentando e reforçando os sentimentos de pertencimento e coesão social (POLLAK, 1989). Esses lugares criam situações que articulam um sentimento de pertencimento e são formados para “[...] servir de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva” (SILVEIRA, 2007, p. 44).

O patrimônio cultural exerce, assim, uma função social e simbólica, mediando as relações entre o passado, o presente e o futuro de um grupo, enquanto sua função informacional dissemina a memória individual e coletiva deste povo por meio de seus bens culturais.

Preservar o patrimônio cultural brasileiro representa um legado às gerações futuras, pois é uma forma de manter viva a história e o desenvolvimento de um povo, de sua cultura e arquitetura, seus costumes e crenças. Cada indivíduo é parte de um todo e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras o conhecimento. Em vista disso, a preservação do patrimônio cultural brasileiro “[...] torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural” (ROCHA, 2012, p. 2). Por isso, neste estudo, delimitamos a região de Mariana, situada em Minas Gerais (MG), especificamente, os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo atingidos pela lama ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015.

A escolha se deu por estes dois subdistritos pertencerem à divisão administrativa do município de Mariana (MG), local de valor histórico, arquitetônico, artístico e cultural, primordiais para a nossa rica, secular e valiosa história. Também foram os primeiros

subdistritos atingidos pela violenta onda de lama, resultante do rompimento da barragem de Fundão, que gerou impactos severos no patrimônio cultural e material destes subdistritos. Além disso, a região territorial de Mariana é considerada um dos municípios mais importantes do Circuito do Ouro e parte integrante da Trilha dos Inconfidentes e do Circuito da Estrada Real (CAMARGO, 2018).

O rompimento da barragem de Fundão causou um dos maiores desastres socioambientais (LOPES, 2016), porquê servia de depósito dos resíduos gerados durante o processo de mineração de ferro por parte da empresa Samarco Mineração S.A, no município de Mariana (MG).

Observa-se que o rompimento da barragem de Fundão despejou um volume total de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério no meio ambiente, resultando na morte de 19 pessoas e impactando duramente na vida de várias comunidades que viviam no entorno do Rio Doce, percorrendo 230 municípios de Minas Gerais e do estado do Espírito Santo, até chegar ao Oceano Atlântico (XAVIER; VIEIRA, 2016). Desde o rompimento da referida barragem:

[...] o enredo que se desdobra no Vale do Rio Doce coloca de um lado a empresa e suas controladoras, que contam com o apoio e incentivos do Estado nos territórios onde se instalam; e de outro todo um conjunto de coletividades que possuía seus modos de vida e trabalho atrelados à convivência do Rio Doce (LEONARDO *et al.*, 2017, p. 30).

Esse desastre atingiu “[...] mais de um milhão de pessoas, entre trabalhadores rurais, pescadores, garimpeiros, comerciantes, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia” (SILVA, 2017, p. 21), e os impactos se deram de diversas formas nas localidades atingidas pela lama. Além das perdas humanas, Silva (2017) menciona a destruição das atividades pesqueira e turística e de monumentos históricos do período colonial da região de Mariana atingidos pelos rejeitos de minério da Samarco. Esse patrimônio cultural, que no passado foi palco de relevantes movimentos históricos, políticos e sociais da região mineira, foi abruptamente dizimado por um rio de lama.

Após o desastre, com a necessidade de reparar e recuperar os danos causados, o Estado, por meio dos órgãos e entidades da União, e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, criou um Comitê Interfederativo (CIF) para viabilizar ações, medidas e programas, tal como delimitado pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e pelas tratativas com a Fundação Renova.

O Comitê Interfederativo é presidido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e composto por representantes da União, dos governos estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios impactados, das pessoas atingidas, da Defensoria Pública e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Sua função é de “[...] orientar e validar os atos da Fundação Renova, instituída pela Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos resultantes da tragédia” (IBAMA, 2016, p. 1).

A entidade responsável por gerir e executar as medidas de recuperação dos danos resultantes do rompimento da barragem de Fundão na região de Mariana é a Fundação Renova, designada como resultado de um compromisso jurídico firmado em março de 2016 na forma do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).

O TTAC define o escopo de atuação da Fundação Renova, contendo em seu texto programas que se desdobram em projetos a serem executados na área impactada ao longo do Rio Doce e seus afluentes. Os Programas se dividem em duas áreas, Socioeconômicos e Socioambientais, que compreendem “[...] medidas e ações com o objetivo de recuperar, mitigar, remediar e/ou reparar, incluindo indenizações, impactos advindos do EVENTO¹, tendo como referência a SITUAÇÃO ANTERIOR” (IBAMA, 2016, p. 14).

A reparação do patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, atingidos pela barragem de Fundão, está prevista no Capítulo Segundo do Programa Socioeconômico, na Subseção III: Educação, Cultura e Lazer, item 3.2: Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística, nas Cláusulas 95 a 100 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (IBAMA, 2016, p. 53-55), como se observa na previsão legal:

A FUNDAÇÃO deverá elaborar programa para recuperar bens culturais de natureza material e preservar patrimônio cultural das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira atingidas pelo EVENTO, desde que os bens sejam de valor histórico, arqueológico, artístico, inventariados e/ou tombados pelo IPHAN e/ou IEPHA atingidos pelo EVENTO (IBAMA, 2016, p. 53).

¹ Evento é o termo utilizado no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) para definir “[...] o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à SAMARCO, localizada no complexo minerário de Germano, em Mariana/MG, ocorrido em 5 de novembro de 2015” (TTAC, 2016, p. 7).

A partir do aporte teórico que compõe esta pesquisa, este estudo pretende suprir parcialmente a lacuna sobre o tema, conceituando patrimônio cultural, memória, identidade e preservação no âmbito da Ciência da Informação, bem como visa explorar a questão do patrimônio cultural e material e os aspectos históricos e geográficos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo antes do rompimento da barragem de Fundão.

Assim, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: As diretrizes contidas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta e as ações executadas até 2019 pela Fundação Renova para a preservação do patrimônio cultural material asseguram a preservação da memória de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo?

Este problema de pesquisa decorreu do fato da primeira região a ser atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, controlada pela empresa Samarco Mineração S.A, ter sido o subdistrito de Bento Rodrigues, e, em seguida, Paracatu de Baixo, ambos situados na região de Mariana, conhecida pelo seu patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e cultural que abrigam até hoje riquezas dos tempos do Brasil-colônia ligadas à religiosidade e à produção de ouro.

O desenvolvimento econômico da região de Mariana (MG) concentra-se em atividades agropecuárias, exploração de minério de ferro, artesanato e turismo. Este último um dos principais, por pertencer a um conjunto de cidades históricas de Minas Gerais, tendo ligação direta com a Trilha dos Inconfidentes e o Circuito Estrada Real, tombada como Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1945 (IPHAN, 2014a).

As regiões de Mariana, Bento Rodrigues (subdistrito de Santa Rita Durão) e Paracatu de Baixo (subdistrito de Monsenhor Horta), atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão na tarde de 5 de novembro de 2015, são o foco desta pesquisa. Bento Rodrigues, é um subdistrito conhecido pela arquitetura colonial de suas igrejas, e por fazer parte da rota turística “Estrada Real”, que outrora serviu de caminho oficial para o transporte de mercadorias, escravos, ouro e diamantes em direção aos portos do Rio de Janeiro (NÓBREGA; JULIANELLI, 2017).

Além disso, Bento Rodrigues também é conhecido pela sua participação na religiosidade nacional, tendo como exemplo disso a Nossa Senhora das Mercês e a de São Bento do século XVIII. Sua atividade econômica principal era a mineração e

agricultura familiar e de subsistência. Por sua vez, Paracatu de Baixo, apresentava uma população extremamente rural, com atividades econômicas baseadas na lavoura, produção leiteira e a criação de aves. O pequeno subdistrito possuía poucas casas e ruas, a escola, um campo de futebol e a igreja histórica de Santo Antônio, conforme informações da Prefeitura Municipal de Mariana (PMM) (2005).

Portanto, compreende-se que estes subdistritos concentravam um patrimônio cultural, artístico e histórico importante para a região mineira e para o Brasil, além de integrar o roteiro turístico da Estrada Real, até o momento em que foram duramente atingidos por um mar de lama contendo rejeitos de minério que destruiu grande parte da história e da memória dessas comunidades, a exemplo do próprio Circuito Estrada Real e seus mais de 1.630 quilômetros de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Atualmente, a rota Caminho dos Diamantes, no trecho de Santa Rita Durão a Mariana está interditada (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2021), como também a igreja de São Bento, devastada pela lama, restando apenas as antigas pedras extraídas das minas de ouro.

Diante do exposto, definiu-se como ponto de partida empírico de análise nesta pesquisa, o patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo que foram ou estão sendo inventariados e/ou tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e/ou pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), destacando o conjunto de bens materiais móveis e imóveis, cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis dessas comunidades.

Assim, defende-se que preservar o patrimônio cultural e material dessa região histórica e secular, a começar pela verificação das ações empregadas pela Fundação Renova, pode auxiliar no processo de preservação da memória destas comunidades – Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo – e assim, desenvolver um processo de (re)construção de pertencimento desses sujeitos envolvidos, pois “[...] o passado só permanece ‘vivo’ através de trabalhos de síntese da memória, que nos dão a oportunidade de revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar suas experiências, tornando com isso a memória ‘viva’” (ALBERTI, 2004, p. 15).

De todo modo, o tecido social destas comunidades foi brutalmente rompido, pois a ligação das pessoas com o espaço que as cerca não será mais o mesmo, visto que

uma árvore poderia servir de ponto de referência, uma padaria, um barzinho, a escola. Todas estas coisas estão em locais diferentes no reassentamento, sem contar as histórias envolvendo estes locais. Então as pessoas terão que aprender a conviver neste novo espaço.

Ou, como expõem Pollak (1989) e Silveira (2007), os pontos de referência que pessoas de todas as idades tinham em Bento Rodrigues, podem ser descritos como indicadores da memória coletiva desta comunidade, tendo a característica de contribuir para a formação de um sentimento de pertencimento e de coesão social, ou seja, contribuem para o próprio fortalecimento do tecido social. Ao passo que em um reassentamento, vínculos são perdidos embora novos vínculos virão a ser formados. Segundo Silveira (2007), a importância da preservação destes pontos de referência reside no fato de servirem de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica que serve de elemento de representação coletiva.

A intervenção do homem na natureza ao longo da história demonstra como está a atual configuração ambiental e social do planeta. Para legitimar esse sistema capitalista persiste a necessidade de compatibilizar as questões relativas aos interesses da industrialização e acumulação capitalista. Segundo Mandel (1985) o processo de acumulação de riqueza inserido no sistema capitalista carrega em sua gênese a destruição da força de trabalho e a destruição do meio ambiente, partindo do pressuposto de que sua base de sustentação é a intensa produção de excedente. O que leva à conclusão de que o consumo de matéria-prima não se limita mais a satisfazer necessidade de subsistência do homem, pois agora os recursos naturais passam a ser usados com intuito de gerar riqueza. Neste sentido, Silva (2008) descreve a natureza no capitalismo e as particularidades que o envolvem da seguinte forma:

Esta tendência destrutiva do capital reside em sua natureza mesma, como 'contradição vida': ao subordinar a produção aos imperativos da acumulação, o capitalismo não pode sustentar-se indefinidamente, sem que os avanços tecnológicos e científicos por este obtidos resultem em crescente periculosidade e destruição. O assombroso aumento da produtividade do capital o faz senhor e voraz devorador dos recursos humanos e materiais do planeta para, em seguida, retorná-los como mercadoria de consumo de massa, cada vez mais subutilizados ou, diretamente, como armamentos com intenso poder destrutivo (SILVA, 2008, p. 34).

O intenso processo de destruição dos recursos naturais e que afetou incisivamente as formas de reprodução da vida, como também os bens materiais e imateriais,

assolados pela lama da multinacional Samarco Mineração S.A., a partir do momento em que não é investigado e punido em seus excessos, legitima o processo predatório das relações marcadas pelo capital.

A partir do problema de pesquisa delineou-se a seguinte hipótese: As ações propostas pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta e executadas pela Fundação Renova configuram uma promessa para a preservação do patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, possibilitando sua memória para as futuras gerações.

Esta pesquisa tem como Objetivo Geral: Analisar a efetividade das ações sistematizadas nos Relatórios do progresso do Programa 12 produzidos pela Fundação Renova, em respeito às cláusulas 95 a 100 previstas no TTAC para a preservação do patrimônio cultural e material e da memória dos supramencionados subdistritos.

Visto que, esses lugares de memória têm “[...] uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares” (MURGUIA, 2010, p. 8), faz-se, assim, fundamental buscar por informações de uma região com um passado histórico relevante, pois isto favorece a recuperação da memória, propicia a valorização desse patrimônio e disponibiliza informações para as futuras gerações. Neste sentido, os Objetivos Específicos são:

Descrever o patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo antes do rompimento da barragem de Fundão, bem como seus aspectos históricos e geográficos;

Contextualizar o rompimento da barragem de Fundão nos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo situados na região de Mariana;

Sistematizar as informações acerca da preservação do patrimônio e da memória dos supramencionados subdistritos presentes nos Relatórios do progresso do Programa 12 produzidos pela Fundação Renova no período entre 2016 e 2019;

Investigar, à luz do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, os relatórios do progresso do Programa 12 (Memória Histórica, Cultural e Artística) da Fundação Renova, entre 2016 e 2019, que discorrem sobre as ações executadas de

preservação do patrimônio cultural e material e da memória de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo após o rompimento da barragem de Fundão.

Esta dissertação compreende quatro capítulos. Primeiramente desenvolvemos um capítulo tratando do patrimônio cultural, abordando a institucionalização e trajetória do patrimônio cultural brasileiro e depois as relações de lugar de memória, memória e preservação com o patrimônio cultural. Em seguida, constituímos outro capítulo descrevendo a caracterização do campo de ação, contextualizando o rompimento da barragem de Fundão na região de Mariana, descrevendo uma breve história da cidade e seus subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, antes e após o rompimento da barragem de Fundão, bem como acerca dos patrimônios culturais materiais tombados e em processo de tombamento existentes nesses subdistritos. Em seguida, apresentamos os resultados e, por fim, a análise e discussão das informações contidas no Quadro 3 que descreve as ações executadas pela Fundação Renova acerca do programa de preservação da memória histórica, cultural e artística de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo nos anos de 2016 a 2019.

A estruturação deste trabalho e o desenvolvimento desta pesquisa se deram inicialmente pela minha participação em projeto de Iniciação Científica, intitulado “Trabalho e meio ambiente: as ações socioeconômicas propostas aos trabalhadores atingidos pela barragem da Samarco na região de Mariana (MG)²”. Essa participação acentuou meu interesse em continuar os estudos neste tema, agora sobre os desdobramentos do desastre no patrimônio cultural de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo com o propósito de verificar se os responsáveis estão garantindo sua preservação e se está evitando o processo de esquecimento, com sustentação teórica da área da Ciência da Informação.

O despertar deste tema veio com a formação acadêmica e profissional na área da Arquivologia, com a vivência como docente substituta na Universidade Federal do Espírito Santo, no ano de 2015. Espera-se que esta pesquisa de mestrado possa colaborar para a valorização da salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro e

² O subprojeto de pesquisa foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos do Trabalho vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-graduação em Política Social da UFES (Projeto de número 7935/2017).

despertar para a necessidade de preservar a memória e a história brasileira por meio dos patrimônios culturais materiais existentes.

Diversas tragédias ambientais e estruturais vêm já por décadas destruindo o Brasil, a exemplo do Incêndio na Vila Socó, em Cubatão (SP) em fevereiro de 1984, no qual dutos subterrâneos da Petrobrás espalharam cerca de 700 mil litros de gasolina, sendo que oficialmente foram contabilizados 93 mortos (COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020). Menciona-se também o incidente do vazamento de óleo na Baía de Guanabara (RJ) em janeiro de 2000, resultante de um acidente com um navio petroleiro que levou ao derramamento de 1,3 milhões de litros de óleo, causando a morte da fauna e poluindo o solo (ORTIZ, 2014). Ou então o vazamento da barragem de um dos reservatórios da Indústria Cataguases de Papel Ltda, em março de 2003 que resultou no derramamento de 900 mil metros cúbicos de resíduos orgânicos e soda cáustica (ALMEIDA, 2015).

Scarini e Rodrigues (2016) rememoram o episódio das chuvas torrenciais na região serrana no estado do Rio de Janeiro em 2011, que provocaram uma série de deslizamentos, resultando em 918 mortes, e o igualmente trágico rompimento da barragem de Brumadinho, situada também em Minas Gerais no início de 2020.

Espera-se que este estudo amplie o campo de pesquisa, expandindo a produção acadêmica sobre a temática: patrimônio cultural, preservação e memória. Ao mesmo tempo, contribua para a construção de novos saberes na área da Ciência da Informação, ao alargar o debate sobre como efetivar maneiras de preservar o patrimônio cultural brasileiro a partir da perspectiva da tragédia da região de Mariana. Considera-se ainda que a Ciência da Informação, com sua interdisciplinaridade, possa facilitar a comunicação das informações entre os diversos tipos de usuários.

O desastre socioambiental em Mariana foi considerado o maior do Brasil em dimensões, atingindo 670 quilômetros de área impactada ao longo do Rio Doce e seus afluentes até alcançar o oceano Atlântico, no Espírito Santo. Os danos resultantes do acidente se estenderam para além da dimensão ambiental e humana, atingiu localidades que representam na história do Brasil um passado efervescente do período colonial-barroco. Igrejas construídas nos séculos XVIII e XIX, imagens sacras, a Estrada Real, bem como diversas comunidades ribeirinhas foram invadidas pela lama de rejeitos de minério, assim, estudar não só esses patrimônios culturais atingidos, mas também os que resistiram aos impactos da enxurrada de lama

contribuem para uma prática fundamental para sua preservação e para garantir a memória local para os futuros descendentes.

Por fim, a relevância desta pesquisa se justifica por ser um tema contemporâneo e de interesse social, ao trazer diversas indagações acerca de pagamentos de indenizações, ressarcimentos de materiais e instrumentos, conservação e restauração, técnicas de manejo, reconstrução e preservação de locais históricos, bem como a preservação de bens artísticos, culturais, mesmo tendo passado mais de quatro anos do fato.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Minayo (2009), a pesquisa é uma atividade fundamental da ciência devido as indagações e construções da realidade por parte do pesquisador. Nesse sentido, é necessário o emprego da teoria e do método, sendo a primeira “[...] construída para explicar ou para compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos” (MINAYO, 2009, p.17), consistindo em uma forma de mediação para a compreensão da realidade, enquanto que o método consiste “[...] na organização dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou seja, caminho pelo qual se busca atingir um fim” (SOUZA, 2017, p. 18).

Gil (2008, p. 17) define pesquisa como sendo um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. O mesmo autor ainda argumenta que “[...] a pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados” (GIL, 2008, p. 17).

Lakatos e Marconi (2007) relatam que é necessário direcionar a pesquisa científica para o conhecimento da realidade. Por isso, a metodologia de pesquisa empregada no desenvolvimento desse estudo foi a pesquisa exploratório-descritiva, com uma abordagem qualitativa.

Quanto ao procedimento, consistiu em uma pesquisa bibliográfica, etapa inicial de todo trabalho científico, na qual construiu um embasamento teórico e uma compreensão da realidade e, uma pesquisa documental que serviu de base para a construção do trabalho de investigação proposto pelo tema.

A revisão de literatura pode ser descrita como uma etapa fundamental que reúne as fontes de pesquisa que forneceu embasamento teórico para este estudo. Neste sentido, visando compreender alguns conceitos como patrimônio cultural, memória, identidade, lugar de memória, preservação, informação registrada, Ciência da Informação, sociedade da informação, sociedade capitalista e meio ambiente. E para alcançar os objetivos sugeridos nesta pesquisa, utilizamos como base teórica os estudos desenvolvidos sob uma abordagem social nas bases da Ciência da Informação.

Para realizar a revisão de literatura sobre os assuntos que perpassam o tema proposto, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação existentes no Brasil que abordavam artigos na temática deste trabalho, como foi o caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPC/UFSM), utilizando os textos de dissertações, teses e artigos.

Também foi pesquisada a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e os artigos publicados no GT-9 (Museu, Patrimônio e Informação) e GT-10 (Informação e Memória do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação) no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Além destas bases de dados foi utilizado também livros de autores renomados sobre a temática, como Bauman (2007), Bergson (1999), Bosi (2004), Cabral (2007) Canclini (2003), Candau (2012), Choay (2006), entre outros.

A pesquisa realizada nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, no Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria e no Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação foram realizadas por meio de termos selecionados, independentemente de período, sendo eles: patrimônio cultural; memória; identidade; lugar de memória; preservação do patrimônio cultural; informação; ciência da informação; sociedade da informação; capitalismo e meio ambiente. Já para a pesquisa realizada nos artigos publicados no GT-9 foi delimitada um período de tempo, entre os anos de 2009 a 2019, período que abarca a criação do GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), demonstrando a seriedade do tema.

Na mesma década ocorreu a catástrofe ambiental em Mariana (MG). O resultado da busca pelo tema patrimônio cultural material, interrelacionados com memória, lugar de memória, preservação, informação, meio ambiente na sociedade atual demonstrou que ainda há poucos trabalhos nessa área. Sendo assim, visualizamos uma área ampla, com bastante campo de pesquisa a ser analisado.

Acredita-se que diante da complexidade do desastre ambiental em Mariana, seria ideal uma outra etapa, a realização da pesquisa de campo, com uma visita *in loco* na região de Mariana atingida, utilizando da estratégia de observação direta para registrar as condições em que se encontram esses patrimônios por meio de fotografias visando capturar a realidade contemporânea da região atingida.

No entanto, é importante ressaltar que o mundo vem enfrentando um momento grave com a pandemia da COVID-19, causado pelo coronavírus SARS-CoV-2, com grave potencialidade e de elevada transmissibilidade. O Brasil vem enfrentando essa pandemia desde março de 2020, com o surgimento dos primeiros casos. O distanciamento social, a obrigatoriedade do uso de máscaras, higienização das mãos passaram a ser o principal recurso para o controle e a prevenção dessa pandemia.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o distanciamento social a fim de evitar a propagação do novo coronavírus, causador da COVID-19. A medida, no entanto, impôs as pessoas uma mudança radical no estilo de vida. Além do medo de ser contaminado, o distanciamento social, a redução da atividade de lazer, entre outros fatores, a situação impacta consideravelmente a saúde mental da população (BROOKS *et al.*, 2020).

Dada a excepcionalidade do momento em que vivemos, com elevada taxa de transmissibilidade do vírus SARS-CoV-2, foi necessário readequar a metodologia desta pesquisa, a qual mudou a estrutura da dissertação, havendo alterações em alguns elementos. Esta mudança ocorreu após a qualificação, em abril de 2020, período em que o Brasil concentrou um elevado número de contaminados pela COVID-19. Essa pandemia impossibilitou a realização de uma pesquisa de campo, inicialmente, a pretensão era uma visita em campo, nos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo para realizar um aporte fotográfico do patrimônio cultural material dos locais para verificação da efetividade da execução das atividades do Programa 12 pela Fundação Renova, que iriam contribuir para comparação das ações descritas nos relatórios da Fundação Renova.

2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para discorrer sobre os objetivos propostos neste estudo, realizamos a pesquisa respeitando as seguintes etapas desdobradas nas seções a seguir.

2.1.1 Quanto à abordagem

Defende-se a realização de pesquisa qualitativa dada a natureza do problema a ser estudado, visto que, diante de um universo amplo e complexo de investigação sobre o tema proposto nessa pesquisa, possibilita alcançar de maneira mais aprofundada e abrangente o problema delineado (MINAYO, 2009). Além disso, Minayo (2009, p. 22) argumenta que “[...] abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados das ações e relações humanas”.

O que está de acordo com os fins desta pesquisa, em específico a análise dos relatórios de progresso do Programa 12 produzidos pela Fundação Renova, entre os anos de 2016 e 2019, que versam sobre as ações efetuadas no patrimônio cultural e material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo após o rompimento da barragem de Fundão e verificar se essas ações executadas garantem a preservação de sua memória. Em suma, compreende-se que a pesquisa qualitativa se presta à análise de dados ou informações que não podem ser mensurados numericamente.

2.1.2 Quanto aos objetivos da pesquisa

Defende-se a elaboração de uma pesquisa exploratório-descritiva, que segundo Cervo, Bervian e Silva (2007) tem como característica o estabelecimento de critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações acerca do objeto desta, bem como orientar a formulação de hipóteses.

Para Gil (1991), as pesquisas exploratórias objetivam facilitar a familiaridade do pesquisador com o problema objeto da pesquisa, tornando a questão mais clara. Para este tipo de pesquisa, Braga (2007, p. 25) expõe que “[...] tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior. [...]” e assim, “[...] aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido” (APPOLINÁRIO, 2004, p. 87),

no caso deste estudo, o impacto do rompimento da barragem de Fundão para o patrimônio cultural material das regiões integradas a Mariana (MG), em específico os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Também contou com uma pesquisa descritiva, a qual tem como método, descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Barros e Lehfeld (2007) mencionam que a pesquisa descritiva realiza o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico. Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61-62) corroboram, citando que,

A pesquisa descritiva é bastante utilizada em estudos realizados na área de Ciências Humanas e Sociais para abordar problemas que necessitam e merecem ser estudados, no intuito de conhecer e descrever as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, [...] tanto do indivíduo tomado isoladamente, como de grupos e comunidades mais complexas.

Este tipo de pesquisa ajudou a descrever os fatos e fenômenos do tema proposto, facilitando o detalhamento da realidade e permitiu sua compreensão. Triviños (1987) cita como exemplos de pesquisa descritiva, estudos de caso, análise documental, entre outros.

2.2 TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DOS DADOS

No campo da Ciência da Informação, a teoria crítica enfatiza o embate de interesses em torno da questão da informação – e para tanto, buscará explicar os fenômenos a partir de sua historicidade (ARAÚJO, 2009). A fundamentação teórica está baseada em autores que se aproximam do objeto desta pesquisa, tendo como referencial os campos da Ciência da Informação e para isso, se utiliza como procedimento técnico, a pesquisa bibliográfica.

2.2.1 Primeiro momento

A primeira etapa utilizou-se da pesquisa bibliográfica, a qual busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas (BOCCATO, 2006). O objetivo foi encontrar fontes e informações necessárias à pesquisa, sendo elas, tão-somente a obtenção de informações advindas de livros, artigos, publicações escritas ou eletrônicas sobre o

tema delimitado. Essas fontes foram selecionadas e anotadas na forma de fichamento, o qual registra ideias principais do tema.

Gil (2008) menciona que esta pesquisa se desenvolve com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Neste caso, esta pesquisa baseia-se em alguns autores e textos que abordam o tema proposto, como: Bosi (2004); Camargo (2018); Capurro (2007); Choay (2006); Gonçalves (2003/2007); Halbwachs (2013); Le Goff (1996/1997); Oliveira e Rodrigues (2009/2011); Murguia (2010); Nora (1993); Pelegrini (2006); Pollak (1989/1992); entre outros.

Fonseca (2002, p. 32) complementa, enfatizando que esse tipo de pesquisa pode ser feito utilizando referências teóricas já analisadas e publicadas, tanto “[...] por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Assim, como fonte de informações, foram utilizadas publicações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Fundação Renova, para também embasarmos a sustentação teórica.

Foi definido que a partir das publicações físicas e digitais destes órgãos, foram obtidas informações para subsidiar os objetivos específicos relacionados ao patrimônio cultural material no Brasil e sobre o rompimento da barragem de Fundão e suas consequências nos subdistritos Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, bem como informações relevantes para o estudo que permeiam o objeto desta pesquisa, como a preservação, a memória, a identidade e o lugar de memória no contexto da Ciência da Informação.

Dessa forma, compreende-se que a pesquisa bibliográfica possa oferecer subsídios e diferentes perspectivas que ampliam o conhecimento e oferecem avanços e descobertas acerca do tema investigado (BOCCATO, 2006).

2.2.2 Segundo momento

Foi realizada uma pesquisa documental com o intuito de “[...] identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (LÜDKE; ANDRE, 1986, p. 38). O uso de documentos para a pesquisa traz uma riqueza de

informações, já que elas podem ser utilizadas em várias áreas de ciências humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural (ALMEIDA; GUINDANI; SÁ-SILVA, 2009).

Neste sentido, Gil (1991, p. 51) argumenta que a “[...] pesquisa documental se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Tonizi Reis (2009) expõe que a pesquisa documental possui como característica o campo de coleta de dados, o documento.

Em se tratando especificamente do estudo em questão, o documento principal analisado foi o TTAC, mais precisamente as cláusulas 95 a 100, e o que diz respeito ao Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística, para recuperar os bens culturais de natureza material e preservar o patrimônio cultural das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo a fim de analisar as atividades realizadas de reparação que constem nos Relatórios do progresso do Programa 12, disponibilizados em rede pela Fundação Renova, sendo que o escopo a ser analisado consiste do período entre 2016 a 2019.

Defende-se que esses relatórios são fundamentais, ao trazer informações que possibilitam investigar a questão do patrimônio cultural e material dos subdistritos supramencionados, que se encontram localizados na região de Mariana. A análise desses relatórios possibilitaram a sistematização de informações acerca da preservação do patrimônio e da memória dos supramencionados subdistritos presentes nos relatórios do progresso do Programa 12 produzidos pela Fundação Renova no período entre 2016 a 2019; permitiram também a verificação da efetividade das ações sistematizadas nos Relatórios do progresso do Programa 12 produzidos pela Fundação Renova, em respeito às cláusulas 95 a 100 previstas no TTAC para a preservação do patrimônio cultural e material e da memória dos supramencionados subdistritos.

2.2.3 Procedimento adotado para a análise dos dados qualitativos

Para o tratamento desses documentos (relatórios) supracitados acima, foi adotada a análise documental, que contribuirá na observação do processo de maturação dos dados. Richardson *et al.* (1999, p. 230) expõem que ela incide em uma série de

operações que visam estudar documentos a fim de compreender circunstâncias sociais e econômicas.

Desenvolver a análise desses relatórios, além de contarmos com as referências bibliográficas e as fichas de leitura, foram elaborados quadros comparativos entre a previsão legal (TTAC, Capítulo 2: Programas Socioeconômicos, Seção 3: Educação, Cultura e Laser, Subseção III. 2: Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística, Cláusulas 95 a 100) e os relatórios do progresso do Programa 12 disponibilizado pela Fundação Renova no período de 2016 a 2019, referentes as ações de reparação e recuperação aos danos ocasionados nos patrimônios culturais materiais dos referidos subdistritos.

O objetivo com o uso de tais procedimentos foi sistematizar e organizar as informações contidas nos Relatórios do progresso do Programa 12 produzidos pela Fundação Renova, entre 2016 a 2019, para melhor compreensão das ações efetuadas no patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo após o rompimento da barragem de Fundão (MG), e verificar se essas ações estão sendo mesmo aplicadas para preservar o patrimônio cultural e resguardar a memória desta região histórica. Por isso, a análise documental constitui uma técnica fundamental na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja descobrindo novos aspectos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

3 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo apresentamos a revisão de literatura que deu base para a redação científica. Conforme Noronha e Ferreira (2000), a revisão de literatura constitui-se de estudos que realizam a análise da produção bibliográfica na área temática selecionada para a pesquisa, disponibilizando uma visão geral sobre determinado tópico específico, e assim, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas da literatura escolhida.

3.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL

O termo patrimônio, segundo Conrado (2014, p. 18) possui origem no latim, derivado da palavra “[...] *pater* – pai, paternidade, herança paterna e *monium* – condição, estado, função”. Portanto, é possível dizer que o termo anteriormente não se restringia apenas a questões de cunho material e cultural, ao possuir também relevante importância social. Neste sentido, Choay (2006, p. 11) discorre que

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, históricos, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante (CHOAY, 2006, p. 11).

Devido a essa trajetória ao longo dos séculos, a qual foi sendo requalificada a palavra Patrimônio, Duarte Júnior (2006, p. 26) entende como sendo “[...] o conjunto de bens avaliados em dinheiro, relacionando-se simultaneamente às esferas da natureza, da genética, da economia, da nação e, como não poderia deixar de ser, à da cultura”.

Dessa forma, é possível dizer que o termo patrimônio passou a possuir diversos significados na literatura ao longo do tempo, o que leva a compreensão de que é necessário ponderar acerca do que é ou não patrimônio. Sabendo que tal definição depende da forma de ser de cada sociedade. Em resumo, o conceito de patrimônio altera de acordo com o campo em que se aplica.

De acordo com Gonçalves (2003),

Patrimônio está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a

noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (GONÇALVES, 2003, p. 22).

Por esse motivo, o significado de patrimônio depende do contexto dado à simbolização que é realizada, como também às influências territoriais e temporais, sendo uma construção histórica e culturalmente determinada. Gonçalves (2007) coloca ainda que, o patrimônio é apresentado como uma categoria de classificação de objetos, com função mediadora de ideias, valores, identidades de grupos e categorias sociais capazes de organizar e perceber o que essas pessoas têm de si mesmos e do mundo.

Ou seja, de acordo com Gonçalves (2007), a forma como foram classificados e coletivamente reconhecidos, tais objetos permitiu o desempenho da função social e simbólica que representa uma ponte de ligação entre o passado, o presente e o futuro de um grupo, assegurando assim a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço, em suas palavras:

Quando classificamos determinados conjuntos de objetos materiais como 'patrimônios culturais', esses objetos estão por sua vez a nos 'inventar', uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nós percebemos individual e coletivamente (GONÇALVES, 2007, p. 29).

Assim, quando se classifica esses objetos materiais em patrimônio cultural, eles criam teias de significações de cunho individual ou coletivo, ou seja, é possível dizer que patrimônio cultural se refere “[...] ao conjunto de tudo que tem significação, aquilo que tem sentido social, não importando se esse patrimônio é algo materializado ou simplesmente manifestações da cultura” (NATIVA; REIS, 2017, p. 5). Neste sentido, apontam que o conceito de patrimônio cultural, por muito tempo, foi relacionado ao conjunto de monumentos edificadas e antigos, os quais necessitavam ser preservados por serem consideradas obras de arte ou por seu valor histórico, sendo registrados em documentos. Esse conceito de patrimônio cultural refletia,

[...] a imagem construída ao longo dos anos por interesses do Estado, que é o responsável pela política de patrimônio do país. Essa concepção vem sendo modificada, reconstruída e ampliada, através da incorporação do conceito de patrimônio imaterial ou intangível, que trata o patrimônio “além da pedra e da cal”, expressão utilizada pelos pesquisadores e profissionais da área quando se refere ao patrimônio material (NATIVA; REIS, 2017, p. 5).

Souza (2008) descreve que a concepção de patrimônio, ao longo da história, adquiriu novos elementos e vinculou-se à ideia de nação e cultura. Segundo a autora, este

vínculo ocorreu a partir do momento em que “[...] se passou a trabalhar com a noção de herança nacional, com a formação de grupos mais organizados social e politicamente e, efetivamente, com o surgimento dos Estados nações” (SOUZA, 2008, p. 38). Nesse sentido, Souza (2008, p. 39) infere que,

A noção tradicional de patrimônio cultural, entretanto, não figurou estante até os dias de hoje. Ao longo da história, ela adquiriu novas acepções, vivenciou a transformação de valores simbólicos essenciais à categoria de pensamento, e a incorporação de outras dimensões, além da histórica e artística. Fruto de processos culturais, patrimônio cultural não é imutável, já que a produção humana é reflexo das relações das pessoas com o meio ambiente particular que as envolve, assim como da interação entre elas próprias.

Por ser um processo está em constante construção, criação, interação, relação, conceitos esses extremamente conflituosos. E a modernidade demorou, mas admitiu que o patrimônio cultural de um grupo social é bastante distinto e sofre diversas mudanças, onde o patrimônio cultural compreende os processos da vida humana e as manifestações do ser humano em suas projeções de vida cotidiana (SOUZA, 2008).

Para Dodebei (2008, p. 2), o conceito de patrimônio refere-se “[...] às ideias de: herança, tradição, conhecimento, experiência, legado, vivência, entre outras expressões que denotam a ideia de transmissão natural da cultura, de uma geração à outra”. Enquanto Portella (2012, p. 20) corrobora, definindo patrimônio cultural como sendo “[...] o elo entre o passado e o presente de um grupo ou de uma nação que permite a identificação e a continuidade de sua história”.

Martins (2011, s. p) expõe que o patrimônio cultural se caracteriza como:

O conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social. A memória social legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, do patrimônio.

Para Flores e Santos (2017, p. 3), o patrimônio cultural é “[...] representado pelo conjunto de bens materiais e imateriais, que representam a memória, a identidade e a história dos costumes de uma determinada sociedade”. Ao passo que, Choay (2006) define patrimônio cultural como:

[...] um bem destinado ao usufruto da comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2006, p. 11).

Oliveira (2016, p. 2) destaca que

O patrimônio cultural procura se basear na construção cultural e social idealizada em determinado espaço de tempo presente, no seu legado deixado como fonte de informação a ser parte considerável para gerações futuras, representadas através de características peculiares que formarão a identidade cultural de um povo garantindo a sua legitimação social e indenitária.

Com o início dos Estados modernos e a necessidade de preservar os monumentos do passado, houve a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais. Como exemplo, na França, as primeiras ações de proteção ao patrimônio pelo Estado surgiram no fim do século XVIII, na conjuntura da Revolução Francesa (VOGT, 2009). Neste sentido, ficaram a cargo de especialistas como arquitetos, juristas, historiadores, etc. a atribuição de valores simbólicos aos bens culturais. “O valor simbólico atribuído a objetos, a artefatos ou a construções partia da importância que lhes era atribuída pela memória coletiva” (CAMARGO, 2002, p. 22).

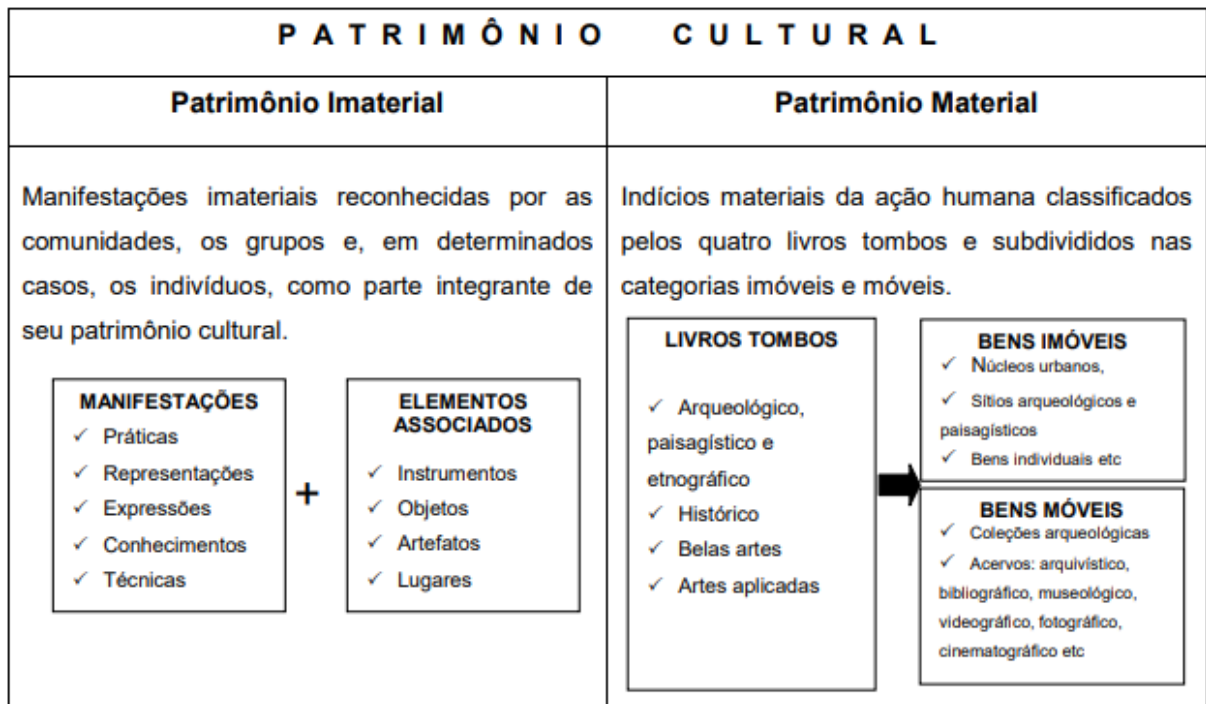
Para Fonseca (2009), estes especialistas, na medida em que conferiam valor simbólico aos monumentos, passava a ter um valor de patrimônio, portanto, considera que é importante ponderar que a produção de patrimônios culturais não se constitui apenas de edificações, sítios e obras de arte, mas como também sugere Santos (1992), apropriando-se do conceito de Michel Foucault, como uma formação discursiva que contribui para formar a identidade cultural de um local.

Assim, o patrimônio cultural ganhou novos horizontes no mundo ocidental. Sendo considerado não só os bens tangíveis como também os bens intangíveis. Segundo Vogt (2009, p. 16) a valorização dos bens intangíveis ou imateriais “[...] visa a aspectos da vida social e cultural não contemplados pelas concepções mais tradicionais de patrimônio”. Uma nova qualificação que se opõe ao conceito de patrimônio de pedra e cal, denominação dada ao patrimônio edificado. Deste modo, o patrimônio cultural é conjunto de bens materiais e imateriais constituído por todo fazer humano, por tudo o que o ser humano produz (VOGT, 2009).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) conceitua patrimônio como sendo um “[...] legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações” (UNESCO, 2017, não paginado). Dessa forma, compreende-se que a UNESCO buscou ampliar e enriquecer o conceito de patrimônio. Logo, patrimônio cultural se relaciona ao conjunto de todos

os bens que possuem uma significação com sentido social, podendo ser descrito como material e imaterial, como evidencia o Quadro 1.

Quadro 1 – Esquema conceitual do Patrimônio Material e Imaterial



Fonte: Silva (2010).

O IPHAN (2014a) estabelece um plano conceitual dividindo o patrimônio cultural brasileiro em duas categorias: patrimônios de valor material e de valor imaterial. O Patrimônio Material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; artes aplicadas, enquanto o patrimônio imaterial é considerado como bens culturais de natureza imaterial relacionado às práticas da vida cotidiana e social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, comemorações, musicais, lugares³, etc. (IPHAN, 2014a).

Araripe (2004) recomenda que,

É necessário lembrar que existe um patrimônio que se encontra nas práticas cotidianas e é preciso que também seja preservado, isto é, apresentado como tal e com valor social. De acordo com a autora, as exigências contemporâneas fizeram com que se ampliasse a designação “patrimônio histórico e artístico”

³ O IPHAN (2014, p.1) classifica o termo “paisagístico” como Patrimônio Cultural Material e o termo lugar como “Patrimônio Cultural Imaterial”.

para “patrimônio cultural”, levando-se em consideração toda a produção humana como um bem cultural (ARARIPE, 2004, p. 9).

Essa ampliação conceitual também se deu na Constituição Federal Brasileira de 1988 (CFB/88), que expandiu o conceito de patrimônio, trocando a denominação Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro, tal como delimita em seu Artigo 218: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, Online). Sendo que a Constituição Federal estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Na atualidade a gestão do patrimônio (Material, Imaterial, Arqueológico e Mundial) encontra-se sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Desse modo, o conjunto de bens culturais conceituados pelo IPHAN permite a identificação do patrimônio cultural brasileiro. Ou seja, “[...] possibilita a identificação de subconjuntos do patrimônio cultural, interdependentes entre si e característicos de suas manifestações” (SILVA, 2010, p. 25).

Assim, foram adotadas nesta pesquisa as definições de patrimônio cultural material segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o da Constituição Federal Brasileira de 1988, bem como os autores que dialogam nessa perspectiva.

3.1.1 Institucionalização do Patrimônio Cultural Brasileiro

No Brasil, a história sobre o patrimônio cultural e as questões preservacionistas é relativamente recente, surgida no final do século XIX. Segundo Poulot (2009, p. 26) “[...] o patrimônio no sentido ‘legal’ surgiu com as legislações nacionais do século XIX” e “[...] no decorrer do século XX, o patrimônio assume, cada vez mais explicitamente, sua implementação positiva, segundo juízos de valor que afirmam uma verdadeira escolha” (POULOT, 2009, p. 9).

Para Fonseca (2005, p. 81), a temática patrimônio

[...] expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico – começa a ser considerada politicamente relevante, implicando o envolvimento do Estado, a partir da década de 1920 (FONSECA, 2005, p. 81).

Pereira Junior (2018) argumenta que as primeiras ações voltadas ao patrimônio nacional brasileiro são instituídas a menos de um século. O autor expõe que em 1922 iniciam-se algumas ações em relação ao patrimônio nacional no Brasil, com a inauguração do Museu Histórico Nacional, em 1922, na cidade de Rio de Janeiro.

Em 1930, inicia-se uma regulamentação de caráter oficial voltada à proteção do patrimônio nacional, com a criação de algumas instituições de caráter preservacionistas e ações de preservação. Com esse processo de regulamentação, a cidade de Ouro Preto, situada em Minas Gerais, foi tombada por guardar uma história secular do período colonial brasileiro.

De acordo com Dultra e Vieira (2014), a cidade de Ouro Preto foi tombada em 1933 e passou a ser um Monumento Nacional, inserindo o Brasil no contexto preservacionista. Além disso, com a Constituição de 1934, surgiram dispositivos de proteção aos bens culturais e naturais do Brasil, colocando o patrimônio sob a proteção legal do Estado.

Deste modo, observa-se que, no final da década de 1930, o Brasil já possuía uma política cultural voltada para a construção de uma identidade nacional, período histórico em que várias leis e instituições preservacionistas governamentais foram instituídas com o intuito de permitir uma intervenção Estatal no imaginário nacionalista da sociedade brasileira (IPHAN, 2014b). Uma destas instituições criadas foi, segundo Fonseca (2005), o próprio Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937.

No entanto, com o golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas em 1937, um novo jogo político se instalou, estimulando a industrialização e a modernização do Brasil. O recém-criado SPHAN, o primeiro órgão federal destinado à organização de um serviço de proteção aos bens nacionais, recebeu a incumbência de organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional (IPHAN, 2014b).

No projeto de criação do SPHAN em 1936, o Ministério da Educação e Saúde Pública, sob o comando de Gustavo Capanema, solicitou a Mário de Andrade um anteprojeto de lei a fim de organizar um serviço de proteção ao patrimônio artístico nacional

(ANDRADE, 1981). O anteprojeto solicitado ao representante Mário de Andrade⁴ (2002) regulamentou a proteção dos bens culturais, incluindo os hábitos, costumes, crenças, cantos, lendas, superstições populares, entre outros.

Na visão de Mário de Andrade (2002, p. 272), o patrimônio artístico nacional compreendia “[...] todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares, estrangeiros, residentes no Brasil”. Dultra e Vieira (2014, p. 3) afirmaram que o projeto “[...] buscava o equilíbrio entre o popular e o erudito, além de dar uma ênfase muito grande aos aspectos imateriais da cultura, ou seja, aquilo que não é necessariamente um bem tangível”.

No entanto, Andrade (2002) afirmava que o anteprojeto de Mário de Andrade com ideias democráticas de cultura sofreu modificações drásticas diante do discurso oficial do Estado Novo, sendo o maior exemplo disso o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que visava organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional material, não contemplando a cultura imaterial.

Para Santos (1997, apud JULIÃO, 2006, p. 22) o órgão, SPHAN, “[...] oficializou um conceito de patrimônio restritivo, associado ao universo simbólico das elites, à ideia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais”. Conrado (2014, p. 19) complementa ao argumentar que o Decreto-lei nº 25/1937 “[...] tinha uma concepção voltada para os bens materiais, sobretudo, para o patrimônio arquitetônico” (CONRADO, 2014, p. 19).

O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, institucionalizado pelo Decreto-lei nº 25/1937, definiu Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como sendo:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou arquivístico (BRASIL, 1937, Art. 1º).

Com o passar dos anos, o SPHAN teve seu nome alterado diversas vezes de acordo com entendimento de cada governo vigente da época. Inicialmente o SPHAN chamou-se de Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em 1946; posteriormente em 1970 transforma-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

⁴ “[...] intelectual, escritor, crítico literário, musicólogo, ensaísta, folclorista e, sobretudo, um produtor de ideias, sempre à procura de um germe novo que se abriga na tradição” (IPHAN, 2015, p. 1).

Nacional (IPHAN), no entanto, em 1979 é dividido em SPHAN (secretaria), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990 o SPHAN e o FNPM foram extintos, para a criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Somente em 06 de dezembro de 1994, por meio da medida provisória nº 752, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (DULTRA; VIEIRA, 2014).

Observa-se que, ao longo do tempo, o patrimônio cultural brasileiro foi se ampliando e as memórias adquiriram materialidade, individualmente ou em conjunto, pelos diferentes grupos sociais. Como demonstra Oliveira (2016, p. 2),

A sociedade é caracterizada por manifestações culturais que podem ser representadas através de simbologias presentes no patrimônio cultural, expresso em monumentos históricos ou em outros artefatos históricos, fazendo parte de reconstruções sociais e identificadas pela necessidade de preservação da história, seja em que nuance se encontre, contribuindo para a construção constante das vivências no âmbito cultural.

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, o conceito de patrimônio passa a aderir o conceito de patrimônio cultural imaterial, definido em seu art. 216 como: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, Art. 216).

Compreende-se que, na Constituição Federal de 1988 considera ainda, em seu rol taxativo: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, bem como os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Desta forma, é possível perceber que este conceito congrega uma visão mais ampla do que seja patrimônio cultural e reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, bem como estabelece formas de preservação desse patrimônio, a exemplo de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988). Assim, como a força legal, pelo fato de estas definições se encontrarem presentes em texto constitucional, isto consolidou a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Além disso, o Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, instituiu "[...] o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências" (BRASIL, 2000). O que significou um avanço no reconhecimento desta modalidade de patrimônio.

Além do conceito constitucional, destaca-se o conceito empregado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Instituição que classifica o patrimônio cultural em grupos, sendo eles: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Mundial (IPHAN, 2014a).

O Patrimônio Material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; artes aplicadas (IPHAN, 2014a).

O Patrimônio Imaterial é considerado como os bens culturais de natureza imaterial relacionados às práticas da vida cotidiana e social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, comemorações, musicais, lugares, etc. (IPHAN, 2014a).

Já o Patrimônio Arqueológico se configura como bens de natureza material de valor arqueológico, tal como delimitado pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados como bens patrimoniais da União (IPHAN, 2014a).

E o Patrimônio Mundial são os bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade (IPHAN, 2014a).

Canclini (2003, p. 160) descreve que o conceito de patrimônio cultural brasileiro se define como sendo o “[...] conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo, é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo”.

Segundo Pereira Junior (2018), essas mudanças decorreram das novas visões sobre os objetos que devem ser refletidos além do simples valor material, sendo incorporados vários tipos de patrimônio que antes não eram valorizados.

Observa-se que esta nova definição, contemplou não somente os monumentos históricos e obras de artes, como também os elementos folclóricos, etnográficos, bibliográficos, documentais, materiais, entre outros, pois possuem um valor

significativo por tratarem de manifestações da atividade humana em geral, ainda que sejam muito recentes.

O órgão responsável atualmente pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Turismo, criada em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

Os conceitos que orientam a atuação do IPHAN têm se transformado, mantendo sempre relação com os marcos legais, objetivando concentrar em proteger e promover os bens culturais brasileiros, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras (IPHAN, 2014b).

Atualmente, os patrimônios culturais brasileiros mantem-se vinculado às ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e/ou dos vínculos que mantêm com as identidades culturais. Esses instrumentos legais – inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação – permitem a proteção e salvaguarda da história e da memória, ou seja, a preservação do patrimônio cultural permite a sociedade brasileira uma identidade nacional.

Em relação a esses instrumentos de preservação do patrimônio cultural, de forma sucinta, o inventário tem intuito de descrever e levantar de forma detalhada a relação dos conjuntos de bens culturais, para posteriormente realizar a apreciação do bem, levando em consideração que o registro serve para identificar e valorar o bem intangível através de documentação produzida de forma escrita e audiovisual, para manter vivas e acessíveis as tradições e suas referências culturais.

Frisando que a vigilância é um instrumento que dá prerrogativa ao poder público de vigiar constantemente os dos bens culturais sob sua tutela, e que o tombamento tem objetivo conservar os bens materiais, coisas móveis ou imóveis que são reconhecidos como portadores de valores culturais. Por sua vez, a desapropriação se dá por obra de atos legais, por meio dos quais o poder público interfere na propriedade privada, de maneira a restringir os direitos a este inerente, visando o interesse coletivo (IPHAN, 2014c).

A descontinuidade das políticas culturais envolvendo esta Instituição refletiu negativamente junto à sociedade brasileira, como também, nas Instituições preservacionistas internacionais, trazendo perdas ao patrimônio nacional brasileiro, como a falta de investimentos financeiros, redução do corpo técnico da Instituição, a não realização do término de obras e restaurações iniciadas, perda de bens culturais, entre outras questões.

O IPHAN (2014a) expõe que a proteção do patrimônio cultural brasileiro vem passando por momentos instáveis, pois se no final dos anos 1970, a implementação do sistema de proteção ao patrimônio alcançou o auge com a criação do Programa de Cidades Históricas, na década de 1980, essas ações implantadas pelo sistema de proteção foram sendo desestruturadas em decorrência da crise política, econômica e financeira instalada no país, fazendo com que os recursos financeiros diminuíssem consideravelmente por um longo tempo.

Outro momento foi marcado, inicialmente, pela perda de credibilidade e de grande fragilidade institucional do organismo federal de preservação. Sendo que somente em 2003 esse processo começa se reverter com a execução do Programa Monumenta⁵, que injetou novos recursos na preservação do patrimônio e promoveu a reconstituição de um novo sistema nacional, abrangendo o governo federal, os estados e os municípios (IPHAN, 2014c).

Esse sistema nacional, entretanto, não se consolidou em bases igualitárias e, ao longo da década de 2000, assistiu-se à progressiva decadência e perda de protagonismo dos organismos de preservação nas esferas estadual e municipal (IPHAN, 2014c). Enquanto isso, a esfera federal apresentou um crescimento em suas ações de preservação, restauração e conservação do patrimônio, por meio do controle do repasse de recursos e estabelecimento do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).

Estes avanços demonstraram uma evolução positiva das políticas públicas implementadas ao longo tempo, embora sua tração tenha se reduzido muito

⁵ O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto (IPAC, 2021).

rapidamente, revelando-se fragmentada e concentrada nas instituições federais, impedindo que fossem alcançados os resultados planejados. Nesta perspectiva, é possível dizer que ainda não se alcançou uma consciência contínua de preservação e compreensão ao patrimônio, pois o ato de preservar convoca a participação da sociedade como um todo.

Segundo Ramos (2016),

Essa vivência tem mostrado que apenas quando acontece uma efetiva participação da sociedade junto às entidades e da classe política, solicitando e acompanhando a salvaguarda de seu patrimônio e o estabelecimento de políticas públicas eficazes a ideia de preservação funciona (RAMOS, 2016, p. 80).

A participação da sociedade civil como um todo se faz essencial na preservação do patrimônio cultural. Entretanto, se empenhar neste sentido é um desafio em uma sociedade capitalista, onde os indivíduos estão permeados por interesses particulares, esquecendo o interesse coletivo. Para Porta (2012), o maior desafio da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil é estimular e reforçar o interesse de preservar os bens culturais, mantendo a participação social.

Em seu estudo, Pereira Junior (2018) aponta que quase sempre recai para o Estado a responsabilidade de denominar os patrimônios culturais, sendo “[...] o protagonista indiscutível e quase único das políticas de patrimônio em identificar e denominar um valor excepcional a um monumento e/ou conjuntos deles, transformando-os em patrimônio”. Com isso, “[...] o papel decisivo do Estado em determinar um patrimônio nacional no Brasil deu poderes para utilizar este instrumento em benefício dos interesses políticos” (PEREIRA JUNIOR, 2018, p. 11).

Dessa maneira, historicamente, o Brasil apresenta dois grupos distintos que permeiam a sociedade, os que detêm o poder e os que estão à margem. Assim, “o pouco do patrimônio preservado e absorvido como ‘nacional’, reveste-se então de certa inacessibilidade. Apenas alguns podem vivenciá-lo e dele desfrutar” (RAMOS, 2016, p. 88). O que contribui para impedir um engajamento maior por parte da população em geral.

Além da falta de conhecimento dos patrimônios por parte das minorias, Ramos (2016) afirma que também ocorre à falta de políticas públicas efetivas, ações preservacionistas limitadas e pouca captação de recursos financeiros pelo poder

público, fazendo com que se inicie um processo de esquecimento das lembranças, das histórias e das memórias, o que impacta a identidade nacional.

3.1.2 Patrimônio Cultural: Memória e Lugar de Memória

Compreende-se que os indivíduos ao longo dos anos procuraram construir sua identidade e definir seus parâmetros de pertencimento, recorrendo ao passado. Desta forma, as experiências vividas de gerações em gerações delimitam as tradições, costumes, crenças, e criam ligações entre presente e passado.

Os acontecimentos e aspectos do passado são lembrados pelos indivíduos a partir de sua relevância, os quais rememoram para contribuir na construção da identidade e das relações pessoais (SANTANA; SIMÕES, 2015). As autoras citam ainda que, o sentimento de pertença, além de se pautar na questão espacial, vincula-se também ao conceito de patrimônio cultural, “o qual constitui, por meio da transmissão de saberes e fazeres da comunidade, elos de continuidade espaço temporal, além de mecanismos de afirmação de identidade” (SANTANA; SIMÕES, 2015, p. 91).

François (2000) afirma que o patrimônio cultural reúne três valores essenciais para a formação da nação: identidade, continuidade e unidade. Assim, quando alude sobre o patrimônio cultural, este se associa aos conceitos de memória e identidade, uma vez que “[...] entendemos o patrimônio cultural como lócus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2006, p. 1).

O patrimônio cultural de um local contribui na reconstituição das lembranças que estão adormecidas ou esquecidas, contudo, elas não podem ser entendidas como um retrato fiel do passado, pois estão sujeitas as influências da contemporaneidade (HALBWACHS, 2013). Por esse motivo, o significado de patrimônio depende do contexto dado à simbolização que é realizada, como também as influências territoriais e temporais, sendo uma construção histórica e culturalmente determinada.

Como bem recorda Fortuna (1999) em relação a globalização da cultura e da informação se encontram relacionadas as questões da patrimonialização e da memória na sociedade contemporânea e, a cultura está submetida a processos de transformação, se movimenta e se modifica. E com os avanços tecnológicos, a

globalização e o fluxo informacional, se faz necessário preservar os bens culturais que compõem a história, a memória e a identidade de um povo.

As questões ligadas à memória e seu conceito fazem parte de um campo de estudo muito amplo, que ao longo do tempo vem passando por transformações, por isso será abordado o tema Memória pautado em alguns estudiosos importantes, a exemplo de Nora (1993), Halbwachs (2013), Le Goff (2003), Félix (2002, 2004), Gondar e Dodebei (2006), Murguia (2010), entre outros.

Meneses (1999, p 11) esclarece que essas transformações vêm ocorrendo nas “[...] ciências humanas (Antropologia, Sociologia, e, sobretudo, História e Psicologia Social e estudos cognitivos)”, e nas “[...] ciências biológicas (Neurofisiologia, Etologia)”, ou seja, trata-se de um termo atual e muito utilizado por várias ciências. Carpes (2013, p. 19) explica também que “[...] o conceito de memória ainda é muito discutido, e vem se modificando no decorrer da história da humanidade”.

A origem etimológica da palavra memória vem do latim, *memória* ou do grego *mnemis*. De acordo com Félix (2002), em ambos os casos a palavra memória representava a conservação de uma lembrança.

Observa-se que muitos pesquisadores deram uma contribuição para que a evolução do conceito de memória desde a antiguidade até os dias atuais fosse melhor compreendida, como é o caso de Oliveira e Rodrigues (2011, p. 219), que a descrevem resumidamente como “[...] capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes registros, graças a um conjunto de funções psíquicas”.

Para Le Goff (1984) a memória consiste em um processo de captar, guardar e recuperar informações que foram armazenadas pelo campo cognitivo do ser. Ou como expõem Silva e Silva (2009, p. 275),

[...] a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas.

Em seu estudo, Félix (2002) aponta para a existência de três modalidades de memória, individual, coletiva e nacional. Sendo que as memórias individuais são constituídas como “histórias de vida” e servem para a reconstrução da identidade, da reconstituição de si e de seu lugar em relação ao outro, já as memórias coletivas têm como suporte de suas lembranças os grupos sociais. Além disso, essas memórias

necessitam ser constantemente reativadas para se manterem vivas por pertencerem ao âmbito do simbólico e do mítico. E por fim, as memórias nacionais são consideradas como memórias oficiais, que tem a capacidade de unificar e integrar um grupo social.

Para Pierre Nora (1993, p. 9), “[...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento”. Para Chauí (2005), outra perspectiva de memória, se dá na forma de uma “evocação do passado” (CHAUÍ, 2005, p. 138). Pela sua capacidade de reter e guardar o tempo que se foi, a fim de se evitar sua perda total. Ou seja, é possível dizer que a lembrança conserva aquilo que se foi e que se perdeu para sempre.

Bergson (1999) contribui para o conceito de memória estabelecendo uma relação entre o espírito e matéria, distinguindo em dois tipos: a memória hábito e a memória pura. A memória hábito está fixada no organismo, é a memória que adquirimos pela repetição contínua de algo. Já a memória pura é independente da repetição, pois é o processo de recordar imagens do passado.

Além da abordagem individual e psicológica, a memória pode ser considerada um fenômeno social, produto das relações sociais estabelecidas pelos homens. Um dos autores que trabalham nessa perspectiva é Maurice Halbwachs. Segundo Santos (2003, p. 33), Halbwachs contribuiu para mostrar que “[...] a memória fazia parte de um processo social, em que indivíduos não são vistos como seres humanos isolados, mas interagindo uns com os outros, ao longo de suas vidas e a partir de estruturas sociais determinadas”.

Halbwachs (2013) explica que a memória é um fenômeno social, sendo construído coletivamente, podendo sofrer transformações ao longo de sua construção. Assim, a função principal da memória enquanto imagem compartilhada do passado é a de gerar um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, proporcionando uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo em que cristaliza valores e aceções predominantes do grupo ao quais determinadas memórias se relacionam.

Em seu estudo, Halbwachs (2013, p. 11) defende que “[...] podemos perfeitamente dizer que o indivíduo recorda quando assume o ponto de vista do grupo e que a

memória do grupo se manifesta e se realiza nas memórias individuais”. Além disso, “não é o indivíduo em si ou alguma entidade social que recorda. Ninguém pode se lembrar realmente a não ser em sociedade, pela presença ou pela evocação, portanto, recorrendo aos outros ou as suas obras” (HALBWACHS, 2013, p. 23). Portanto, compreende-se que para Halbwachs a memória é um ato coletivo, na qual,

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2013, p. 68).

Bosi (1979, p. 18) destaca que se deve “[...] amarrar a memória da pessoa à memória do grupo, e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”. Bosi (1979) reforça também a relevância do grupo no processo de construção da memória social, pois,

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos verdadeiros, ‘universos de discurso’, ‘universos de significados’, que dão ao material de base uma formação histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos (BOSI, 1979, p. 27).

No entanto, observa-se que o desenvolvimento social traz alguns complicadores para a memória coletiva, pois antigamente a memória nas sociedades era incorporada ao cotidiano por meio da tradição e dos costumes, ao passo que atualmente, na sociedade contemporânea, a memória necessita ser incorporada a lugares socialmente instituídos para ser produzida e reproduzida (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009).

Ou seja, para Oliveira e Rodrigues (2009) é possível dizer que a memória antigamente era pautada nos costumes, nos hábitos e não precisava de suportes, e atualmente com a fluidez que caracteriza o sistema capitalista, bem como o avanço e desenvolvimento tecnológico e o aumento do fluxo informacional, houve uma perda de continuidade das memórias, devido a não se sustentarem por si só, precisando de lugares de memória para serem perpetuadas.

Nesse contexto, segundo Pinheiro (2005), o tema memória está na base do próprio surgimento da Ciência da Informação (CI) quando a autora afirma:

A Ciência da Informação tem dupla raiz: de um lado a Bibliografia/Documentação e, de outro, a recuperação da informação. Na primeira o foco é o registro do conhecimento científico, a memória intelectual da civilização e, no segundo, as aplicações tecnológicas em sistemas de informação, proporcionadas pelo computador (PINHEIRO, 2005, p. 16).

As informações registradas, organizadas e mediadas por tecnologias podem possibilitar o acesso à memória individual ou de grupos. Deste modo, é possível dizer que o contexto em que o indivíduo se encontra, colabora para reconstruir os vestígios e impressões de um determinado momento.

Fazendo com que a lembrança seja vista como uma reconstrução do passado, com base em dados do presente. Para Halbwachs (2013), a memória está intrinsecamente ligada à construção de identidades, tanto coletivas como individuais, assim, afirma que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo”, estabelecendo, assim, uma “comunidade afetiva” (HALBWACHS, 2013, p. 34).

Portanto, compreende-se que a identidade se manifesta entre o indivíduo e seu grupo e, entre os grupos que se relacionam. Assim a

[...] identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural [...] esta identidade resulta unicamente das interações entre grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações (CUCHE, 2002, p. 182).

Para Candau (2012), memória e identidade tem uma relação intrínseca, na qual a memória possui um papel fundamental na construção da identidade do indivíduo e do coletivo. Sendo que ao mesmo tempo em que a memória nos modela, ela também é modelada por nós, resumindo na “[...] dialética da memória e da identidade que se conjugam e nutrem mutuamente” (CANDAU, 2012, p. 16). Observa-se que a memória possui uma ligação orgânica com o grupo à qual pertence, se transformando com o desenvolvimento da sociedade, onde o binômio lembrar e esquecer se estabelece de forma dinâmica, na qual a memória é algo possível de se recuperar.

Visto que, o homem, desde os primórdios até os dias atuais, tem a necessidade de registrar suas atividades e encontrou ao longo do tempo diversos suportes para manter viva a memória desses registros. Richter, Garcia e Penna (2004, p. 25) relatam que o desenvolvimento dos suportes da escrita se deu a partir da “[...] pedra, tabletes de argila, tabuinhas de madeira, papiro, pergaminho, até o papel e documentos digitais [...]”, como também, atualmente, com a globalização e os avanços tecnológicos as informações passaram a se materializar em outros suportes, a

exemplo do patrimônio cultural que traz em seus bens culturais informações relevantes da história e da memória de um povo.

Robredo (2003, p. 104) lembra que,

A informação é suscetível de ser registrada (codificada) de diversas formas, duplicada e reproduzida *ad infinitum*, transmitida por diversos meios, conservada e armazenada em suportes diversos, medida e quantificada, adicionada a outras informações, organizada, processada e reorganizada segundo diversos critérios, recuperada quando necessário segundo regras preestabelecidas.

Assim, a memória é representada por meio de registros de informações, independente do suporte, mas passível de recuperação. De acordo com Pereira “[...] a construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais” (PEREIRA, 2011, p. 20). De acordo com Reis (2015), ao se falar da relação de informação e patrimônio cultural, a informação vem como recurso para compreender e concretizar as experiências vivenciadas pelos grupos sociais, como maneira de preservar memórias e o patrimônio cultural. A autora esclarece que

[...] é preciso destacar que as dimensões da informação são relevantes, haja vista que, através delas, também é possível estabelecer-se o vínculo com a preservação de fazeres e memórias, principalmente quando se trata do patrimônio imaterial, permitindo, portanto, recuperar processos que por ausência de conhecimento seriam ignorados em sua preciosidade (REIS, 2015, p. 118).

Deste modo, a construção da memória se relaciona ao acesso à informação e a preservação do suporte onde estão contidas essas informações. Nesse sentido, com a evolução da sociedade contemporânea, com os novos meios tecnológicos, a informação adquiriu novas abordagens e direcionamentos, sendo necessário preservar os bens culturais que trazem em sua materialidade informações relevantes do passado histórico de uma sociedade, como exemplo o extenso patrimônio cultural situado em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, região histórica de Mariana (MG), foco desta pesquisa, o qual possui um conjunto de monumentos, imagens sacras e espaços públicos tombados que retratam construções dos séculos XVII e XVIII (IPHAN, 2014d).

Robredo (2003, p. 104) lembra que, “[...] a informação é suscetível de ser registrada (codificada) de diversas formas, duplicada e reproduzida *ad infinitum*”. Dessa forma, a informação registrada, sob a ótica da Ciência da Informação, deve “[...] considerar a

natureza da ‘informação registrada humana’, o conceito central para o campo” (BAWDEN, 2007, p. 309).

E nesse sentido, com os avanços e transformações empregadas pelo sistema capitalista, vem ocorrendo a necessidade de uma nova materialidade para a memória e a identidade dos grupos sociais, surgindo assim, os lugares de memória (BAWDEN, 2007). Cujo papel é o de descrever certos espaços e certas temporalidades que acabam por ser sacralizados como patrimônio de determinados grupos em uma sociedade.

Os lugares de memória referenciados como patrimônio cultural, desenvolvem a função social de recuperar e guardar a memória, além de exercer uma função informativa no sentido de recuperar as lembranças dos acontecimentos, das pessoas e dos lugares permeados pela história, cultura e identidade de uma sociedade (BAWDEN, 2007). Além disso, aponta que por ser um lugar de memória, o patrimônio cultural tem potencial de identificar, promover e preservar os bens históricos, culturais, artísticos e naturais de uma sociedade ou de um grupo.

Uma vez que, patrimônio cultural expressa às diversidades de cada indivíduo, sua trajetória de vida, sendo um aporte fundamental para a construção de uma identidade cultural. Por isso, os lugares de memória fazem recordar o passado e têm a função de rememorar acontecimentos importantes, daí a relação com o conceito de memória, sendo esta, responsável pelo processo de reconstrução dos acontecimentos ocorridos no passado (NIVÓN, 2010). Um elemento de poder simbólico, independente da época histórica a que se refere.

Portanto, observa-se que é fundamental a preservação dos bens culturais para possibilitar este processo de representatividade simbólica do patrimônio. Posto isto, acredita-se que, buscar e ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural e seus lugares de memória demonstra relevância para os grupos sociais, como no caso do patrimônio cultural material dos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, situados na região de Mariana (MG).

Pois buscar objetos, registros, relíquias, informações de um passado de um grupo altamente assolado por uma tragédia ocorrida em novembro de 2015 se faz urgente e necessário, devido a sua capacidade de favorecer a recuperação da memória, valorizar esse patrimônio e disponibilizar informações para as futuras gerações.

Em sua obra, Le Goff (1996) descreve que o vínculo entre a memória e o patrimônio estabelece uma ligação com as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha. Além do mais, possibilita que os indivíduos passem a se enxergar como sujeitos da história, com direitos e deveres. Sendo que a memória, materializada nos bens culturais, conserva certas informações que contribuem para que o passado não seja esquecido. Além disso, também aponta que o patrimônio cultural colabora para preservar e manter a identidade de uma nação, assim como, os bens culturais representam uma herança cultural do passado, vivenciada no presente e que será transmitida para as gerações futuras.

Neste sentido, as noções de patrimônio cultural estão ligadas as lembranças e as memórias, que são basilares para as ações patrimonialistas, já que os bens culturais são preservados em função da relação que trazem com as identidades culturais (PELEGRINI, 2006). Desse modo, memória, identidade e patrimônio estão inter-relacionados, pois fazem referência aos conhecimentos, que atribuem aos grupos sociais, o sentido de pertença de uma determinada cultura ou sociedade.

É por meio da memória que os indivíduos recordam o passado, suas histórias e tradições. Para Le Goff (1996, p. 472) a memória é um “[...] elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Pollak (1992, p. 209) esclarece que a memória é “[...] uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”.

Nesse sentido, “[...] a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro”, que contribuirá para formação da identidade nacional (SANTOS, 1995, p. 239).

Segundo Pollak (1992) há uma crítica às fontes que sustentam a memória, a história e a identidade de um povo. Para ele “[...] não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo” (POLLAK, 1992, p. 8).

Pollak (1992) afirma que as fontes, tanto oral, como escrita podem passar por um processo de manipulação na pós-contemporaneidade, o que implica em se definir meios de controlar as distorções, pois existem “[...] diferentes elementos da memória,

bem como os fenômenos de projeção e transferência que podem ocorrer dentro da organização da memória individual ou coletiva” (POLLAK, 1992, p. 4). O autor cita ainda que a memória pode ser seletiva quando,

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. [...] a memória é um fenômeno construído (POLLAK, 1992, p. 4).

Para Halbwachs (2013), os sujeitos se recordam somente na sociedade que os reconhece, o que torna os eventos do passado em memórias do grupo, de tal modo que a memória é uma estrutura capaz de proporcionar no sujeito ou no grupo um sentimento de pertencimento. Levando em consideração que a memória não se estabelece como um processo de reconstituição ou resgate, mas sim como uma reconstrução do presente para o passado.

No entanto, existem limitações para a memória humana, sendo necessário buscar elementos externos para compensar, por exemplo, o esquecimento. No mundo moderno, a memória precisa ser incorporada a um local, há a necessidade da materialidade para não cair no esquecimento. Neste sentido, Pierre Nora (1993) apresenta o conceito de lugares da memória, criado pelas sociedades contemporâneas, como uma maneira de evitar a perda de identidade dos grupos sociais e a ausência de rituais mnemônicos. Dessa forma,

[...] os lugares da memória podem ser considerados como memória de longo alcance, devido à preservação de seus suportes materiais, o que explica, por exemplo, o fato dos lugares de memória em geral serem “institucionalizados”, ou seja, existe a necessidade de se atrelar um lugar físico, graças à importância que dá aos suportes materiais como mantenedores de evidências e memória (BRAZ; HOLANDA; FERREIRA, 2012, p. 10-11).

Contudo, estes lugares são vulneráveis aos aspectos conjunturais da sociedade moderna, diante do processo de aceleração da história, na qual vivemos, principalmente após a globalização, com os avanços tecnológicos e a fluidez dos tempos atuais, que muitas vezes colocam em risco a própria existência (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011).

O processo de aceleração da história, segundo Pierre Nora (1993) é como,

[...] uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no

mutismo do costume, na repetição do ancestral sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do determinado, o fim de alguma coisa desde sempre começada (NORA, 1993, p. 7).

Bauman (2007) manifesta que a sociedade contemporânea vive permeada pelo conceito de *modernidade líquida*, na qual, as relações, instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar. O autor ainda lembra a condição pós-moderna do descarte, em que nada é perene, e sim, descartável. Estes traços são pautados pela aceleração, fluidez, velocidade e pelo efêmero, e de acordo com esta lógica, essas características engendradas na atual sociedade contribuem intrinsecamente para que a memória do passado e seus registros sejam esquecidos.

Augé (1994) corrobora trazendo o conceito de sobre modernidade, marcado pelos exageros de acontecimentos, informações, imagens e referências espaciais e individuais. “Um mundo prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório, ao efêmero [...]” (AUGÉ, 1994, p. 74). Deste modo, observa-se que dada a necessidade de transmitir o acesso aos registros produzidos ao longo do tempo, se faz imprescindível criar lugares de memória, pois estes lugares de memória possuem o papel de preservar os registros do conhecimento humano, bem como garantir a memória e identidade de um povo para as gerações futuras.

Nora (1993, p. 21) afirma que “[...] não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória”. Além disso, Nora (1993, p.14) destaca que a memória “tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através dela”.

Félix (2004, p.39) revela que a “[...] identidade associa-se também aos espaços, onde está fixada a lembrança de lugares e objetos presentes nas memórias, como organizadores de referenciais identitários”. Esses lugares de memória assumem diferentes funções, segundo Murguia (2010):

Esses espaços podem ser simbólicos [...] ou físicos. Os espaços da memória têm assim, uma dupla função: simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares (MURGUIA, 2010, p. 8-9).

Os lugares de memória podem representar uma recordação social, como também podem apresentar provas da existência de determinados acontecimentos do passado, e deste modo, ao explorar esse universo de materialidade, o patrimônio cultural faz parte na construção desses lugares de memória (CHOAY, 2006).

3.1.3 O Patrimônio Cultural e a sua Preservação

O patrimônio por ser vivo e permanecer ao longo do tempo carrega a memória local de determinado tempo para as futuras gerações. Como Martins (2011) menciona, o patrimônio faz recordar o passado, pois é um testemunho do passado que tem a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes, daí a relação com o conceito de memória.

Sob essa ótica, a identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se constrói desde que a sociedade se disponha a “[...] preservar e divulgar os seus bens culturais” (LE GOFF, 1997, p. 138-139). Para Brandão (1996), a preservação dos bens culturais deve ser compreendida como prática social, inserida nos contextos culturais, nos espaços da vida das pessoas. Deve-se associar o valor histórico do bem cultural ao seu lugar atual, em sua comunidade de inserção.

Ferreira (1986, p. 247) considera-se como bens culturais “[...] um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região”, bem como, “[...] obras arquitetônicas, ou plásticas, ou literárias, ou musicais, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos, manifestações folclóricas, entre outros”. Cabe salientar que,

Na verdade, qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas o termo, pela prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais –, fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais –, a locução bem cultural queira se referir ao bem cultural protegido (CARSALADE, 2016, p. 14).

Os bens materiais de um local contribuem na reconstituição das lembranças que estão adormecidas ou esquecidas, contudo, elas não podem ser entendidas como um retrato fiel do passado, ao estarem sujeitas as influências da contemporaneidade, como exposto por Halbwachs (2013). Por esse motivo, o significado de patrimônio

depende do contexto dado à simbolização que é realizada, como também as influências territoriais e temporais, sendo uma construção histórica e culturalmente determinada.

Segundo Choay (2006), o patrimônio cultural expressa a identidade histórica e as vivências de um povo, colaborando para preservar e manter a identidade de uma nação, assim como os bens culturais representam uma herança cultural do passado, vivenciada no presente e que será transmitida para as gerações futuras.

Tal herança cultural adquirida pode fornecer informações significativas acerca da história de um país e do passado da sociedade. Por terem esse papel, acabam por contribuir na formação da identidade desse país, como também na formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate a memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e suas raízes. Em vista disso, sua preservação torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural (ROCHA, 2012, p. 1-2).

Neste caso, considerando a estreita relação entre patrimônio, identidade e memória, preservar o patrimônio cultural é fundamental, pois “[...] nosso patrimônio é a memória de nossa história e símbolo de nossa identidade nacional” (HARTOG, 2006, p. 266). Oliveira e Loures Oliveira (2008) ressaltam que é por meio da materialidade que o indivíduo realiza sua identidade cultural⁶, podendo com isso, reconstruir seu passado histórico.

As primeiras ações de preservação do patrimônio nacional brasileiro foram instituídas em 1922, com a inauguração do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro (PEREIRA JUNIOR, 2018). Em 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) com a finalidade de “[...] promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46).

Portanto, compreende-se que a criação do SPHAN representou um marco na institucionalização das ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Tendo sido posteriormente transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1994 (IPHAN, 2014c), com a missão de procurar bens culturais

⁶ Ressalta-se que o indivíduo constrói sua identidade pela imaterialidade também, por meio dos fazeres e saberes dos bens imateriais, foi exposto no texto os bens materiais por serem foco deste trabalho.

que expressem o caráter nacional, contribuindo assim para construir a tradição nacional.

O IPHAN se encontra atualmente vinculado ao Ministério do Turismo, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país. Segundo este Instituto (IPHAN, 2014c, p. 19) a “[...] preservação é um conceito genérico, ao abranger toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação”.

Para Gondar e Dodebei (2005, p. 53), a preservação dos bens culturais

É a representação dos modos de viver de uma população, de uma cultura, tais como os fragmentos, as evidências ou provas, permite reavaliar nossas ações no presente, pois é com esse confronto entre memória e projeto que as identidades se estabelecem ou a diferença é criada como uma possibilidade de resistência.

Para Silva (2008) a preservação deve contemplar ações corretivas e ações preventivas. Em consonância com esse pensamento de Silva (2008), Cassares (2000) busca esclarecer as diferenças entre preservação, conservação e restauração, o que pode ser observado por meio do Quadro 2.

Quadro 2 – Diferenças entre Preservação, Conservação e Restauração

Preservação	Conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.
Conservação	Conjunto de ações estabilizadoras que visam [sic] desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).
Restauração	Conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.

Fonte: Cassares (2000).

Costa (2003) conceitua preservação como “[...] o conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a proteção do patrimônio” (COSTA, 2003, p. 2). Ou como expõem Granato e Pinheiro (2012), a preservação surge como instrumento de transmissão e manutenção física do bem cultural, como também ações que possibilite o maior conhecimento

sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações (GRANATO; PINHEIRO, 2012).

Heloisa Costa (2008) corrobora ao expor que a preservação consiste no processo de tomada de consciência do valor de um bem cultural. Disso se pode inferir um aspecto de movimento em direção à “uma ação que se faz com intensidade para alguém ou alguma coisa, portanto, tem um objetivo mais amplo em direção ao humano, à transmissão, à formação dos indivíduos” (COSTA, 2008, p. 122).

Uma política de preservação para a sociedade brasileira deve-se configurar como uma política pública, visando a reforçar a identidade coletiva e a formação cultural e educacional de grupos formadores da sociedade brasileira, sendo necessário desenvolver ações, pontuais ou não, que possam contribuir para a introdução do tema do patrimônio no universo das questões relevantes para a sociedade brasileira (FONSECA, 2009).

E nesse sentido considera como fundamental que ocorra o envolvimento da sociedade brasileira em relação às políticas de preservação do patrimônio, e sua característica de abranger necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. “Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação” (FONSECA, 2005, p. 36).

Conforme a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a preservação é um instrumento a ser adotado pelo poder público, bem como, pela sociedade civil para evitar perdas e destruição dos bens culturais. Observa-se que a Carta Magna também traz responsabilidades para todas as esferas do poder público – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – a fim de preservar o patrimônio cultural brasileiro.

Como dispõe o parágrafo 1º, do artigo 216, da Constituição de 1988, ao delimitar que: “[...] o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância,

tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988).

A Carta Magna vigente prevê ainda em seu Art. 23, Inciso III que os entes federados devem “[...] proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (BRASIL, 1988). Esses instrumentos de preservação do patrimônio cultural brasileiro foram instituídos ao longo dos anos por diversas legislações, e atualmente compõem as possibilidades legais a serem empregadas na proteção dos bens culturais (IPHAN, 2014c).

Assim, compreende-se que a fim de prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro, o poder público, representado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criou instrumentos legais preservacionistas para manter-se viva a história e a memória dos diversos grupos sociais do Brasil, conforme disposto: “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, Art. 216, § 1º).

De acordo com publicação do IPHAN (2014c), o inventário foi expressamente reconhecido como um instrumento jurídico de proteção do patrimônio cultural, juntamente com o tombamento, a desapropriação, os registros e outros meios de tutela, portanto, é um instrumento que representa mais do que apenas uma catalogação de bens voltada para a indicação de tombamentos.

O que se deve ao fato de se caracterizar como a prática de descrever, levantar da maneira mais complexa possível, a relação e conjunto de bens culturais, no intuito de abranger toda a diversidade de patrimônio existente tem como principal objetivo a apreciação do bem (IPHAN, 2014c), no qual se faz necessário conhecer seu fundamento e, posteriormente, um pedido de tombamento.

Miranda (2006, p. 103) menciona que “[...] o inventário visa à identificação e ao registro dos bens culturais adotando-se, para sua execução, critérios técnicos de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, antropológica, dentre outras”. Sendo que as informações do inventário podem ser registradas em fichas onde tenha “[...]”

descrição sucinta do bem cultural, constando importância do mesmo, histórico, características físicas, delimitação e estado de conservação”.

Outro instrumento legal é o registro, equivalente à identificação e a valorização do bem intangível por meio de documentação produzida de forma escrita e audiovisual e da percepção do passado e presente de manifestações artístico-culturais (BRASIL, 2000). Contribuindo assim para manter vivas e acessíveis as tradições e suas referências culturais. O registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro foi instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Segundo Miranda (2006, p. 106), o registro,

Identifica a referência cultural e, na medida em que contenha informações relativas aos seus dados históricos e características peculiares, permite o acesso das pessoas às informações necessárias ao conhecimento e divulgação da manifestação cultural.

A inscrição dos bens culturais nos livros de registro contribui “[...] para o reconhecimento e a valorização do papel de uma determinada manifestação cultural na formação da cultura brasileira” (BRAYNER, 2007, p. 22). A vigilância é outro instrumento de preservação, previsto no artigo 216, parágrafo 1º da Constituição de 1988 e tem como prerrogativa dispor que o poder público exerça a vigilância permanente dos bens culturais sob sua tutela, funcionando como extensão do seu Poder de Polícia (BRASIL, 1937, Art. 20).

Segundo Miranda (2006, p. 108), a vigilância condiz com “[...] uma das manifestações do poder de polícia outorgado aos entes federados para que possam tutelar administrativamente patrimônio cultural brasileiro”. A instituição responsável pela vigilância, o IPHAN, poderá inspecionar os bens culturais sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa.

O tombamento, criado pelo Decreto-lei nº 25/1937 (IPHAN, 2014c), tem efeito de conservar os bens materiais, coisas móveis ou imóveis que são reconhecidas como portadoras de valores culturais. Com a realização do tombamento são criadas obrigações para os proprietários de bens tombados, para com o poder público e para a sociedade civil, como o fato de ambos deverem manter e conservar o bem cultural. O tombamento pode ser feito pela União, por intermédio do IPHAN, e pelos governos estaduais, por meio de instituições responsáveis pela área, ou pelas administrações municipais, segundo leis específicas ou a legislação federal.

O processo de desapropriação constitui-se de atos legais, nos quais o poder público intervém na propriedade privada, de modo a restringir os direitos a este inerente, podendo ser de forma parcial ou total. Segundo Mello (2009, p. 859), a desapropriação é o “[...] procedimento por meio do qual o Poder Público compulsoriamente despoja alguém de uma propriedade e a adquire, mediante indenização, fundado em um interesse público”.

Nesse sentido, o poder público transfere de forma compulsória alguma propriedade, tendo como motivo a utilidade pública, necessidade pública e/ou interesse social. Mello (2009, p. 863) destaca ainda que “[...] o fundamento político da desapropriação é a supremacia do interesse coletivo sobre o individual”, deste modo, o que se prevalece nesse caso é a preservação e garantia da cultura, memória, história e identidade que o bem cultural traz a sociedade. Além desses instrumentos referidos na Constituição, existem ainda muitos outros, tais como a legislação urbanística, incentivos fiscais e educação patrimonial, entre outros (MIRANDA, 2006, p.101).

Recorrer a estes instrumentos legais para preservar os bens culturais brasileiros, é uma forma de “[...] proteger o patrimônio, seja ele material ou imaterial, significa trazer para o presente, referências do passado que nos identifica e que também pode ser projetada para a construção de um futuro, impregnado da história e da mesma força vital da tradição que o originou”. (LIMA; RIBEIRO; TOUTAIN, 2016, p. 372). Além disso, “[...] preservar é assegurar as condições mínimas para acesso ao legado cultural da humanidade no futuro” (PIRES; RIBEIRO, 2015, p. 2).

Nessa perspectiva, o tema preservação e memória encontram-se na raiz da Ciência da Informação (CI), pois identificamos de um lado a documentação, com foco no registro do conhecimento científico e, do outro, a recuperação da informação (PINHEIRO, 1999). Pode-se, então, observar que a memória e a informação tendem a convergir para uma abordagem mais dinâmica, voltada a um caráter informacional, indo além do sentido da guarda e da preservação. Nessa linha, Oliveira e Rodrigues (2011) citam que a informação vem numa tendência majoritária no âmbito da CI, desempenhando um papel de inter-relação na sociedade contemporânea,

Os trabalhos dessa “tendência” relacionam memória e informação, considerando especialmente as informações registradas (documentos), nos mais variados suportes, como elementos de relevância para a memória social, em vários níveis: local, regional ou nacional. Essa relevância é justificada pela possibilidade de (re)construção da memória e da formação de identidade a

partir desses registros, o que exige sua organização, preservação e divulgação (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, n. p).

Neste sentido, Santos (2011) expõe que a preservação é essencial para manter a integridade dos traços que definem um bem cultural, ao compor a nossa herança patrimonial, ou seja, nossa identidade cultural. Neste sentido, preservar os bens culturais materiais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, devastados por uma avalanche de lama, por isso, sistematizar e disponibilizar as informações contidas nos relatórios da Fundação Renova referente ao Programa 12 que abordam esses bens, se faz necessário para legitimar “[...] o ato de legar às gerações futuras uma memória compreendida como coletiva, representativa de dimensão social, cultural e histórica” (LIMA, 2017, p. 20).

Sendo, necessário conjugar essas ações com as comunidades e instituições públicas municipais e estaduais, para que ocorra de fato, a preservação do patrimônio cultural. No caso desta pesquisa, de acordo com a realidade dos subdistritos de Mariana, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

A população carece de agir coletivamente, reconhecendo a importância da preservação e do valor dos bens culturais, para criar uma perspectiva de conhecimento acerca do patrimônio cultural brasileiro. Logo, Lima, Ribeiro e Toutain (2016, p. 372) esclarecem que “[...] preservar, registrar e proteger culturas, objetos, imagens, móveis, imóveis, tradições, cantigas e outros que contam histórias de épocas, pessoas, comunidades, mantém no sujeito o sentimento de pertencimento”.

Assim, ao compreendermos que o “[...] patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos” (PELEGRINI, 2006, p. 3) estaríamos garantindo uma identidade cultural. Logo, o patrimônio cultural permite que os indivíduos de um grupo social reconheçam sua origem e de seus antepassados, pois o patrimônio cultural como forma de representação da memória vincula as pessoas, a experiências individuais e coletivas e, expressam às diversidades de cada pessoa e sua trajetória, sendo um aporte fundamental para a construção de uma identidade (SANTANA; SIMÕES, 2015).

Portanto, preservar o patrimônio cultural brasileiro se faz necessário para garantir a identidade histórica e as vivências de sua população, ao representar para Lima, Ribeiro e Toutain (2016) a defesa da memória de um povo e o compartilhamento de

um bem comum. Em seu entendimento, a história aliada a um patrimônio constitui um legado compartilhado.

Hartog (2006, p. 266) ressalta que o patrimônio cultural é “[...] símbolo de nossa identidade nacional”. Assim, a elaboração e execução de políticas públicas voltadas para a valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro, e da participação efetiva da sociedade civil junto às instituições e classe política, solicitando e acompanhando as tomadas de decisões, bem como estabelecendo ações preservacionistas para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro é de extrema importância.

Após esse percurso teórico, no próximo capítulo, iremos traçar a caracterização do campo de ação, contextualizando a cidade de Mariana (MG) e seus subdistritos Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, bem como o rompimento da barragem de Fundão nesses subdistritos.

3.2 INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação (CI) evoluiu com o tempo, influenciada pela globalização, os avanços científicos e tecnológicos. Essas transformações contribuíram para permear às mais diferentes áreas do conhecimento científico, profissional, social, bem como, instituições políticas, econômicas, sociais, culturais e educativas.

Segundo Le Coadic (2005, p. 25), a Ciência da Informação é uma ciência social que “[...] tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação, e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso”. Borko (1968) conceitua Ciência da Informação como:

Uma ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo e o uso da informação e as técnicas, tanto manuais quanto mecânicas, de processamento de informação para a melhor armazenagem possível, a recuperação e a disseminação (BORKO, 1968, p. 3).

Segundo Moura (2007), a Ciência da Informação tem por intuito compreender, as relações humanas que se encontram mediadas pela informação, bem como os desdobramentos desta ação, o que implica em compreender os aspectos sociais e técnicos envolvidos na ação de produzir, sistematizar, organizar e recuperar informações, o que é feito a partir do ponto de vista do sujeito. Bem como as

ferramentas, objetos, processos e manifestações culturais que estejam relacionadas com este fim.

Ou como expõe Barreto (1994), a Ciência da Informação, como ciência que estuda a informação e gera conhecimento, possui um papel fundamental no processo de transformação da sociedade. Desse modo, a informação é um elemento agregador que move a evolução histórica da humanidade.

A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisseia individual no espaço e no tempo. A importância que a informação assumiu na atualidade pós-industrial recoloca para o pensamento questões sobre a sua natureza, seu conceito e os benefícios que pode trazer ao indivíduo e no seu relacionamento com o mundo em que vive (BARRETO, 1994, p. 1).

Capurro e Hjørland (2007) definem informação como uma categoria antropológica ao ser humano que diz respeito ao fenômeno de mensagens humanas, por isso, quase todas as disciplinas empregam o conceito de informação dentro de seu próprio contexto. E quanto à origem do termo informação, afirmam que possui raízes latinas, sendo que na idade média era usado no sentido ontológico, epistemológico e pedagógico. Na transição da idade média para a moderna ocorreu uma inversão no significado da palavra informação, momento em que o conceito do termo informação se encontra ligado às visões sobre o conhecimento.

E na passagem para a idade moderna, a estrutura da palavra informação passa para a essência, a forma para substância e ordem intelectual para impulsos sensoriais (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Em seu estudo, Bawden (2007, p. 309) explana que a CI envolve “[...] várias formas de conhecimento, conferindo coerência ao foco no conceito central de informação humana, registrada e subjacente a diversas disciplinas práticas”.

O autor coloca que a ideia central da Ciência da Informação é a informação registrada, pois para ele “[...] devemos considerar a natureza da ‘informação registrada humana’, o conceito central para o campo” (BAWDEN, 2007, p. 309). Para Rabello (2009), a informação registrada pressupõe o próprio conceito de documento. E para compreender a variação deste conceito no âmbito da CI foi preciso retomar o conceito “informação” segundo os estudos de Capurro (2003), uma vez que ocorre uma variação deste conceito.

Capurro (2003) defende três abordagens distintas: objetiva - com ênfase no dado e no processo comunicativo; subjetiva - com ênfase na interpretação do indivíduo isolado; e objetiva/subjetiva social - materializada e contextualizada num sistema de informação documental, que terá valor institucional e social (RABELLO,2009, p. 15).

Portanto, é possível dizer que este trilema de Capurro consiste em três paradigmas: físico, cognitivo e social. Sendo que o paradigma físico tem uma visão tecnológica e influências das pesquisas de Shannon e Weaver (CAPURRO; HJORLAND, 2007). A mensagem nesse paradigma é considerada como objeto físico, onde este objeto físico compõe um processo de envio e recebimento de informação uma vez transmitida.

Já o paradigma cognitivo busca atender as necessidades do usuário por meio da interação humana com sistema. Surgido para diferenciar o conhecimento e o registro do conhecimento nos documentos. Sendo que neste paradigma a informação é considerada um elemento inseparável do indivíduo.

Por fim, o paradigma social atende a informação trabalhada no contexto social, onde a informação estudada só teria valor se compreendida por meio de um domínio de conhecimento e sua relação com suas comunidades discursivas (linguagem, pensamento e conhecimento). Ou seja, é possível dizer que há uma interação do indivíduo com o meio (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

Nativa (2016, p. 35) expõe que o termo informação, dessa maneira, deve ser usado como um produto social, “[...] resultante da interação entre pessoas, das relações humanas, nos espaços de convivência social, de troca de experiências, sendo a informação potencializada e transformada em conhecimento”.

Diante disso, Reis (2015, p. 109) pontua que ao analisar a informação no contexto social “[...] torna-se evidente não ser possível entendê-la fora de sua inserção histórica, em termos de uma apreensão de totalidade e de vê-la também em seus aspectos intrinsecamente contraditórios”. Para essa autora,

[...] é preciso destacar que as dimensões da informação são relevantes, haja vista que, através delas, também é possível estabelecer-se o vínculo com a preservação de fazeres e memórias, principalmente quando se trata do patrimônio imaterial, permitindo, portanto, recuperar processos que por ausência de conhecimento seriam ignorados em sua preciosidade (REIS, 2015, p. 118).

Nativa e Reis (2017) ressaltam que a relação entre os campos da informação e do patrimônio cultural pode ser uma ferramenta para apreender e consolidar as

experiências vivenciadas por diversos grupos sociais, como forma de preservar memórias e os bens culturais.

3.2.1 Sociedade da Informação

Matos (2002, p. 12) descreve a sociedade da informação como “[...] uma expressão usada para designar uma forma de organização social, econômica e cultural que tem como base, tanto material, como simbólica a informação”. Essa definição estrutura-se “[...] segundo formas específicas de organização que são decorrentes tanto das novas relações de poder, como das necessidades de responder as exigências da produtividade e da inovação” (MATOS, 2002, p. 13).

Em seu estudo, Mattelart (2002) propõe que a sociedade da informação atende uma lógica de reorganização da estratégia política e econômica dos países centrais, especialmente, dos Estados Unidos, “[...] a noção de sociedade global da informação é resultado de uma construção geopolítica” (MATTELART, 2002, p. 7).

Observa-se que este termo “sociedade da informação”, surgiu por volta da década de 1970, sobretudo no Japão e nos Estados Unidos, “[...] no âmbito de discussões sobre o que seria a sociedade pós-industrial e quais seriam suas principais características” (TAKAHASHI, 2000, p. 2).

Sendo que nesta época, a informação passou a ter um volume muito intenso em decorrência da explosão informacional, exercendo assim, um papel fundamental nos setores econômicos, social, político e cultural. Para Takahashi (2000), este avanço informacional está interligado com o desenvolvimento tecnológico e a globalização, além de ter se popularizado o armazenamento e o processamento eletrônico das informações, o que causou um salto de qualidade nas informações disponíveis.

Na sociedade da informação, segundo Miranda (2000, p. 80),

A comunicação e a informação tendem a permear as atividades e os processos de decisão nas diferentes esferas da sociedade, incluindo a superestrutura política, os governos federal, estaduais e municipais, a cultura e as artes, a ciência e a tecnologia, a educação em todas as suas instâncias, a saúde, a indústria, as finanças, o comércio e a agricultura, a proteção do meio ambiente, as associações comunitárias, as sociedades profissionais, sindicatos, as manifestações populares, as minorias, as religiões, os esportes, lazer, hobbies etc.

Desse modo, compreende-se que a sociedade da informação se originou nesse contexto que revisa a modernidade e a tecnologia, onde o fluxo informacional é constante e fluído. Além disso, a velocidade em que as tecnologias de comunicação vêm evoluindo impacta diretamente na disponibilidade e acesso da informação, e de acordo com Miranda (2000), tais fatos interferem de modo direto ou indireto nas relações culturais e de identidade, fazendo com que a sociedade tenha uma nova dinâmica social.

Para Dantas (1996), esta nova dinâmica social se deu visto que a sociedade da informação surgiu com os avanços do sistema capitalista, onde as atividades humanas decisivas para a vida econômica e social se organizam em torno da produção, processamento e disseminação da informação através das tecnologias eletrônicas. A informação passou a ser o principal elemento de inovação, transformação e desenvolvimento, sendo um subsídio basilar na dinâmica do universo capitalista globalizado atual.

Compreende-se que o uso da informação se tornou peça-chave para que a instituição e os indivíduos possam se tornar um agente ativo dentro da rede em que estão inseridos (ALMEIDA JUNIOR; SOUZA, 2015). Logo, quanto mais informação deterem, maior será a capacidade de intervenção na realidade

Em seu estudo, Miranda (2000) afirma que as formas pelas quais o Estado irá atuar com relação aos elementos estruturais da Sociedade da Informação são determinantes, pois as políticas públicas podem definir os modos de interação dos indivíduos, grupos sociais, organizações e instituições públicas e privadas. Deste modo, segundo Almeida Junior e Souza (2015, p. 130). “[...] a apropriação da informação é a peça-chave e o principal componente de emancipação do sujeito no contexto no qual está inserido”.

4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE AÇÃO

Neste capítulo que trata da caracterização do campo de ação, realizou-se uma breve trajetória do rompimento da barragem de Fundão e suas consequências após o desastre. E por fim, uma contextualização conceitual do Comitê Interfederativo (CIF), a Fundação Renova, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e os relatórios do progresso do Programa 12 sobre as ações a serem desenvolvidas e implementadas pela Fundação Renova.

Em seguida, foram feitos apontamentos acerca da cidade de Mariana (MG), e em específico sobre os aspectos históricos e geográficos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo antes e após o rompimento da barragem de Fundão, bem como, os patrimônios culturais materiais tombados e em processo de tombamento existentes nesses subdistritos que foram atingidos pelo rio de lama provocado pela empresa Samarco Mineração S.A e suas acionistas, Vale e BHP Billiton.

4.1 O DIA FATÍDICO, O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA REGIÃO DE MARIANA

O quinto dia de novembro de 2015 ficou marcado na história do Brasil como aquele em que ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, localizada no município de Mariana, Minas Gerais e controlada pela empresa Samarco Mineração S.A. Esta barragem foi construída para servir de depósito dos resíduos gerados durante o processo de mineração de ferro.

Informações oficiais relatam que este ocorrido resultou na morte de 19 pessoas, além de impactar a vida de várias comunidades que viviam nas margens do Rio Doce, atingindo os estados de Minas Gerais e Espírito Santo até sua foz em Regência (XAVIER; VIEIRA, 2016).

Impactos estes que não se deram somente para a dimensão humana e material, mas também financeira, a partir do momento em que a prática da pesca se tornou inviabilizada. Depois de passados seis meses do desastre, nos dias 05 e 06 de maio de 2016 foi realizado no município de Mariana o seminário “O Desastre da Samarco: balanço de seis meses de impactos e ações”.

Conforme Arcuri, Laia e Suñer (2018), este seminário foi proposto com o intuito de reivindicar a inclusão das comunidades atingidas na esfera das negociações referentes às indenizações e reparações sobre os danos socioambientais causados nas regiões impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão (MG). Além disso, ao final das apresentações reuniram representantes das comunidades atingidas, entidades de interesse da sociedade civil, o poder público, acadêmicos e gestores de entidades de fomento à pesquisa, o qual culminou na publicação da Carta do Rio Doce (Watu) (2016). Um trecho desta carta demonstra a intensidade dos impactos sofridos nestas comunidades.

Passados seis meses do rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco/Vale/BHP Billiton, o desastre se perpetua em uma crise crônica, sentida diariamente para além dos impactos imediatos, visíveis e mensuráveis. Desde o dia 05 de novembro de 2015, pessoas e comunidades ao longo da Bacia do Rio Doce continuam sofrendo, dentre vários fatores, por restrição de acesso à água de qualidade, por impedimento de desempenharem atividades econômicas e sociais, por terem a saúde fragilizada, por verem seus modos de vida territorializados profundamente transformados a ponto de comprometerem a sua reprodução social e pela inadequação de ações institucionais que desconsideram suas necessidades e direitos fundamentais. Tais efeitos, e seus desdobramentos, se manterão presentes na realidade da região ainda por muitos anos, perenizando a tragédia (CARTA DO RIO DOCE – WATU, 2016, p. 1).

Os autores Arcuri, Laia e Suñer (2018, p. 216) alertam para “[...] a necessidade de se observar as múltiplas faces de um problema que pode ser equivocadamente interpretado por ópticas disciplinares isoladas”. O que é bastante verdadeiro levando em consideração os interesses antagônicos envolvidos, de um lado os interesses econômicos visando o potencial da mineração neste território mineiro e de outro lado a população do local visando à diversidade ambiental e sociocultural desta região.

Neste sentido, o capitalismo como sistema de produção e reprodução das relações sociais carrega em sua gênese a destruição da força de trabalho, com o processo de apropriação da mais-valia, e a destruição do meio ambiente, partindo do pressuposto que sua base de sustentação é a intensa produção de excedente, que se intensifica na fase do capitalismo tardio pelo processo de crise da valorização das taxas de lucro (MANDEL, 1985), cuja “[...] a natureza é valorizada no capitalismo somente se puder ser trocada por outra mercadoria, ou, mais comumente, por dinheiro” (FOLADORI, 2001, p. 110).

Compreende-se que a relação homem-natureza vem se transformando ao longo do tempo e a intervenção do homem na natureza ao longo da história demonstra como

está a atual configuração física e social do nosso planeta. Essa relação tem partida no momento do surgimento da humanidade, na qual, o homem diante as suas necessidades fundamentais de sobrevivência veem na natureza uma forma de sanar essas necessidades.

A troca existente na relação do homem-natureza se modifica de acordo com o modo de vida de determinada cultura e a relação homem-trabalho. Neste sentido, Fischer (1967, p. 21) define o trabalho como “[...] atividade deliberada para a adaptação das substâncias naturais aos desejos humanos; é a condição geral necessária para que se efetue um intercâmbio entre o homem e a natureza”.

Engels (1990) relata que o trabalho foi o fator decisivo para motivar o homem a se desenvolver e transformar a realidade em que se fazia parte. Por isso, o trabalho “[...] é a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (ENGELS, 1990, p. 269). E Marx (1999, p. 18) complementa que “[...] este processo de emancipação do homem em relação às suas condições naturais originais de produção é um processo de individualização humana.

Deste modo, o homem é um ser que devido a sua dependência da natureza, teve que se adaptar a ela para poder sobreviver. Leff (2007) corrobora afirmando que há uma relação entre o desenvolvimento da civilização e os problemas ambientais. Em seu entendimento, a problemática ambiental inicia-se nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, colocando em xeque a racionalidade econômica e tecnológica dominantes.

Leff (2007) ainda cita que os problemas ambientais estão fortemente vinculados ao modo como se apreende e se estabelece uma relação entre as ações ou o modo de existir humano e a natureza. E com o desenvolvimento da relação trabalho *versus* natureza e as modificações do modo de produção, o homem se põe a uma relativa independência diante dela. Buscando desta forma, adaptá-la à sua nova forma de vida, tentando transformar a natureza para atender a novos anseios e necessidades, que antes era dominado por ela, passa a ser um agente transformador dela.

Assim, compreende-se que o consumo de matéria-prima não se limita mais a satisfazer necessidade de subsistência do homem, agora, os recursos naturais passam a ser usados para geração de riqueza, para o acúmulo, com objetivo maior, o lucro (LEFF, 2007). Nesse sentido, as interferências do homem na natureza em

busca do aumento da produtividade e acumulação de riquezas, numa lógica capitalista de se ver os recursos naturais como mercadorias, faz com que surjam efeitos nocivos ao homem e ao seu meio ambiente.

O intenso processo de destruição dos recursos naturais e que afetou incisivamente as formas de reprodução da vida tanto humana quanto da fauna e flora da região de Mariana (MG) evidenciam o processo predatório das relações marcadas pelo capital.

[...] a relação de exploração viabilizada pelo sistema produtivo capitalista legítima não apenas a degradação dos recursos naturais, mas também possibilita a ruína da qualidade de vida e da saúde daquelas e daquela cuja força de trabalho é essencial para a produção do lucro (XAVIER; VIEIRA, 2016, p.198).

Nesta lógica de apropriação da natureza para a produção de mais valia, extrapolam os recursos naturais, sofrendo grandes impactos e transformações no habitat natural do homem. Configurando-se assim, uma dualidade entre a necessidade humana verso a necessidade capitalista. E na tarde de 05 de novembro de 2015, os impactos extremamente negativos dessa tentativa do homem de dominar a natureza se materializam com o rompimento da estrutura de contenção de rejeitos da barragem de Fundão, situada na região de Mariana, Minas Gerais, controlada pela empresa Samarco Mineração S.A.

Compreende-se que inicialmente se faz necessário uma contextualização da empresa Samarco Mineração S. A. e das condições que levaram ao maior desastre ambiental do Brasil, o derramamento de lama da barragem de Fundão da empresa Samarco/Vale/BHP Billiton na Bacia do Rio Doce. A Samarco Mineração S. A., fundada em 1977, é uma mineradora brasileira, extratora de pelotas de minério de ferro usadas na produção de aço, chegando a se tornar uma das maiores empresas de mineração do mundo, segundo Ramalhão (2016).

Sua sede fica na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, e é administrada por uma Joint-venture, tendo sua porcentagem total de ações divididas igualmente entre as empresas Vale S. A. e Anglo-Australiana BHP Billiton. Observa-se que entre 2010 e 2014 a empresa lucrou R\$ 13,3 bilhões, figurando como a décima maior exportadora do Brasil para o ano de 2015 (RAMALHOSO, 2016).

Para Davies e Martin (2009) o caráter estrutural do rompimento da barragem do Fundão baseia-se no aumento das ocorrências de rompimento de barragens de rejeitos aos períodos recessivos dos ciclos de preços dos minérios. Wanderley,

Mansur e Pinto (2016, p. 39) mencionam que os “elementos técnicos relacionados à estrutura da barragem, à deposição de rejeitos e ao rompimento da mesma só podem ser compreendidos em articulação com fatores econômicos, sociais, políticos e institucionais”. Para Davies e Martin (2009), as causas do rompimento da barragem são diversas, dentre elas,

Pressa para obter as licenças necessárias para operar e auferir ganhos no período de preços elevados, levando ao uso de tecnologias inapropriadas e à escolha de locais não adequados para a instalação dos projetos, escolhas decorrentes de estudos pouco aprofundados, que priorizam a velocidade das obras e pressão sobre as agências ambientais pela celeridade no licenciamento, o que pode levar a escolhas e avaliações incompletas ou inadequadas dos reais riscos e impactos dos projetos; Movimento setorial de expansão, também durante o período de alta, causando um aquecimento do setor de engenharia e a contratação de serviços a preços mais elevados (aumentando o endividamento das firmas); por outro lado, a grande circulação e a supervalorização dos profissionais no mercado geram necessidade de incorporação de técnicos menos experientes ou sobrecarga dos mais experientes (comprometendo a qualidade dos projetos ou a execução das obras); Intensificação da produção em volume e pressão por redução nos custos a partir do momento em que os preços baixam e voltam aos patamares usuais (DAVIES; MARTIN, 2009 apud WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016, p. 40).

Diversos desses elementos podem ter relação com o processo de construção da barragem de Fundão e ao comportamento operacional da empresa Samarco Mineração S.A. (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016). Além disso, segundo Wanderley, Mansur e Pinto (2016) a barragem de Fundão foi licenciada entre 2005 e 2008, período pelo qual os preços do minério de ferro alcançaram seu pico. Seu licenciamento foi feito por órgãos públicos que passavam por intenso processo de precarização e pressões políticas.

A aprovação do funcionamento da barragem de Fundão ficou vinculada a uma série de condicionantes ambientais, as quais em alguns casos foram atendidas de forma parcial ou pouco satisfatória. Do ponto de vista das infraestruturas de contenção na região de Mariana em Minas Gerais, a disposição de rejeito de minério é feita nas barragens de Germano (cuja capacidade de armazenamento se esgotou em 2009), de Santarém e a de Fundão.

A barragem de Germano está em funcionamento desde 1977. É considerada o sistema de contenção de rejeitos mais alto do Brasil, com 175 m de altura e capacidade estimada em 200 milhões de m³ de rejeitos (O TEMPO, 2015). Já a barragem do Santarém começou seu funcionamento em 1994, foi construída para contenção de rejeitos de mina e para utilização como reservatório de recirculação de

água. O sistema do Santarém sofreu assoreamento do reservatório e demandou expansão via alteamento (SUPRAM-CM, 2009, p. 2), chegando à capacidade de 7 milhões de m³ de rejeitos (O TEMPO, 2015).

Por último, a barragem de Fundão, que entrou em funcionamento em 2008, possuía dois reservatórios independentes para a disposição de rejeitos arenosos (Dique 1 de capacidade de 79,6 milhões de m³ e 15,9 anos de vida útil) e de lama (Dique 2 de 32,2 milhões de m³ e 4,9 anos), alcançando a altura de 90m e ocupando uma área de 250 ha. (SUPRAM-ZM, 2008, p. 6).

Conforme Wanderley, Mansur e Pinto (2016) laudos da Polícia Federal indicaram que a empresa Vale também depositava parte dos rejeitos, advinda de suas minas do Complexo Alegria, na barragem de Fundão. E segundo reportagem do G1 (2016), em 2014, a empresa Vale foi responsável por aproximadamente 28% das 18t de rejeitos depositados em Fundão. E após o rompimento da barragem de Fundão, em maio de 2016, a Vale foi acusada pela Polícia Federal de adulterar dados do volume de lama que depositava na barragem de Fundão (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). Ainda se destaca na perícia realizada pela Polícia Federal outros fatores para o rompimento da barragem de Fundão (MG), como:

- Péssimo monitoramento da barragem;
- Equipamentos defeituosos;
- Diferença entre o valor declarado pelas empresas Vale e Samarco e a quantidade real de rejeitos despejados na barragem Fundão;
- Plano de Ações Emergenciais sem eficácia;
- Elevada taxa de alteamento anual da barragem, em função do grande volume de lama que era depositado nela;
- Assoreamento do dique 02 permitiu infiltração de água;
- Falta de treinamentos e sem profissional capacitado;
- As obras de recuo na ombreira esquerda da barragem foram feitas sem qualquer projeto;
- Instrumentos encontrados estavam inativos quando a barragem rompeu;
- Não havia monitoramento diário no recuo da ombreira esquerda da barragem;
- Carta de risco desatualizada;

- Troca de e-mails e mensagens deixam claro que a Diretoria recebia todas as informações sobre os problemas que aconteciam em Fundão;
- Priorização do custo ao invés da segurança no tipo de barragem; entre outros (G1, 2016).

Estes indícios demonstraram a precariedade em relação a segurança e controle das barragens, acarretando o rompimento da barragem de Fundão em 2015. A coabitação nem sempre tranquila entre a mineradora e os moradores daquela região foi violada de modo irreversível em decorrência deste fato, cujas consequências foram sentidas na natureza, mas principalmente, pelos moradores da região que tiveram máculas no seu ambiente e em sua vida.

O desastre da barragem de Fundão atingiu várias comunidades ribeirinhas e contaminou a bacia do Rio Doce, “[...] atingindo mais de um milhão de pessoas, entre trabalhadores rurais, pescadores, (...) comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia” (SILVA, 2017, p. 21) provocando um dos maiores desastres socioambientais da história recente do Brasil (LOPES, 2016).

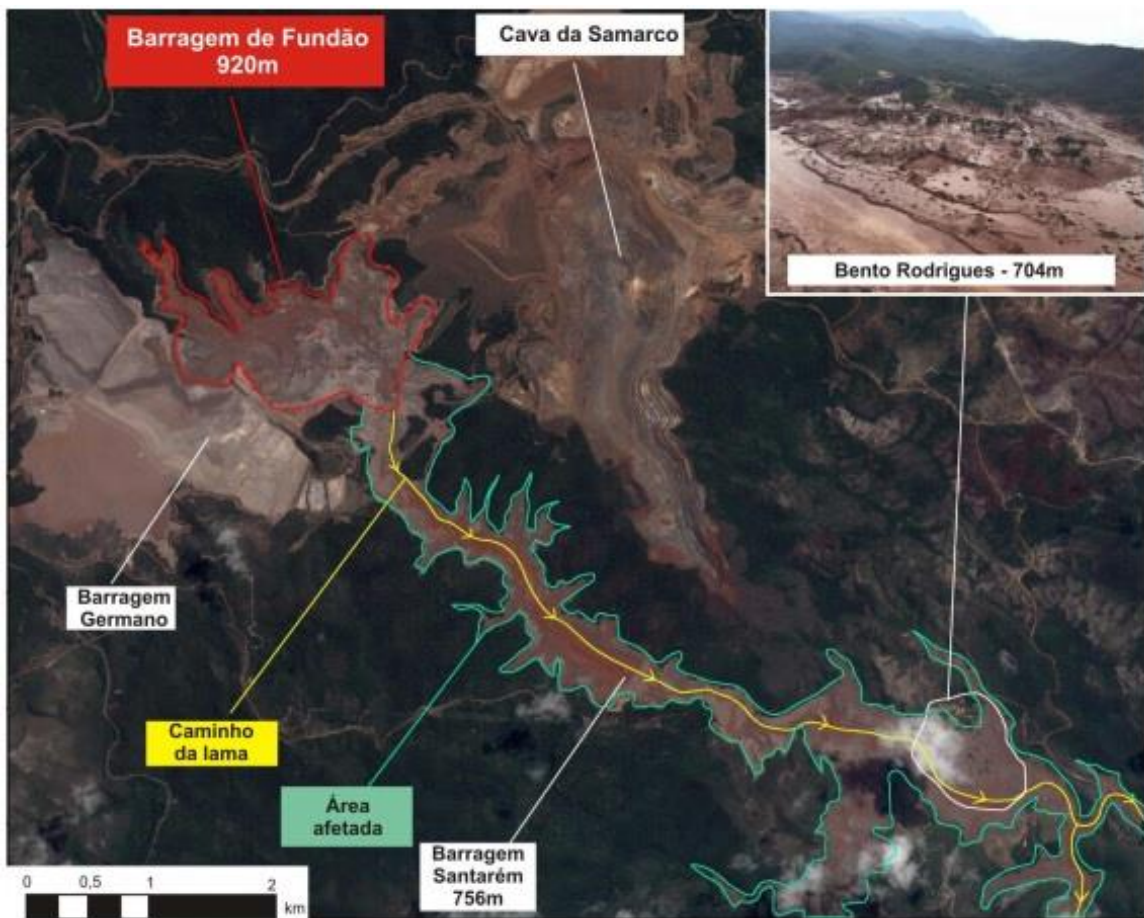
A barragem de Fundão (MG), em extensão e volume depositado, era a segunda maior barragem da Empresa (SAMARCO, 2016), e foi responsável por despejar no Meio Ambiente um volume total de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério, o que certamente impactou de muitas maneiras a vida de várias comunidades que viviam no entorno do Rio Doce (XAVIER; VIEIRA, 2016).

Segundo Xavier e Vieira (2016), os rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão passaram por cima da barragem de Santarém – esta, usada na estocagem de água e sedimentos, resultando em erosão parcial no maciço de Santarém⁷, com danos na parte da estrutura. O reservatório da barragem de Fundão passou por rápido rebaixamento, o que contribuiu para danificar as paredes laterais da barragem de Germano.

⁷É um dos elementos que constitui a barragem de Santarém, ou seja, é a própria estrutura da barragem. Construído transversalmente ao curso d’água é a parte responsável por reter a água, Oliveira *et al* (2018).

Como se pode observar na Figura 1⁸ que os detritos contidos nas barragens criaram um rastro de lama e essa lama percorreu aproximadamente 650 km de rio até desembocar no oceano Atlântico, no estado do Espírito Santo. Diversas espécies de peixes e crustáceos foram encontradas mortos, tanto no Rio Doce, como em seus afluentes, como no litoral marítimo do Espírito Santo, inclusive a Reserva Biológica de Comboios, uma área de proteção costeira usada para desova de tartarugas-marinhas.

Figura 1 – Região afetada pelo rompimento da barragem de Fundão



Fonte: Ribeiro (2016).

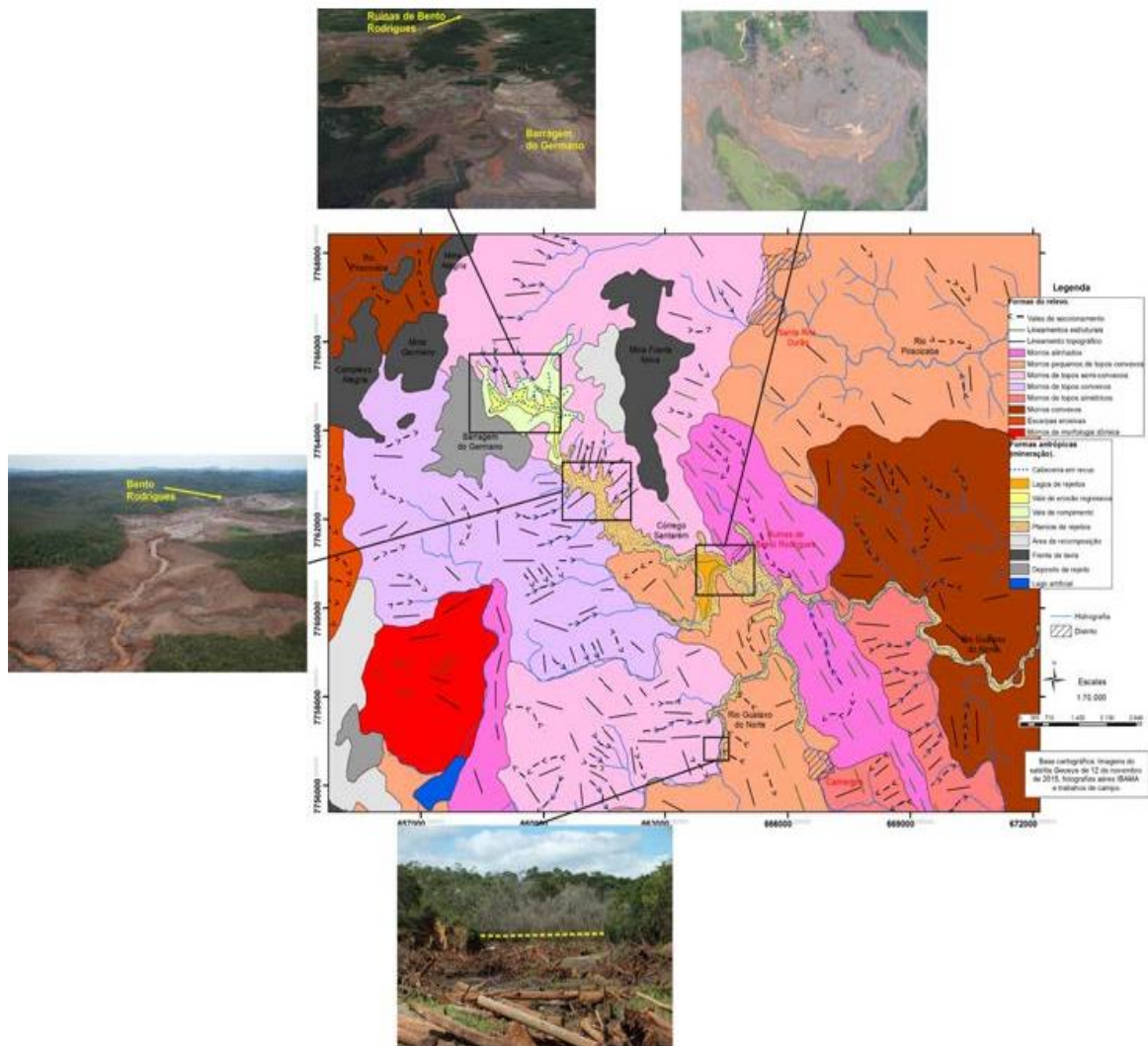
Com base nos estudos de pesquisadores, Ribeiro (2016) afirma que os ecossistemas fluviais, terrestres e oceânicos da Bacia do Rio Doce foram profundamente afetados. A primeira cidade a ser atingida foi o subdistrito de Bento Rodrigues, distrito de

⁸ “A) Espacialização do trecho evidenciando a rede de drenagem e o sistema de barragens a montante de Bento Rodrigues; B) Trecho do Córrego Santarém, nas proximidades de Bento Rodrigues, antes do rompimento da barragem do Fundão; C) Trecho do Córrego Santarém, nas proximidades de Bento Rodrigues, após rompimento da barragem do Fundão”, segundo Felipe *et al* (2016).

Mariana (MG), situado a 8 km de distância da barragem de Fundão. Bento Rodrigues foi quase que totalmente soterrado pela lama.

A Figura 2 contribui para demonstrar a extensão percorrida pela lama contendo rejeitos de minério de ferro, areia e água. Após atingir o município de Bento Rodrigues, a lama percorreu 55 km no rio Gualaxo do Norte, até desaguar no rio do Carmo, atingindo Paracatu de Baixo (RIBEIRO, 2016). Em seguida, atingiu o Rio Doce, passando por várias cidades nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, atingindo sua foz, no distrito de Regência, município de Linhares (ES), em 21 de novembro de 2015.

Figura 2 – Mapa morfológico da região de Bento Rodrigues após o desastre ambiental



Fonte: Milanez e Losekann (2016).

A Figura 3⁹ abaixo demonstra uma paisagem de planície alveolar destruída pela lama e o Rio Gualaxo do Norte completamente assoreado, em Paracatu de Baixo (MG).

Figura 3 – Paisagem do Rio Gualaxo do Norte após o desastre ambiental em Paracatu de Baixo



Fonte: Milanez; Losekann (2016). Elaboração: Roberto Vervloet (2016).

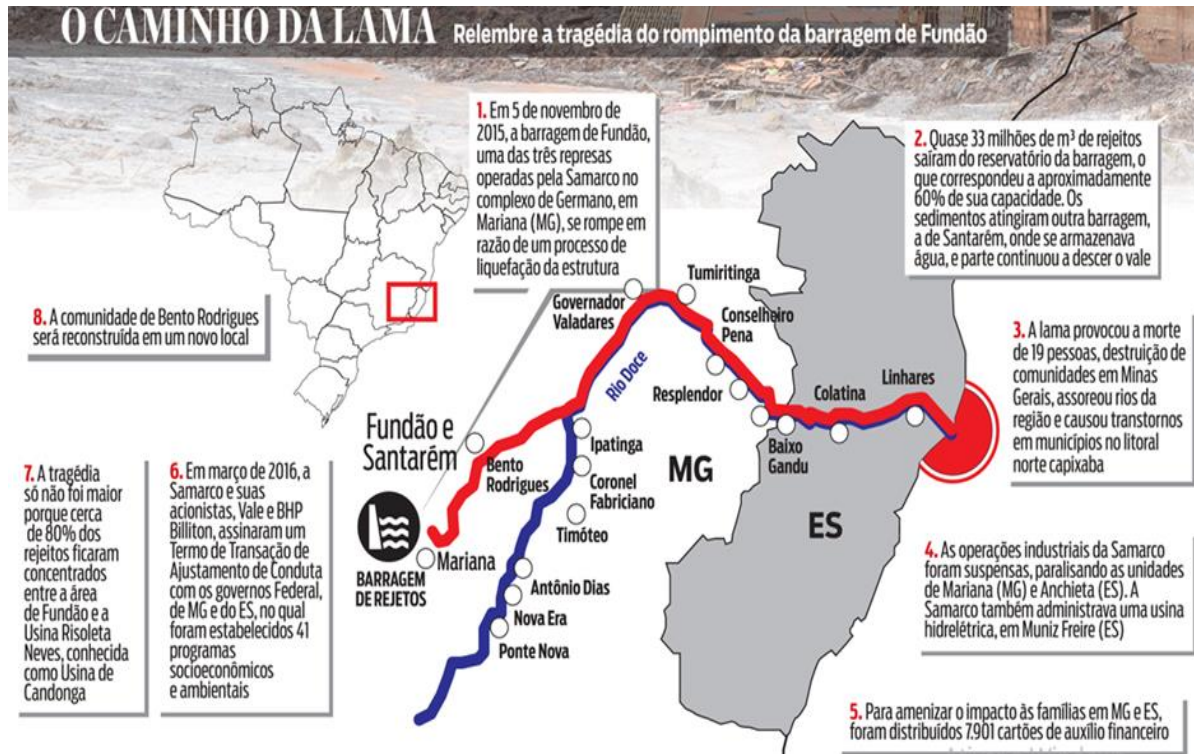
Diversas famílias perderam suas casas e tudo que possuíam nelas. Os imóveis foram destruídos, bem como propriedades rurais ficaram inundadas e inutilizadas com a camada grossa de minério de ferro sobre as terras, impedidas assim, de produzir. Comunidades inteiras de pescadores ficaram proibidas de pescar, e, privados de sua fonte de trabalho. O rio Doce era à fonte de subsistência destes trabalhadores antes do desastre ambiental.

No total, 39 municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo foram atingidos e impactados com os rejeitos de minério. A catástrofe resultou em 19 pessoas desaparecidas, dos quais 18 corpos foram identificados e um permanece desaparecido, entre membros da comunidade e empregados da Samarco e terceirizadas. A Figura 4 demonstra a extensão percorrida pela lama contendo rejeitos

⁹ “Nota: A paisagem encontra-se recoberta por superfície de decantação da lama (linha vertical amarela) com cerca de 2,5 m de espessura que irá endurecer formando rígida crosta ferruginosa (foto da esquerda) e tributário do rio homônimo, próximo a Bento Rodrigues, com planície alveolar suprimida. Nota-se, em linha pontilhada amarela, a cota de inundação máxima no pico de passagem da carga de rejeitos de minério de ferro e a supressão da floresta ciliar, nítido mesmo após oito meses do evento” (VERVLOET, 2016).

de mineiro de ferro, areia e água, atingindo municípios de Minas Gerais até foz do Rio Doce, no Espírito Santo.

Figura 4 – Trajeto percorrido pela lama da barragem de Fundão



Fonte: Cilo (2017, p. 1).

Mészáros (2011a) menciona que o desenvolvimento do modo de produção capitalista é incompatível com o desenvolvimento pleno da natureza e das formas de vida, o que faz com que o capital seja a exceção e não a regra das formas de sociabilidade. Portanto, dentro do sistema capitalista é impossível haver conciliação entre sustentabilidade e desenvolvimento, tornando assim a questão ambiental não integrável a esse modo de vida, onde:

O ambientalismo, por sua própria natureza (assim como a grande causa histórica da liberação das mulheres), é não integrável. Consequentemente, e apesar de sua inconveniência para o capital, nenhuma causa desse gênero desaparecerá, não importa quantos tropeços e derrotas às formas politicamente organizadas dos movimentos de 'questão única' tenham de sofrer no futuro previsível (MÉSZÁROS, 2011a, p. 95).

Por isso, compreende-se que a crise socioambiental esteja imbricada na intensificação de uma crise societária produzida pelo modo de produção capitalista. Como sistema antagônico de relações, é impossível se proceder a um nível de

desenvolvimento sustentável, assumindo a lógica de produção em excedentes o que culmina da deterioração do meio ambiente e das práticas em sociedade (NUNES; SILVA, 2013). A revisão de abordagens ou narrativas que retratam questões ligadas ao meio ambiente sem fazer inter-relação com o capital é simplório e ilusório, pois a partir de uma abordagem teórica séria entendemos que o cerne do capitalismo é mercantilizar todas as relações na terra, levando à questão social e a questão ambiental (SCHONS, 2012).

Neste contexto neoliberal e de crise estrutural do capital a saída para a acumulação desenfreada passa a ser o uso dos recursos naturais dos países periféricos (MENEGAT, 2015). Mesmo com diversas mobilizações em torno da questão ambiental, Davis (2006) reafirma que as privatizações advindas da onda neoliberal cresceram no Brasil, elevando o número de indústrias estrangeiras, aumentando o desemprego, diminuindo a renda dos assalariados.

Esse *boom* industrial, sem planejamento e incentivos adequados a preservação ao meio ambiente no Brasil apresentou impactos ambientais desastrosos e bastante danosos à vida das pessoas, como o processo de desabamentos de barragens, a exemplo do que ocorreu na região de Mariana (MG), o que não representa um fenômeno individual no processo de construção de uma sociabilidade marcada por um capitalismo periférico, desigual e combinado (SILVA, 2017; BEHRING; BOSCHETTI, 2011), mas sim de um projeto de sociedade onde as exigências do mercado necessitam ser atendidas em detrimento de toda forma de vida.

Mészáros (2011b) defende que a conjuntura político-econômica atual possui interesses econômicos que sobressaem aos interesses sociais e culturais. E com o 'estourar' da crise de 2008, seus impactos contribuíram para o fenômeno da precarização e exploração desenfreadas nos países em desenvolvimento. Neste sentido, Ghirardello e Spisso (2008) apontam que

A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de diminuirmos o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 15).

Podemos citar outras tragédias ambientais e estruturais que vem ocorrendo e assolando o Brasil, como o Incêndio na Vila Socó, em Cubatão (SP), em fevereiro de 1984 (COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020). O vazamento

de óleo na Baía de Guanabara em janeiro de 2000 (ORTIZ, 2014). Como também o vazamento da barragem de celulose em Cataguases em março de 2003 (ALMEIDA, 2015). As chuvas torrenciais na região serrana do Rio em janeiro de 2011 e o igualmente trágico rompimento da barragem de Brumadinho em Minas Gerais no início de 2020 (SCARINI; RODRIGUES, 2016).

Caballero (2019) expõe que os rompimentos de barragens vêm destruindo o Brasil desde 2001, como podem observar alguns exemplos abaixo:

- a. 22 de junho de 2001 – Nova Lima (MG): A Barragem dos Macacos, de rejeito de minérios da mineradora Rio Verde, se rompeu, causando a morte de cinco pessoas no distrito de São Sebastião das Águas Claras;
- b. 29 de março de 2003 – Cataguases (MG): Uma barragem de rejeitos industriais se rompeu, contaminando o Rio Paraíba do Sul. Houve mortandade de animais e desabastecimento de energia para uma população de mais de 600 mil pessoas;
- c. 17 de junho de 2004 – Alagoa Nova (PB): O rompimento da Barragem de água Camará, no Rio Riachão, causou a morte de cinco pessoas e deixou cerca de 3 mil desabrigadas nas cidades de Alagoa Nova, Areia, Mulungu e Alagoa Grande;
- d. 10 de janeiro de 2007 – Mirai (MG): Diques da mineradora Rio Pomba/Cataguases cederam e despejaram rejeitos de minério nas águas no Rio Muriaé. Mais de 4 mil pessoas ficaram desalojadas ou desabrigadas;
- e. 9 de janeiro de 2008 – Vilhena (RO): Rompimento da barragem de água da usina hidrelétrica de Apertadinho, causando danos ambientais;
- f. 27 de maio de 2009 – Buriti dos Lopes (PI): A Barragem de Algodões se rompeu, despejando 50 milhões de metros cúbicos de água e causando a morte de nove pessoas e deixando milhares desabrigadas no Piauí;
- g. 29 de março de 2014 – Laranjal do Jari (AP): Uma barragem da hidrelétrica de Santo Antônio cedeu, deixando quatro operários mortos;
- h. 10 de setembro de 2014 – Itabirito (MG): Outro caso numa barragem de minério, desta vez da mineradora Herculano. O rompimento da barragem matou três pessoas. Investigação da Polícia Civil apontou omissão na prevenção da tragédia.

Deste modo, estas tragédias ocorridas no Brasil causaram e ainda causam diversos impactos nas esferas ambientais, econômicas, sociais, entre outras. No caso

específico deste estudo em Mariana (MG), com o rompimento da barragem de Fundão despejou uma extensa lama de minério, atingindo diversos municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Sendo que os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, os primeiros a serem atingidos, foram altamente atingidos com perdas incalculáveis. Após a catástrofe envolvendo o patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, houve a necessidade de se reparar e recuperar os danos causados. E com este objetivo, em 2016 foi acordado o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Um documento com força legal e normativa para as partes, criado para uma solução de conflitos que define o escopo de atuação da Fundação Renova, contendo em seu texto 42 Programas.

Programas estes cujo papel é o de nortear projetos a serem executados nos 670 quilômetros de área impactada ao longo do rio Doce e seus afluentes. Sendo que a Fundação Renova representa a entidade responsável por gerir e executar as medidas de recuperação dos danos resultantes do rompimento da barragem de Fundão nas regiões atingidas, segundo o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Além disso, o TTAC estabelece a criação de um Comitê Interfederativo (CIF) para deliberarem ações, medidas e programas nas áreas socioeconômicas e socioambientais, a serem desenvolvidas e implementadas pela Fundação Renova.

4.2 MARIANA E SEUS SUBDISTRITOS: BENTO RODRIGUES E PARACATU DE BAIXO ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

De acordo com a página oficial da Prefeitura Municipal de Mariana (2020), a cidade de Mariana foi a primeira capital do Estado de Minas Gerais¹⁰, bem como a primeira vila e sede do primeiro bispado no Estado de Minas Gerais. E é possível dizer que esta cidade foi marcada por uma história que permeia descobertas do ouro, religiosidade e projeção artística do período Brasil Colônia.

Em 16 de julho de 1696, bandeirantes paulistas liderados por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça encontraram ouro em um rio batizado de Ribeirão Nossa Senhora do Carmo. [...] O local se transformou em um dos

¹⁰ A cidade de Mariana (MG) foi fundada na época da corrida pelo ouro e se tornou a primeira vila, cidade e capital de Minas Gerais.

principais fornecedores deste minério para Portugal e, pouco tempo depois, tornou-se a primeira vila criada na então Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Lá foi estabelecida também a primeira capital. Em 1711 o arraial de Nossa Senhora do Carmo foi elevado à Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo. Em 1745 o rei de Portugal, Dom João V, elevou a vila a categoria de cidade, nomeada como Mariana, uma homenagem à rainha Maria Ana D'Austria, sua esposa. Transformando-se no centro religioso do Estado, nesta mesma época a cidade passou a ser sede do primeiro bispado mineiro. Para isso, foi enviado, do Maranhão, o bispo D. Frei Manoel da Cruz. Sua trajetória realizada por terra durou um ano e dois meses e foi considerada um feito bastante representativo no Brasil Colônia (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2020, p. 1).

Em 1730, foi instalada a primeira agência dos Correios no Estado, sendo Mariana (MG) pioneira em comunicação, ao estabelecer a comunicação entre Rio de Janeiro, São Paulo e a capital mineira¹¹. Em 1945, a cidade recebeu o presidente Getúlio Vargas, que intitolou Mariana Monumento Nacional por possuir um relevante patrimônio histórico, religioso e cultural, como também pela ativa participação na vida cívica e política do país, pela sua contribuição para a Independência, o Império e para a República, em suma, para a formação da nacionalidade brasileira (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2020).

Mariana (MG) faz parte do conjunto de cidades históricas de Minas Gerais e, juntamente com Ouro Preto, Congonhas, São João Del Rei, Tiradentes e Catas Altas, compõe um rico patrimônio arquitetônico colonial-barroco do Brasil (CAMARGO, 2018). É uma cidade rodeada de diversas igrejas e capelas construídas ainda no século XVIII com forte influência da arte barroca e com pedras extraídas das minas de ouro.

Conforme Camargo (2018), é um dos municípios mais importantes do Circuito do Ouro e parte integrante da Trilha dos Inconfidentes e do Circuito Estrada Real, um “caminho formado pelos tropeiros para escoar o produto da mineração no período do Brasil Colônia, liga os povoados do interior de Minas Gerais ao litoral do Rio de Janeiro” (CAMARGO, 2018, p. 1). É “uma cidade tombada em 1945 como Monumento Nacional e repleto de riquezas do período em que começou a ser traçada a história de Minas Gerais” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2020, p. 1).

Atualmente, o município de Mariana (MG) possui nove distritos, que desenvolvem atividades agropecuárias e artesanato, sendo eles: Santa Rita Durão, Monsenhor

¹¹ A capital mineira era Ouro Preto e, em 1897 passou a ser Belo Horizonte.

Horta, Camargos, Bandeirantes (Ribeirão do Carmo), Padre Viegas (Sumidouro), Claudio Manoel, Furquim, Passagem da Mariana, Águas Claras e Cachoeira do Brumado. Sua população é de aproximadamente 58 mil habitantes.

Sua principal atividade industrial é a extração do minério de ferro, principalmente a partir da vinda da empresa Samarco S.A., em 1977. Seus distritos e subdistritos desenvolvem atividades agropecuárias e apresentam artesanatos variados, divulgando a diversidade cultural do local (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2020).

O turismo ecológico é outra atividade econômica que vem transformando o município de Mariana (MG) em uma das cidades mineiras com o maior número de praticantes dos chamados esportes radicais, como montanhismo e *mountain bike*. Além disso, por estar a 12 km de Ouro Preto (MG) recebe grande fluxo de turistas.

4.2.1 Bento Rodrigues

Bento Rodrigues é parte integrante das cercanias de Santa Rita Durão, localidade situada na zona rural de Mariana (MG). Geograficamente está localizada a 24 km de Mariana (MG) e a 124 km da capital, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Sua história remonta ao garimpo de ouro explorado no final do século XVII e XVIII e de acordo com Nóbrega e Julianelli (2017), seu povoamento teve início com as atividades de mineração, quando a Coroa Portuguesa decidiu desbravar os caminhos do interior brasileiro, para o trânsito de ouro e diamantes de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro, surgindo à histórica Estrada Real.

Um caminho secular e de grande valor histórico, pela qual eram transportadas mercadorias, escravos, ouro e diamantes que partiam de Minas Gerais em direção aos portos do Rio de Janeiro, conhecido como Caminho dos Diamantes (NÓBREGA; JULIANELLI, 2017). A Estrada Real atravessava o centro urbano de Bento Rodrigues, cruzando e unindo o povoado aos distritos de Santa Rita Durão e Camargos, localizado na parte baixa do município de Mariana (MG). Bento Rodrigues foi um

Local de parada para descanso dos tropeiros que percorriam os caminhos de Minas Gerais em busca do ouro, o seu nome foi dado em homenagem ao bandeirante português que esteve na região por volta de 1798 e que deu origem ao povoado (CAMARGO, 2018, p. 1).

A Estrada Real é considerada a maior rota turística do Brasil, com mais de 1.630 quilômetros de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Sua história surge em meados do século XVII. Atualmente, ela resgata as tradições do percurso, valorizando a identidade e as belezas da região (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2015). Este subdistrito era parte integrante do Circuito Turístico Estrada – Parque Caminhos da Mineração, previsto pela Lei Municipal nº 2855/2014, que ligava Mariana (MG) a Santa Rita Durão, passando por Camargos e Bento Rodrigues.

Este circuito vinha com o intuito de proporcionar a valorização da cultura local e a preservação do patrimônio cultural das localidades envolvidas, mas com o rompimento da barragem de Fundão foi parcialmente interrompida esta atração cultural.

Segundo Freitas (2018), os primeiros registros de ocupação em Bento Rodrigues foi em torno de 1690, quando os bandeirantes paulistas, na procura de ouro, se aventuram na região, e assim, se estabeleceram às margens de um riacho, fundando a Vila de Ribeirão do Carmo. Barbosa (1979, p.69) afirma que a atividade mineradora nesse subdistrito iniciou em 1697, chegando a transcrever essa ocorrência no Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais, que trata a localidade como “famoso arraial, centro de mineração”.

Uma destas ‘bandeiras’ descobriu e socavou o ribeirão que se chamou Bento Rodrigues, nome do cabo, de tanta grandeza, que tiraram nele bateiadas de 200 e 300 oitavas, sendo a pinta geral de duas a três oitavas e foi tanta a gente que concorreu, que, no ano de 1697, valeu o alqueire de milho sessenta e quatro oitavas e o mais na proporção (BARBOSA, 1979, p. 69).

Bento Rodrigues é localizado em um vale marcado pela existência do Rio Gregório e do Córrego Moisés, ambos subafluentes do Rio Gualaxo do Norte, afluente do Rio Doce (NÓBREGA; JULIANELLI, 2017). No ano de 2015, foi estimado pela mídia com uma população de aproximadamente 600 habitantes que ocupavam em média 200 imóveis. No entanto, o Setor Censitário de 2010 destaca uma população total de 492 habitantes para Bento Rodrigues (IBGE, 2010).

Camargo (2018) argumenta que esse subdistrito era considerado um local tranquilo e pacato, com cachoeiras escondidas na mata, lhe conferindo alto potencial turístico, porém, pouco explorado. Contava com a cachoeira do Ouro Fino e sua queda d’água de 15 metros, muito frequentada pelos moradores da região. Além disso, o entorno de Bento Rodrigues possuía matas, cachoeiras, riachos e igrejas históricas.

Possuía ainda, muros em pedra seca, remanescentes do período colonial, exemplo disso, era um muro de grande extensão, que iniciava desde a Capela de São Bento até as proximidades da ponte sobre o Córrego Santarém. Estes muros foram submersos pela lama de rejeitos de mineração que eram protegidos pela Lei Federal nº 3924/1961 e pela Lei Estadual nº 11729/94 e, encontrando-se inseridos na área definida como de proteção especial, para fins de preservação, conservação e valorização do patrimônio cultural, histórico e paisagístico descrita no Decreto Estadual 21.224/81 (NOVAIS; NOVAIS, 2017).

Camargo (2018, p.1) menciona que “[...] os habitantes usufruíam do conforto da cidade, como luz elétrica, água encanada e internet; utilizavam computadores e celulares; e para o transporte usavam carros [...]. Todos se conheciam e se consideravam uma grande família”. O subdistrito tinha ainda a Escola Municipal Bento Rodrigues de Ensino Fundamental, e para a continuidade dos estudos iam para Mariana (MG).

Segundo Camargo (2018, p. 1) “[...] alguns quando concluíam arrumavam emprego por lá, mas a maioria ficava em Bento Rodrigues e passava a trabalhar na Samarco ou na roça da família”, ou seja, mantinham seus laços afetivos e familiares. Em seu estudo, chama a atenção para o fato de que Bento Rodrigues contava até com um time de futebol, chamado de União de São Bento.

A maioria dos jogadores trabalhava na Samarco, mas ficaram desempregados depois da tragédia (CAMARGO, 2018). Deste modo, a principal atividade da população estava relacionada à mineração de ferro, mas também havia cultivo da agricultura familiar como o de feijão, milho e frutas, além de criação de porcos, galinhas, patos e cavalos.

Conforme Nóbrega e Julianelli (2017), outra atividade também exercida pela comunidade local era a produção da pimenta biquinho, e a partir dela o tradicional licor e a geleia de pimenta, carros chefe da região.

Devido à forte dependência financeira da atividade por parte da população, porquanto a empresa mineradora era a maior empregadora da região, defendiam fervorosamente a representatividade dessas empresas na localidade, ao custo de viverem em estado de alarme, constantemente assombrados pela possibilidade de rompimento das barragens de rejeitos de mineração do Fundão e de Santarém (construídas à montante, método mais inseguro) localizadas no subdistrito. Alguns, por não vislumbrarem outras perspectivas de sobrevivência, acabam por se colocar numa posição de defesa

da atuação da empresa, defendendo conjuntamente suas fontes de renda (NÓBREGA; JULIANELLI, 2017, p. 5).

Camargo (2018) ainda cita que Bento Rodrigues possuía duas igrejas antigas que traziam uma rica história do período colonial, como também traços da identidade local, a igreja de Nossa Senhora das Mercês e a igreja de São Bento, edificadas no século XVIII, que abrigavam importante acervo de arte sacra que foram atingidas pela lama dos rejeitos de mineiro da barragem de Fundão. Essas igrejas eram um importante ponto de encontro para a comunidade do subdistrito *in loco*.

Havia duas comemorações religiosas anualmente, uma no final de julho, as festas de São Bento, padroeiro do subdistrito e, a Festa de Nossa Senhora das Mercês. Também havia o Coral do Bento que se apresentava nas festividades locais e regionais (NÓBREGA; JULIANELLI, 2017).

A igreja de São Bento era datada de 1718, fora destruída por um raio e reconstruída em 1853, fazendo parte do inventário municipal desde 2004. Esta igreja tinha “[...] detalhes típicos de construções barrocas, paredes de pau-a-pique e cruz latina e foi completamente coberta pelos rejeitos, restante apenas o assoalho de madeira e algumas ruínas, segundo a Arquidiocese de Mariana” (NÓBREGA; JULIANELLI, 2017, p. 12).

Gama (2015) relata que a igreja de São Bento possuía uma edificação colonial, construída ao lado de um cemitério desativado.

A fachada era simples, com duas janelas em madeira esculpida e pintada na cor azul, uma cruz latina em cima da cumeeira, um óculo centralizado, talhado em madeira e fechado com vidro. O piso da igreja era em ardósia na entrada e tabuado na área interna. O altar da igreja era esculpido em madeira e abrigava uma imagem de São Bento, de 60 cm, talhada em madeira banhada a ouro, que fazia parte do acervo da igreja junto com as imagens de Nossa Senhora do Rosário e Nosso Senhor dos Passos e outras mais 30 peças antigas, algumas banhadas em prata (GAMA, 2015, p. 1).

Segundo Novais e Novais (2017, p. 4) a igreja de São Bento possuía internamente um “[...] piso de ardósia no acesso e tabuado e em campas nos demais trechos e forro de madeira”. Moroni Filho (2018, p.1) corrobora expondo que a igreja de São Bento “possui paredes de pau a pique e fundações de alvenaria de pedra, conforme informação verbal do zelador daquele templo”.

As Figuras 5 e 6 mostram como era a igreja de São Bento por dentro e fora antes do rompimento da barragem de Fundão. Levando em consideração que fora totalmente

destruída, restando apenas parte das estruturas de pedra que estão soterradas pelos rejeitos de lama.

Figura 5 – Igreja de São Bento, em Bento Rodrigues



Fonte: Alvim (2016).

Figura 6 – Interior da nave da Igreja de São Bento, em Bento Rodrigues



Fonte: Moroni Filho (2018).

A outra igreja é a de Nossa Senhora das Mercês, datada do século XVIII, construída entre 1750-1815 pela Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, durante a segunda metade do século XVIII. Marcada pelo período do Ciclo do Ouro e da religiosidade colonial mineira, sua arquitetura segue um tipo tradicional característico de capelas das Minas setecentistas e oitocentistas (SECMG, 2018).

Essa igreja possui um acervo religioso significativo para a história do Brasil, composto de “[...] bens móveis e integrados, contendo altares mor e colaterais, coro, imagens sacras em madeira e gesso, material litúrgico e mobiliário” (NOVAIS; NOVAIS, 2017, p.4). As imagens eram em madeira, decoradas em ouro, enquanto o altar consagrado a Nossa Senhora do Parto, obra rara, talhada em madeira e dourada.

A igreja conservava na sacristia painéis, objetos de cunho religioso, uma mesa artística que pertenceu ao frei Cipriano e poltronas em estilo Luís XV, que foram de D. Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana (IPHAN, 2014d). De acordo com Novais e Novais (2017, p. 4), a igreja de Nossa Senhora das Mercês apresenta:

Piso do presbitério original em pedra, o piso da nave em pedra ardósia até a balaustrada e, a partir deste limite até a capela mór, os pisos são em ladrilho hidráulico estampados. Os forros da nave são em lambri de madeira pintados em branco; na capela mor tem a forma de abóbada de berço, e no coro em esteira de taquara trançada caiada de branco.

A igreja de Nossa Senhora das Mercês era usada para ocasiões específicas, como velórios, funerais, festividades em comemoração ao mês de Maria e no dia de Nossa Senhora das Mercês. Fora tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), no dia 17 de outubro de 2018, pela Deliberação CONEP 19/2018, e inscrito nos Livros do Tombo II – de Belas Artes – e III – Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos, para melhor preservação de sua história (IEPHA, 2018). Consta também no rol dos Monumentos e Espaços Públicos Tombados pelo Iphan seu tombamento (IPHAN, 2014d).

Esta igreja, por estar localizada em um local mais elevado permaneceu intacta, não sendo diretamente atingida (SECMG, 2018). Nas figuras 7 e 8 mostra as imagens da Igreja de Nossa Senhora das Mercês antes e após o rompimento da barragem de Fundão (MG), um bem material que demonstra a história e a memória do Patrimônio cultural dessa localidade.

Estes patrimônios culturais, paisagísticos e naturais acabaram soterrados e/ou atingidos pela lama, diante o rompimento da barragem de Fundão. Gonçalves, Vespa e Fusco (2015) descrevem que o subdistrito, com existência de 317 anos, abrigava igrejas centenárias com obras sacras relevantes e monumentos culturais importantíssimos, como também, fazia parte da rota da Estrada Real no século XVII.

Figura 7 – Igreja de Nossa Senhora das Mercês antes do rompimento da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues



Fonte: IEPHA (2016).

Figura 8 – Igreja de Nossa Senhora das Mercês após o rompimento da barragem



Fonte: IEPHA (2016).

Segundo Nóbrega e Julianelli (2017), além das perdas de vidas humanas cujos valores são incalculáveis, somente em onze minutos de avalanche todo patrimônio histórico e cultural, construído ao longo de séculos, fora dizimado pelo mar de rejeitos. Sendo que o subdistrito de Bento Rodrigues por estar situado logo abaixo da barragem de Fundão (MG) foi altamente impactado pela lama de resíduos de minério de ferro com o rompimento da barragem, no dia 05 de novembro de 2015, sendo o primeiro lugar atingido, destruindo o que estava pelo caminho. Nóbrega e Julianelli (2017, p. 6) ainda descrevem que:

Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira, Barra Longa e mais cinco comunidades no distrito de Camargo, foram afetadas pelo rompimento. Residências, redes de infraestrutura, igrejas, escola, comércios, áreas de pastagem e matas foram destruídos, incluindo áreas de proteção permanente e unidades de conservação. O subdistrito de Bento Rodrigues foi completamente devastado, gerando-se prejuízos sociais, ambientais e econômicos difíceis de mensurar, além das perdas animais e humanas.

Mesmo já tendo passado mais de quatro anos do fato, vale lembrar por meio das Figuras 9 e 10 como era o subdistrito de Bento Rodrigues e como ficou após o rompimento da barragem. A Figura 9 contribui para retratar a comunidade de Bento Rodrigues, um povoado pacato, antes do fatídico dia 5 de novembro de 2015.

Figura 9 – Povoado de Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem de Fundão



Fonte: Ciclovivo (2015).

As figuras 10 e 11 mostram o povoado de Bento Rodrigues devastado pela lama.

Figura 10 – Visão panorama do povoado de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem



Fonte: Ciclovivo (2015).

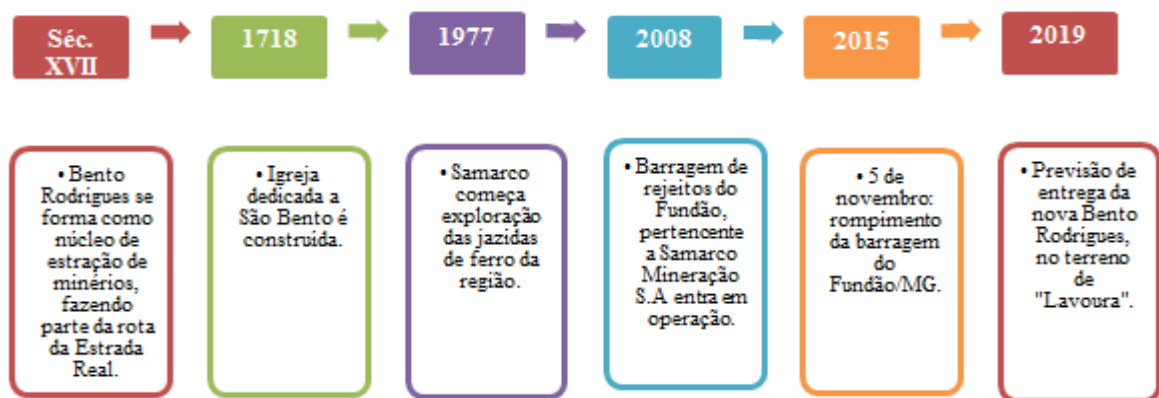
Figura 11 – Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão



Fonte: Autor próprio (2020).

Assim, a cronologia histórica do subdistrito de Bento Rodrigues demonstra seu auge (Figura 12), com sua fundação e a construção da igreja de São Bento, marco histórico e identitário dessa comunidade. E no século XX com a iniciativa de progresso e desenvolvimento industrial pelo país, se estabeleceu a Empresa Samarco na região de Mariana (MG). E em 2015, ocorreu o ocaso do subdistrito, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, o que resultou em um desastre ambiental incalculável e impactos severos para sua comunidade.

Figura 12 – Cronologia do subdistrito de Bento Rodrigues



Fonte: Nóbrega e Julianelli (2017).

4.2.2 Paracatu de Baixo

O subdistrito Paracatu de Baixo pertence a um dos nove distritos de Mariana (MG) e encontra-se ligado ao distrito de Monsenhor Horta, com uma população aproximadamente de 300 pessoas, sendo sua localização a 34 km da sede e 9 km de Monsenhor Horta (CAMARGO, 2018).

Consta na Prefeitura Municipal de Mariana (2005) que a história da fundação do subdistrito de Paracatu de Baixo não é muito precisa quanto à sua datação. O que se sabe é que surgiu posteriormente à fundação de Monsenhor Horta, em torno de 1730. Sua população sempre foi majoritariamente rural, com atividades voltadas para a lavoura do milho e do feijão, da produção leiteira e a criação de aves.

Apresentava uma infraestrutura simples, marcada pela presença do Rio Gualaxo, da estrada que corta o subdistrito, da Igreja de Santo Antônio, que possuía grande representatividade para a comunidade local diante aos festejos e celebrações

religiosas ligadas a essa Igreja, do campo de futebol e, mais recentemente, pela Escola Pública Municipal, com ensino pré-escolar e fundamental, informações retiradas do inventário realizado pela PMM (2005).

O subdistrito possuía algumas festas tradicionais locais, como a Folia de Reis e a festa de Santo Antônio, como também a igreja de Santo Antônio, representatividades culturais materiais e imateriais da comunidade. Essa representatividade, segundo Novais e Novais (2017) apresentada pela igreja de Santo Antônio podem ser demonstradas pela articulação do espaço urbano de Paracatu de Baixo,

A Igreja de Santo Antônio de Paracatu de Baixo é articuladora do espaço urbano e encontrava-se implantada em largo gramado fechado por muros, portão de ferro e grades. Com volumetria dominante, possui partido profundo, fachada principal simples e simétrica, com uma torre em cada uma das laterais. A cobertura desenvolve-se em duas águas com estrutura metálica, vedação em telhas cerâmicas curvas e beiral simples. O sistema construtivo é de concreto armado com alvenarias de bloco de cimento rebocadas. No interior o piso é azulejado e o forro em PVC (NOVAIS E NOVAIS, 2017, p. 11).

Segundo Gama (2015, p. 1), a Igreja de Santo Antônio fica em um terreno plano, próximo às margens do rio do Carmo e, sua construção é de 1990, porém o “[...] retábulo do altar e o sino são do século XIX, aproveitados do antigo prédio da capela”. Segue na Figura 13 a imagem da igreja de Santo Antônio, localizada em Paracatu de Baixo (MG) antes do rompimento da barragem de Fundão.

Figura 13 – Igreja de Santo Antônio antes do rompimento da barragem de Fundão, em Paracatu de Baixo



Fonte: Alvim (2016).

A Igreja de Santo Antônio não era tombada pelo IPHAN, mas fazia parte do inventário histórico municipal desde o ano de 2004, onde são catalogados bens materiais de Mariana (MG) para posterior processo de acautelamento federal (GAMA, 2015). Contudo, com “a invasão da lama no povoado, apenas as duas torres da igreja ficaram à mostra” (GAMA, 2015, p. 1).

Segundo Felipe Pires, chefe do escritório técnico do IPHAN “[...] todos estes bens e núcleos atingidos eram de grande importância para a identidade local e foram devidamente valorados pelo município, independentemente de haver tombamento por parte do Iphan ou não” (GAMA, 2015, p. 1).

Com o rompimento da barragem de Fundão, a Igreja de Santo Antônio foi altamente atingida pela lama, como todo o subdistrito. Segundo Novais e Novais (2017, p. 11), essa igreja foi “[...] diretamente atingida pela lama de rejeitos de mineração que chegou a uma altura aproximada de 4,5 metros, entretanto resistiu apesar dos danos nas esquadrias e alvenarias”. A figura 14 demonstra como ficou a Igreja de Santo Antônio após o rompimento da barragem de Fundão.

Figura 14 – Igreja de Santo Antônio após o rompimento da barragem de Fundão, em Paracatu de Baixo



Fonte: Tavares (2015).

Em face do processo de destruição dos recursos naturais que afetaram as formas de vida em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, bem como, as relações culturais estabelecidas entre essas pessoas, marcadas pela depredação dos bens culturais materiais e imateriais destes locais, legitima-se assim esse processo predatório marcado pelo capital, no qual, a visão é o lucro em detrimento da vida social, destruindo não só vidas, como também as relações estabelecidas ao longo dos anos. Nessa perversa lógica do sistema capitalista, a identidade, a cultura, a história, a memória, presentes na materialidade dos patrimônios culturais locais foram devastados pela lama da barragem contendo rejeitos de minérios.

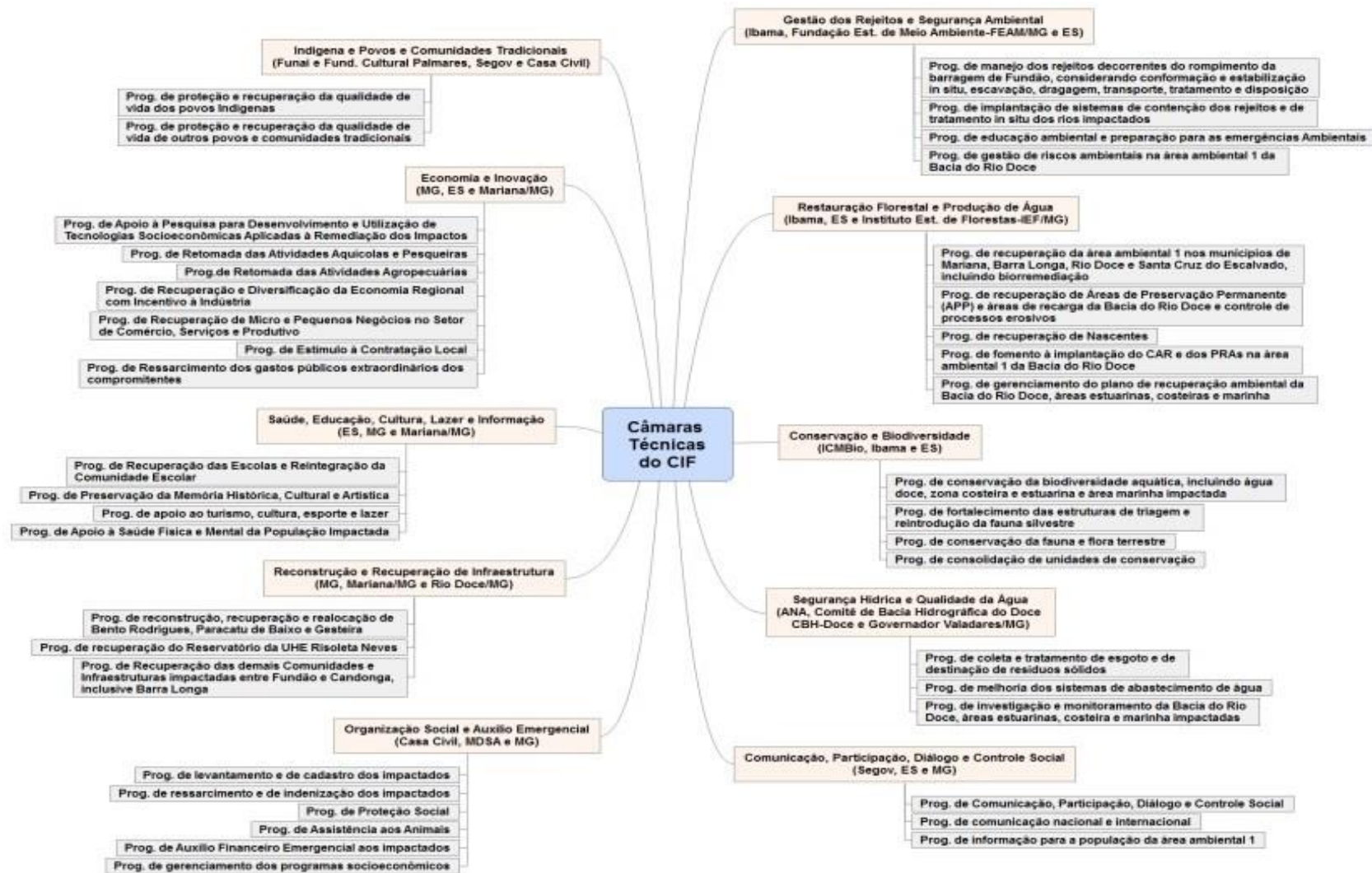
4.3 ORGÃOS, ENTIDADES E DOCUMENTOS INSTITUCIONALIZADOS

Após a catástrofe envolvendo o patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, houve a necessidade de reparar e recuperar os danos causados. E com esse fim, foi estabelecido em 2016 um Comitê Interfederativo (CIF) para se deliberar ações, medidas e programas nas áreas socioeconômicas e socioambientais, que constam no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), a serem desenvolvidas e implementadas pela Fundação Renova.

O Comitê Interfederativo é composto por diversos órgãos, sendo presidido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), representantes da União, dos Governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, Defensoria Pública, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e representantes das comunidades afetadas, entre outros. Tem como função “Orientar e validar os atos da Fundação Renova, instituída pela Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos” (IBAMA, 2016, n. p).

Esse Comitê Interfederativo funciona como uma instância externa, independente da Fundação Renova, e conta com onze Câmaras Técnicas, descritas como órgãos consultivos e instituídas para auxiliar o Comitê no desempenho de sua finalidade. A Figura 15 apresenta as Câmaras Técnicas e seus respectivos programas vinculados a cada uma delas.

Figura 15 – Câmaras Técnicas e seus respectivos programas



Fonte: Campos (2017).

Neste conjunto de órgãos e instituições envolvidos foi assinado o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), um Acordo delimitado e interpretado a partir de definições técnicas regidas nele. O TTAC foi submetido à homologação judicial para conferir-lhe eficácia legal para as partes envolvidas. Esse documento está voltado para uma solução de conflitos que define o escopo de atuação da Fundação Renova, que contém em seu texto 42 Programas, que se desdobram em Projetos a serem executados nos 670 quilômetros de área impactada ao longo do Rio Doce e seus afluentes. Esses programas se dividem em duas áreas distintas, descrevendo objetivos Socioeconômicos e Socioambientais, que “compreendem medidas e ações com o objetivo de recuperar, mitigar, remediar e/ou reparar, incluindo indenizações, impactos advindos do EVENTO¹², tendo como referência a SITUAÇÃO ANTERIOR” (TTAC, 2016, p. 14).

Este Acordo foi firmado por várias entidades: O Instituto Brasileiro De Meio Ambiente E Dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); o Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade; a Agência Nacional De Águas (ANA); o Departamento Nacional De Produção Mineral (DNPM); a Fundação Nacional Do Índio (FUNAI) todos representados pelo Advogado-Geral da União; o Estado De Minas Gerais; O Instituto Estadual De Florestas (IEF); à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; o Instituto Mineiro De Gestão De Águas (IGAM); à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; a Fundação Estadual De Meio Ambiente (FEAM), todos representados pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais; o Estado Do Espírito Santo; o Instituto Estadual De Meio Ambiente E Recursos Hídricos (IEMA); Instituto De Defesa Agropecuária e Florestal Do Espírito Santo (IDAF); e a Agência Estadual De Recursos Hídricos (AGERH), todos representados pela Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo; doravante denominados “COMPROMITENTES”;

Do outro lado a SAMARCO MINERACÃO S.A.; a VALE S.A. e a BHP BILLITON BRASIL LTDA, doravante denominadas “ACIONISTAS”.

Esta pesquisa apoiou-se no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC);
CAPÍTULO SEGUNDO: Programas Socioeconômicos; SEÇÃO 111: Educação,

¹² Termos em caixa alta citados conforme consta no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta.

Cultura e Lazer; SUBSEÇÃO 111.2: Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística;

CLÁUSULA 95: A FUNDAÇÃO deverá elaborar programa para recuperar bens culturais de natureza material e preservar patrimônio cultural das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira atingidas pelo EVENTO, desde que os bens sejam de valor histórico, arqueológico, artístico inventariados e/ou tombados pelo IPHAN e/ou IEPHA atingidos pelo EVENTO.

CLÁUSULA 96: As ações de preservação do patrimônio devem observar o previsto no Termo de Compromisso Preliminar assinado com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE MINAS GERAIS em 30 de novembro de 2015.

PARÁGRAFO ÚNICO: Complementando as informações disponibilizadas pelo IPHAN e pelo IEPHA, o diagnóstico incluirá a realização de inventário participativo junto às comunidades atingidas a fim de identificar os elementos materiais e imateriais que compõem a cultura local, bem como implementar centros de memória.

CLÁUSULA 97: O diagnóstico deverá ser sucedido por Proposta de Intervenção para preservação e conservação que estabeleça escala de prioridades de ação em razão do grau de risco de perdas irreversíveis dos bens culturais, sejam materiais ou imateriais.

CLÁUSULA 98: A Proposta de Intervenção no patrimônio cultural, a ser implementada pela FUNDAÇÃO, deverá contemplar: a) desenvolvimento e implementação, por meio de profissionais habilitados, de projeto arqueológico dos sítios impactados;

b) Divulgação do conhecimento científico já produzido a respeito do patrimônio arqueológico da região atingida cujo acesso e prosseguimento de pesquisas foi inviabilizado pelas alterações no relevo causadas pelo EVENTO;

c) execução de obras de recuperação do patrimônio cultural impactado preferencialmente por meio de canteiros-escola que favoreçam a utilização e a capacitação de mão de obra local;

d) ações para o resgate, a transmissão geracional e a promoção das atividades culturais das comunidades, tais como festas e celebrações, conhecimentos e técnicas tradicionais, artesanato e culinária.

CLÁUSULA 99: No que se refere ao esporte e ao lazer, a FUNDAÇÃO deve promover o reestabelecimento e revitalização dos espaços e das condições necessárias à realização de competições esportivas, eventos de dança e música, atividades ocupacionais e de capacitação para idosos, atividades infantis em contra-turnos ou períodos de férias, bem como a inserção da população atingida em novas atividades e esporte disponíveis em Bento Rodrigues e Barra Longa.

CLÁUSULA 100: O presente programa deverá ser mantido pelo prazo de 60 meses a contar da aprovação do PROJETO pela FUNDAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, caso esta necessidade seja fundamentadamente justificada 06 (seis) meses antes de encerrado o prazo original.

5 RESULTADOS DAS AÇÕES INSTITUCIONALIZADAS PELA FUNDAÇÃO RENOVA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE BENTO RODRIGUES E PARACATU DE BAIXO

Neste capítulo descrevem-se as informações acerca da Preservação do Patrimônio e da Memória dos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, contidas nos Relatórios do Programa 12 – Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística – desenvolvidos pela Fundação Renova, ao longo dos anos de 2016 a 2019.

Inicialmente, foi preciso realizar a elaboração de um quadro geral, com todas as ações executadas pela Fundação Renova referente ao Programa 12 (Quadro 4) (Apêndice A) para melhor elucidação das informações contidas nos diversos relatórios. O quadro foi descrito por meses e anos contemplando a delimitação dos anos de 2016 a 2019, buscando uma visão ampla das ações executadas acerca da Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística (Programa 12).

Posteriormente foram extraídas do Quadro 4, as informações específicas sobre as ações de preservação da memória e do patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (Quadro 3), foco desta pesquisa. Deste modo, este capítulo tem o intuito de descrever as ações realizadas e traçar um paralelo entre o que deveria ser feito pela Fundação Renova e, o que efetivamente foi feito no tocante aos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, conforme previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (2015).

No Quadro 4 (Apêndice A), de forma geral, pode-se notar que no ano de 2016 as atividades se iniciaram no mês de setembro, com curadoria das peças na reserva técnica da Samarco, peças inventariadas, reuniões com as comunidades de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues, cujo tema se deu em torno dos bens imateriais. Elaboração de um plano de trabalho referente a restauração de bens móveis, integrados, templos e para adequação da reserva técnica. Instalação de mobiliário, estúdio de fotografia, marcenaria e equipamento de laboratório. Produziram o levantamento cadastral e planaltimétrico das capelas de Paracatu e Gesteira (MG).

No ano de 2017, os trabalhos iniciaram-se envolvendo a compilação de dados do acervo e triagem, bem como reorganização e acondicionamento das peças da reserva técnica no espaço que havia sido adequado para este fim no final de 2017. Foram

também iniciados os serviços emergenciais nas capelas de Gesteira e Paracatu em Minas Gerais e em peças localizadas em Germano (MG).

Nesse mesmo ano, teve ações voltadas para a educação patrimonial que contou com a participação de alunos de escolas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Atividades de resgate de peças sacras e monitoramento de templos e de curadoria. Concluiu-se a etapa de identificação e diagnóstico dos projetos relativos às capelas de Paracatu e Gesteira. Realizaram-se ainda capacitações e visitas guiadas com as comunidades locais. Cerimonias e festas religiosas. Tratamento emergencial nas ruínas das igrejas e de peças sacras. Elaboração de documentos das ações executadas, como relatórios, acerca de procedimentos adotados e resultados alcançados. Desinfestação de todas as peças que compõem o acervo da Samarco, com exceção das peças estruturais de grande porte.

No ano de 2018, as atividades foram realizadas no decorrer dos meses de janeiro a dezembro, iniciando com a manutenção de capelas, vistoria de tapumes e a substituição de uma tenda provisória que havia sido instalada sobre a Capela de São Bento e danificada pelos ventos intensos da região. A Fundação Renova deu início a uma concorrência para definir a empresa que continuariam os trabalhos ao patrimônio imaterial e arqueológico presente na Reserva Técnica da Samarco S.A.

Ainda em 2018, ocorreu a reforma no imóvel da Casa dos Saberes, em Mariana (MG). Promoveu uma reunião com o time de futebol Barralenguense para ouvir suas demandas a fim de desenvolverem suas atividades de esporte e lazer. Iniciou a restauração da Igreja Matriz de São José de Botas e do Hotel Xavier, em Barra Longa. Ficou estabelecido que a Arquidiocese de Mariana (MG) e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) se encarregariam de aprovar as reformas realizadas em bens imóveis, móveis e bens integrados. Além disso, foi entregue ao Ministério Público de Minas Gerais um dossiê demonstrando todos os trabalhos já realizados no tocante ao Patrimônio Cultural, de cunho material e arqueológico.

Neste mesmo ano, ocorreram celebrações e festas religiosas, como a Semana Santa de Bento Rodrigues, a Fundação disponibilizou gerador, água potável, abastecimento da caixa d'água da Igreja das Mercês, banheiros químicos, limpeza das vias e montagem de tenda e piso nas ruínas da Igreja de São Bento. Foram contratadas

empresas para a execução de projetos de restauração dos imóveis tombados ou inventariados de Barra Longa e, as tratativas para o reassentamento de Bento Rodrigues tiveram início.

Em 2018 aconteceu a visita de representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com o objetivo de discutir sobre uma cooperação técnica na área de patrimônio cultural, visando adesão por parte da comunidade de Mariana em relação ao diagnóstico de bens materiais. Em outubro foi realizado uma oficina chamada Mapa de Percepção com a comunidade de Paracatu de Baixo, marcando a abertura dos trabalhos de diagnóstico de referências culturais. Oficina que posteriormente foi realizada no distrito de Borba, pertencente à Mariana (MG). A Fundação Renova alugou um campo de futebol, em Gesteira (MG). Ainda foi organizado o banco de dados de Arqueologia da Fundação Renova e realizado o trabalho de prospecção em novos sítios, que faz parte do projeto de Diagnóstico de Bens Arqueológicos. Finalizou o ano de 2018 com projetos envolvendo bens móveis pela Cantaria e iniciaram projetos de restauração de imóveis em Barra Longa (MG).

Em 2019, iniciou trabalhos na Reserva Técnica com jovens das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Realizaram oficinas voltadas ao diagnóstico de referências culturais e oficinas de mapa de percepção entre a comunidade de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues. Oficinas de aprofundamento baseadas em história oral ocorreram em outras comunidades.

Finalizaram cinco projetos de restauração de bens imóveis em Barra Longa (MG) e 35 projetos de restauração de bens móveis sacros, que, posteriormente, foram enviados ao IEPHA para aprovação. Outros 80 projetos de restauração esperavam por autorização da Arquidiocese de Mariana (MG). Além disso, ocorreu a finalização do levantamento das referências culturais nas comunidades de Mariana, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Contrataram mão de obra local e realizaram reuniões para estabelecer os trabalhos a serem executados. Projetos de restauração e diagnóstico efetivados. Contratação de assistência técnica para reparação dos bens culturais da Arquidiocese de Mariana (MG).

Realizaram a produção de um livro com o tema da Folia de Reis para a comunidade de Paracatu de Baixo, entretanto, seu lançamento foi postergado para o final de 2019 em decorrência de uma mudança de estratégia pela equipe técnica.

Após esta rápida descrição dos resultados do Programa 12 (Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística) nos atemos as ações específicas realizadas aos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo previsto no TTAC, conforme demonstra o Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Ações do Programa 12 executadas em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo pela Fundação Renova e previstas no TTAC.

Ações do Programa 12 previstas no TTAC	Ações executadas em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo pela Fundação Renova	Período/ execução
<p>“Elaborar programa para recuperar bens culturais de natureza material e preservar patrimônio cultural das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo” (CLÁUSULA 95).</p>	Conclusão da etapa de identificação e diagnóstico dos projetos das capelas de Paracatu e Gesteira, e o inventário de bens integrados e pesquisa histórica.	Fevereiro 2017
	Conclusão da etapa de anteprojeto de arquitetura para restauro das capelas de Santo Antônio, em Paracatu.	Março 2017
	Continuidade das ações ligadas à busca de peças sacras e remanescentes da Capela de São Bento.	Junho a outubro 2017
	<p>Elaboração de inventário e diagnóstico de restauração da Capela de São Bento e de seus respectivos bens, e serviços emergenciais arquitetônicos e estruturais;</p> <p>Anteprojeto arquitetônico da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e dos seus bens integrados;</p> <p>Revisão dos bens imóveis da Capela de São Bento;</p> <p>Produção dos inventários dos bens móveis das igrejas Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Mercês e Capela de São Bento.</p>	Junho 2017
	Entrega do anteprojeto arquitetônico das igrejas de Santo Antônio, de Paracatu, Nossa Senhora da Conceição, em Gesteira, e a primeira proposta de São Bento.	Julho 2017
	Montagem de uma tenda de proteção nas ruínas da Capela de São Bento, na antiga Bento Rodrigues (MG).	Agosto/ setembro 2017
	Finalização dos projetos executivos de restauração e requalificação das Capelas de Nossa Senhora das Mercês (Bento Rodrigues), de Santo Antônio (Paracatu).	Dezembro 2017
	Montagem de outra tenda na Capela de São Bento, em substituição à anterior, danificada pelos ventos intensos.	Janeiro 2018
	Instalação de câmaras anóxicas para eliminar a contaminação de fungos e bactérias em peças sacras armazenadas na Reserva Técnica. Nessa técnica, os bens sacros são colocados em bolhas de plástico, onde é retirado o oxigênio e introduzido o nitrogênio.	Abril 2018

Quadro 4 – Ações do Programa 12 executadas em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo pela Fundação Renova e previstas no TTAC.

(continua)

<p>“Elaborar programa para recuperar bens culturais de natureza material e preservar patrimônio cultural das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo” (CLÁUSULA 95).</p>	<p>Protocolaram 12 projetos de bens móveis no IEPHA, sendo apenas 1 aprovado (09/11).</p>	<p>Novembro 2018</p>
	<p>Realização procedimentos de restauro nas seguintes peças históricas na Reserva Técnica de Mariana: imagens de São José, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora de Nazaré, Santo Antônio (pertencentes à capela de Nossa Senhora das Mercês) (28/06/19).</p>	<p>Junho 2019</p>
	<p>Realização de procedimento de restauro em 5 peças na Reserva Técnica de Mariana, associadas às Capelas de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio.</p>	<p>Julho 2019</p>
	<p>Realização de procedimento de restauro em 6 peças na Reserva Técnica de Mariana, associadas às Capelas de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Conceição, São Bento e Santo Antônio.</p>	<p>Agosto 2019</p>
	<p>Conclusão do procedimento de restauro em 4 peças na Reserva Técnica de Mariana, associadas às Capelas de Santo Antônio e Nossa Senhora da Conceição (30/09/19).</p>	<p>Setembro 2019</p>
	<p>Conclusão do procedimento de restauro em 24 peças na Reserva Técnica de Mariana, associadas às Capelas de Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora das Mercês.</p>	<p>Outubro 2019</p>
	<p>Conclusão do procedimento de restauro em 74 peças na Reserva Técnica de Mariana, associadas às Capelas de Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Mercês e São Bento.</p>	<p>Dezembro 2019</p>
<p>“Realização de inventário participativo junto às comunidades atingidas a fim de identificar os elementos materiais e imateriais que compõem a cultura local” (CLÁUSULA 96: PARÁGRAFO ÚNICO).</p>	<p>Conclusão da etapa de identificação e diagnóstico dos projetos das capelas de Paracatu de Baixo e Gesteira; Inventário de bens integrados e pesquisa histórica.</p>	<p>Fevereiro 2017</p>
	<p>Início do inventário de bens móveis e conclusão da triagem do acervo, inclusive peças dos museus Arquidiocesano, pertencentes à igreja Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues.</p>	<p>Março 2017</p>

Quadro 5 – Ações do Programa 12 executadas em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo pela Fundação Renova e previstas no TTAC.

(continua)

<p>“Realização de inventário participativo junto às comunidades atingidas a fim de identificar os elementos materiais e imateriais que compõem a cultura local” (CLÁUSULA 96: PARÁGRAFO ÚNICO).</p>	<p>Elaboração de inventário e diagnóstico de restauração da Capela de São Bento e de seus respectivos bens e serviços emergenciais dos elementos arquitetônicos e estruturais;</p> <p>Anteprojeto arquitetônico da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e dos seus bens integrados;</p> <p>Revisão dos bens imóveis da Capela de São Bento;</p> <p>Produção dos inventários dos bens móveis das igrejas Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Mercês e Capela de São Bento.</p>	<p>Junho 2017</p>
	<p>Contribuição dos moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, junto com restauradores realizaram identificação de peças e se informaram sobre as ações realizadas.</p>	<p>Junho 2017</p>
	<p>Inventários Bens Móveis da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e plano de manejo de Bento Rodrigues.</p>	<p>Julho 2017</p>
	<p>Produção de 53 fichas de identificação e indicação de tratamento das peças, sendo 41 de Paracatu e 12 de Bento Rodrigues.</p>	<p>Outubro 2017</p>
	<p>Realização de 267 fichas de identificação e tratamento, sendo 118 referentes à Capela de São Bento, 60 da Capela de Santo Antônio e 89 da Capela de Nossa Senhora da Conceição.</p>	<p>Novembro 2017</p>
	<p>Definição de estratégia de entrada em campo da empresa Estilo Nacional para abertura do diagnóstico de referências culturais, a fim de elaborar diagnóstico de identificação dos bens intangíveis e a classificação dos impactos causados sobre os mesmos, em última análise.</p>	<p>Julho 2018</p>
	<p>Acompanhamento das oficinas de Mapa de Percepção e Rotinas Diárias em Borba e Paracatu de Baixo.</p>	<p>Outubro 2018</p>
	<p>Realização de oficinas Rotinas Diárias para diagnóstico de referências culturais com comunidade de Paracatu.</p>	<p>Janeiro 2019</p>
	<p>Conclusão das oficinas de identificação do Diagnóstico de Referência Culturais em Bento Rodrigues (24/05/2019).</p>	<p>Mai 2019</p>
<p>“Implementar centros de memória” (CLÁUSULA 96: PARÁGRAFO ÚNICO).</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

Quadro 6 – Ações do Programa 12 executadas em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo pela Fundação Renova e previstas no TTAC.

(continua)

<p>“Proposta de Intervenção para preservação e conservação” contemplando “desenvolvimento e implementação, por meio de profissionais habilitados, de projeto arqueológico dos sítios impactados” (CLÁUSULA 97 e 98a).</p>	Realização de levantamento cadastral e planialtimétrico das capelas de Paracatu de Baixo e Gesteira.	Dezembro 2016
	Realização da retirada dos rejeitos concentrados abaixo das campas da Capela de São Bento pela equipe de arqueologia e conservação.	Novembro 2017
	Revisão do EPIC/RIPC do Reassentamento de Bento Rodrigues. Começaram as atividades para obtenção dos altares das novas igrejas nos reassentamentos. Trabalho contou com a mobilização dos padres e das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Padres e moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo também foram envolvidos na definição das diretrizes para o desenvolvimento de projetos das novas capelas e altares das novas igrejas.	Abril 2018
	Contratação da empresa Cantaria para realizar atividades de restauração e educação patrimonial na Reserva Técnica.	Mai 2018
	Realização de capina e limpeza nas Capelas de Mercês e Santo Antônio.	Mai 2018
<p>“Divulgação do conhecimento científico já produzido a respeito do patrimônio arqueológico da região atingida” (CLÁUSULA 98b).</p>	Oficina com temática arqueológica na Escola Municipal Bento Rodrigues com a participação de professores e alunos do 4º e 5º ano.	Abril 2017
	A Fundação Renova apresentou as ações realizadas, em andamento e as previstas ao Ministério Público Estadual de Minas Gerais e Federal, aos moradores de Bento Rodrigues, Gesteira, Paracatu de Baixo, Ponte do Gama, em Minas Gerais, e à Assessoria Técnica Cáritas. Os participantes, principalmente os atingidos e a assessoria, elaboraram um questionário com dúvidas para que a Fundação Renova responda.	Setembro 2017
	Conclusão do livro da Folia de Reis para a comunidade de Paracatu de Baixo.	Setembro 2019
<p>“Execução de obras de recuperação do patrimônio cultural impactado preferencialmente por meio de canteiros-escola que favoreçam a utilização e a capacitação de mão de obra local” (CLÁUSULA 98c).</p>	Serviços emergenciais <i>in loco</i> nas capelas de Gesteira e Paracatu e nas peças que estão em Germano (MG).	Janeiro 2017
	Capacitação de 40 trabalhadores e moradores da região.	Junho/ julho 2017
	Diálogo com os 80 trabalhadores e moradores da região, que estão ajudando no processo.	Agosto 2017
	Tratamento emergencial de 216 peças sacras das comunidades atingidas na Reserva Técnica. Profissionais envolvidos no processo de restauração receberam visita dos moradores de Bento Rodrigues e Gesteira, que contribuíram na identificação das peças.	Agosto 2017
	Mais 70 trabalhadores e moradores da região foram capacitados	Setembro 2017

Quadro 7 – Ações do Programa 12 executadas em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo pela Fundação Renova e previstas no TTAC.

(continua)

<p>“Execução de obras de recuperação do patrimônio cultural impactado preferencialmente por meio de canteiros-escola que favoreçam a utilização e a capacitação de mão de obra local” (CLÁUSULA 98c).</p>	Capacitação de mais 108 trabalhadores e moradores da região.	Outubro 2017
	Transferiram 17 peças pertencentes à Capela de Nossa Senhora da Conceição e 116 peças pertencentes às Capelas de Nossa Senhora das Mercês e São Bento, ambas de Bento Rodrigues e da Capela de Santo Antônio para a Reserva Técnica.	Dezembro 2017
	Atendimento a solicitação da comunidade de Bento Rodrigues, a Fundação Renova instalou um piso móvel nos remanescentes da Capela de São Bento, para que o local seja utilizado durante as manifestações religiosas.	Março 2018
	Contratação de 3 jovens das comunidades atingidas (um de Paracatu de Baixo e dois de Bento Rodrigues) para atuação nas primeiras etapas do processo de restauração das peças catalogadas.	Novembro 2018
	Início dos trabalhos dos jovens de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo na Reserva Técnica.	Janeiro 2019
	Contratação de mais 3 jovens (dois de Bento Rodrigues e um de Paracatu) para trabalhar como jovens aprendizes na Reserva Técnica.	Fevereiro 2019
	<p>“Ações para o resgate, a transmissão geracional e a promoção das atividades culturais das comunidades, tais como festas e celebrações, conhecimentos e técnicas tradicionais, artesanato e culinária” (CLÁUSULA 98d).</p>	Realização de reuniões com as comunidades de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues para trata dos bens imateriais.
Atividades promovendo a educação patrimonial (oficinas) junto às escolas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, por meio do projeto Conexão de Férias.		Janeiro 2017
As comunidades de Paracatu de Baixo, Bento Rodrigues e Gesteira (MG) participaram de encontros sobre bens imateriais, que envolvem cultura e saber.		Março 2017
Realização de oficina dinâmica “Linha Verde”, aplicada a 28 alunos de Paracatu de Baixo, na escola municipal Paracatu de Baixo, em Mariana, no dia 24 de março.		Março 2017
Realizada, no dia 31 de maio, na Casa dos Saberes, em Mariana (MG), cerimônia de Coração de Nossa Senhora. O evento foi feito pelas comunidades de Bento e Paracatu, com o apoio da Fundação da Renova.		Mai 2017
Paracatu: Festa de Santo Antônio, padroeiro da localidade.		Junho 2017
Festa junina, com quadrilha, em Paracatu de Baixo; Duas festas de São Bento, com quadrilha, em Bento Rodrigues.		Julho 2017
Sobre as ações de salvaguarda, foi realizado um encontro com a Folia de Reis de Paracatu para identificação das demandas do grupo, assim como a definição das ações para promoção, valorização e continuidade dessa forma de expressão cultural.		Março 2018

Quadro 8 – Ações do Programa 12 executadas em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo pela Fundação Renova e previstas no TTAC.

(continua)

<p>“Ações para o resgate, a transmissão geracional e a promoção das atividades culturais das comunidades, tais como festas e celebrações, conhecimentos e técnicas tradicionais, artesanato e culinária” (CLÁUSULA 98d).</p>	<p>Apoio com infraestrutura, na celebração da Semana Santa de Bento Rodrigues.</p> <p>Fornecimento de gerador, água potável, abastecimento da caixa d’água da Igreja das Mercês, banheiros químicos, limpeza das vias e montagem de tenda e piso nas ruínas da Igreja de São Bento.</p>	Março 2018
	<p>Disponibilização de infraestrutura para a celebração da Festa de São Bento, em Bento Rodrigues. A festividade celebra o padroeiro, e também configura ritual político de afirmação da memória dos atingidos e sua vinculação à área de origem.</p>	Julho 2018
	<p>Organização da Festa de Nossa Senhora Aparecida em Ponte do Gama, Paracatu e Bento Rodrigues (12/10).</p>	Outubro 2018
	<p>Entre os dias 26/12/18 e 06/01/19, acompanhamento e promoção do ciclo natalino da Folia de Reis em Paracatu de Baixo.</p>	Janeiro 2019
	<p>Realizado encontro cultural de Paracatu de Baixo.</p>	Março 2019
	<p>Conclusão do livro da Folia de Reis para a comunidade de Paracatu de Baixo, a publicação foi postergada para dezembro, devido a uma mudança estratégica da equipe técnica.</p>	Setembro 2019
<p>“Promover o reestabelecimento e revitalização dos espaços e das condições necessárias à realização de competições esportivas, eventos de dança e música, atividades ocupacionais e de capacitação para idosos, atividades infantis em contra turnos ou períodos de férias, bem como a inserção da população atingida em novas atividades e esporte” (CLÁUSULA 99).</p>	<p>Discussão, em Paracatu e Bento Rodrigues, das possibilidades do uso da Casa dos Saberes.</p>	Março 2017
	<p>Abertura do projeto de musicalização para as comunidades atingidas, o Museu da Música recebeu os membros da comunidade de Paracatu de Baixo (MG), que conheceram o local e assistiram a uma apresentação musical.</p>	Março 2018

Fonte: Autoria própria (2020).

Destaca-se que, ao tratar sobre “implementar centros de memória”, previsto no parágrafo único, do programa 12, previsto no TTAC. Foi exposto apenas uma ação executada pela Fundação Renova nos Relatórios analisados. No entanto, esta ação realizada foi em um distrito próximo a Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. O espaço

de memória fica localizado em Mariana (MG), conforme Quadro 4. Desta forma, as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo precisam se locomover para ter acesso a este espaço de memória.

Descritos os resultados obtidos dos relatórios da Fundação Renova sobre as ações de preservação da memória e do patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo iremos, no próximo capítulo, realizar a análise e discussão dessas ações sistematizadas no Quadro 3, seguindo o Programa 12, Cláusulas 95 a 100 do TTAC.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As informações descritas no Quadro 3 referem-se as ações executadas pela Fundação Renova em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, contidas nos Relatórios do Programa 12. Esse Programa prever ações de Preservação do Patrimônio e da Memória desses subdistritos. A análise e discussão dos resultados serão tratadas seguindo a ordem das cláusulas 95 a 100 do TTAC, conforme exposto no Quadro 3:

CLÁUSULA 95: A FUNDAÇÃO deverá elaborar programa para recuperar bens culturais de natureza material e preservar patrimônio cultural das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira atingidas pelo EVENTO, desde que os bens sejam de valor histórico, arqueológico, artístico inventariados e/ou tombados pelo IPHAN e/ou IEPHA atingidos pelo EVENTO (TTAC, 2015, p. 53).

Com o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco, controlada pelas empresas Vale e BHP Billiton, deixou um rastro de destruição em diversas comunidades e plantações, poluiu a água do Rio Doce e seus afluentes, em Minas Gerais, com reflexos até a foz do rio, em Regência (ES), e no oceano Atlântico (XAVIER; VIEIRA, 2016).

Os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, pertencentes à Mariana (MG), foram devastados pela lama, cerca de 34 milhões de m³ de rejeitos de minério desceram a encosta em direção a estes subdistritos (BRITO, 2016). O enorme volume de rejeitos destruiu completamente o subdistrito de Bento Rodrigues, situado a 8 quilômetros de distância da barragem de Fundão (MG), logo após, alcançou Paracatu de Baixo.

Desde então, diversos órgãos e instituições buscam a reparação de danos e a compensação daqueles que são irreparáveis. A coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA), Andressa Lanchotti argumentou que:

A transversalidade do problema exigiu – e ainda exige – o empenho de diversas áreas de atuação do MPMG, notadamente Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Turístico, Defesa da Fauna, Direitos Humanos, Inclusão e Mobilização Sociais e Fundações, garantindo uma atuação sinérgica nos aspectos socioambiental e socioeconômico (MPMG, 2020).

A Fundação Renova, entidade responsável pela elaboração e execução de ações para a recuperação dos danos em bens culturais de natureza material, em específico,

envolvendo as comunidades de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo (TTAC, 2015). Tais medidas só começaram a ganhar corpo a partir de 2017, pois o segundo semestre de 2016 foi marcado por medidas paliativas e reparos emergenciais. As medidas e ações tomadas até meados de 2017 pela Fundação Renova, priorizaram as obras emergenciais.

Entre junho a dezembro de 2017, as principais atividades se deram por meio de curadoria, inventário de peças e monitoramento de templos. Foi concluída a etapa de identificação e diagnóstico dos projetos relativos às capelas de Paracatu de Baixo. Foram realizadas diversas ações de resgate de peças sacras que se encontravam espalhadas pela lama dos rejeitos de minério de ferro em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, locais estes, que abrigavam importante acervo da arte sacra, em Minas Gerais. Alguns serviços emergenciais foram iniciados nas capelas de Paracatu de Baixo e Gesteira (MG). Entretanto, não se sabe o montante que foi empenhado nestes serviços, os relatórios não trazem informações específicas.

As etapas iniciais do processo de identificação e diagnóstico são fundamentais para o reconhecimento dos bens culturais destas comunidades atingidas. A busca e o resgate de peças históricas foram fundamentais para os achados que contou com a participação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e coordenada pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais nas áreas afetadas pela onda de lama e rejeitos de minério, denominada S.O.S. Patrimônio. Essa operação tem como objetivo diagnosticar a extensão dos danos ocasionados a bens culturais situados nos povoados afetados pela de lama (MPMG, 2015).

Dessa operação S.O.S. Patrimônio resultou no encontro de diversas peças, como os fragmentos de um anjo barroco que ficava no altar da igreja, fragmentos de um banco, partes de duas almofadas da porta central, como mostra a Figura 16.

Miranda (2019) cita que cerca de 2.500 peças e fragmentos foram encontrados e neste constam obras do período barroco, do século XVIII e imagens de grande importância devocional para os moradores. Todo material foi transferido temporariamente para o Museu de Arte Sacra de Mariana (MG).

Figura 16 – Peças da Capela de São Bento encontradas após o rompimento da barragem



Fonte: MPMG (2015).

Segundo Herculano (2003), ações de preservação do patrimônio cultural, nas áreas de preservação de bens móveis e imóveis e proteção do patrimônio natural e arqueológico são fundamentais para a valorização da cultura brasileira.

A destruição de bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de diminuirmos o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens. A preservação e o reuso contribuem para a redução de energia e matéria-prima necessárias para a produção de novos. (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 15)

Em novembro de 2017 foi realizada a desinfestação das peças que compõem o acervo da Samarco, com exceção das peças estruturais de grande porte. Diante aos problemas encontrados com a empresa contratada, em janeiro de 2018, a Fundação Renova realizou outra concorrência para definir novas empresas que continuariam os trabalhos voltados ao patrimônio imaterial e arqueológico presente na Reserva Técnica da Samarco. Ainda se constatou a necessidade de se instalar câmaras anóxicas na Reserva Técnica, com o objetivo de se eliminar a contaminação por fungos e bactérias nas peças sacras. Por isso, segundo Teixeira e Ghizoni (2012, p. 15),

O estado de conservação de um objeto está intrinsecamente ligado ao material no qual foi elaborado, na técnica construtiva e na trajetória das condições de armazenagem e exposição. Quando um objeto é mantido em condições adequadas na armazenagem e exposição, os fatores de degradação são estabilizados, necessitando apenas a sua manutenção com procedimentos preventivos de conservação, como higienização, controle de micro-organismos e insetos, embalagens de proteção, manuseio correto, entre outros. Em situações adversas, o processo de deterioração pode instalar-se, necessitando de uma intervenção que estabilize e repare os danos ocorridos no objeto.

Nesses casos, Teixeira e Ghizoni (2012, p. 15) alertam que é preciso contratar profissionais especializados em restauração, os quais possam “fazer diagnóstico do estado de conservação, avaliando as condições físicas da obra, o grau de deterioração em que se encontra e a possibilidade de intervenção restauradora”. Ainda as autoras ressaltam que os procedimentos de conservação devem ter prioridade sobre os de restauração, como é o caso das peças sacras encontradas nos rejeitos de minério em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

A Fundação Renova passou a terceirizar alguns serviços, a exemplo, o Acordo feito com a Arquidiocese de Mariana (MG) a fim de contratar uma assistência técnica para validar os projetos de restauro desenvolvidos pela Fundação Renova. Os projetos não foram bem-sucedidos. É possível observar nos relatórios analisados que as restaurações das obras só iniciaram a partir do final do ano de 2018 e se alongaram durante o ano 2019.

No decorrer dos anos, 2016 a 2019, apenas foram registradas ações de restauração a partir de junho de 2019 de peças sacras das igrejas Nossa Senhora das Mercês; Nossa Senhora da Conceição; Santo Antônio e São Bento, como as imagens de São José, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora de Nazaré, Santo Antônio (pertencentes à capela de Nossa Senhora das Mercês).

Observa-se que a demora nas ações compromete as características originais da obra, ações mais rápidas geram a manutenção da integridade física e estética das peças sacras encontradas nestes subdistritos. Segundo Teixeira e Ghizoni (2012), a degradação de um objeto pode ser por um processo natural de envelhecimento, mas existem fatores externos que podem acelerar a deterioração, principalmente os materiais orgânicos. “Os fatores ambientais são as causas principais da deterioração dos materiais e influenciam diretamente na permanência do objeto” (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p. 15).

CLÁUSULA 96, PARÁGRAFO ÚNICO: Complementando as informações disponibilizadas pelo IPHAN e pelo IEPHA, o diagnóstico incluirá a realização de inventário participativo junto às comunidades atingidas a fim de identificar os elementos materiais e imateriais que compõem a cultura local, bem como implementar centros de memória (TTAC, 2015, p. 53).

O TTAC prevê que a Fundação Renova deve desenvolver inventário participativo junto às comunidades atingidas para identificar manifestações culturais em suas diversas

formas a fim de identificar possíveis bens materiais e imateriais que precisam ser registrados, resgatados e defendidos, entre as comunidades atingidas.

Acerca da elaboração de inventários de bens culturais imateriais, constatou-se nos relatórios da Fundação Renova, um único relato, que se deu por meio da produção de um livro com o tema “Folia de Reis para a comunidade de Paracatu de Baixo”, mas pouco se falou como essa dinâmica foi desenvolvida e como foram realizados os registros da realização destas manifestações e bens culturais junto à comunidade atingida pelo rompimento. Sabe-se que, o grupo da Folia de Reis de Paracatu de Baixo foi fundado na comunidade, em 1961, e seu acervo material como as bandeiras e instrumentos, ficavam guardados na capela de Santo Antônio e sofreram o impacto direto do rejeito (PEREIRA, 2017).

A produção de inventário nas peças sacras e nos bens móveis das igrejas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, decorreu-se no ano de 2017. Neste processo de inventariação, paralelamente, realizou elaborações de fichas de identificação e indicação de tratamento a respeito das igrejas atingidas pela lama (Nossa Senhora das Mercês, São Bento e Igreja de Nossa Senhora da Conceição). Algumas dessas atividades foram realizadas junto à comunidade dos subdistritos em estudo, cumprindo assim, o Parágrafo Único da Cláusula 96 do TTAC,

Em junho de 2018, foi promovida uma reunião para discutir o início dos trabalhos voltados para o diagnóstico de identificação dos bens intangíveis e a classificação dos impactos causados sobre eles. Proposta aprovada pelo Comitê Interfederativo. No mês de julho do mesmo ano foi definido que a empresa Estilo Nacional, empresa de arquitetura e preservação, iria seguir com esse projeto.

Segundo a Fundação Renova, o papel da empresa Estilo Nacional era contribuir para o diagnóstico com base na identificação de bens intangíveis e os possíveis impactos sobre eles atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Entretanto, no relatório da Fundação Renova não foram descritas as ações executadas por esta empresa, apenas cita a execução da ação. Além disso, a previsão era contemplar diversas comunidades, incluindo Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (MG). Estes subdistritos foram impactados pelos rejeitos da barragem de Fundão rompida. Bento Rodrigues foi o primeiro a ser atingido e totalmente soterrado pela lama.

Em junho de 2017, restauradores receberam a visita de moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo com o objetivo de auxiliar na identificação de peças e foi formado um Grupo Técnico de Referência no intuito, inicial, de se estabelecer ações prioritárias e definição de ações a serem promovidas no tocante a bens culturais patrimoniais. No decorrer do tempo, alguns moradores da comunidade de Paracatu de Baixo, e posteriormente, em outras comunidades participaram de oficinas de “Mapa de Percepção” e rotinas diárias para identificação do diagnóstico de referência culturais em Bento Rodrigues.

Diversas mobilizações foram necessárias por parte da população de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo para obtenção de novos altares para as igrejas, bem como, reuniões para a definição das diretrizes dos projetos destas novas igrejas. Para Silva e Faulhaber (2020, p. 3),

A lama ocasionou a perda de memórias e identidades. As marcas delimitadas pela tragédia colocaram esses moradores no patamar de atingidos pelo rompimento da barragem e representaram algumas ressignificações na relação destes com o patrimônio perdido, que, agora, se reconstitui por meio de uma memória afetiva, na busca por recompor aquilo que se foi e na tentativa de manter vivas as identidades ligadas ao espaço que já não existe

Silva e Faulhaber (2020) argumentam ainda que os atingidos passaram a se organizar e mobilizar ações para defender sua cultura e a manutenção do território, tanto de Bento Rodrigues como de Paracatu de Baixo, para que ali pudessem ainda estabelecer uma relação de afetividade. Tal sentimento fez com que os moradores se articulassem e mobilizassem na luta para que as cerimônias religiosas fossem realizadas nos mesmos espaços em que ocorriam antes do desastre. Como corrobora Brett (1996), indivíduos e comunidades são forçados a se articular e recuperar o sentido do passado, afirmando e/ou renegociando o senso de *habitus*, dessa maneira, o uso do patrimônio cultural material é essencial nesse processo.

Projetos definidos e aprovados, tais como, as residências de Antônio Trindade, João de Freitas, José Lanna, o Hotel Xavier, a Fazenda Floresta e a Casa Jardim. Obras com forte potencial turístico para a região de Mariana (MG). No entanto, passados quase três anos do dia fatídico, as obras de grande porte de restauração e de arqueologia em diversas localidades, principalmente em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo ainda não tinham sido iniciadas.

Essa morosidade na execução das grandes ações nos remete a Leff (2007) que argumenta que os problemas ambientais estão fortemente vinculados ao modo como

se apreende e se estabelece uma relação entre as ações ou o modo de existir do ser humano e a natureza. Com o desenvolvimento da relação trabalho x natureza e as modificações do modo de produção, o homem tenta adaptá-la à sua nova forma de vida, transformando-a para atender a novos anseios e necessidades. Assim, o consumo de matéria-prima não se limita mais a satisfazer a necessidade de subsistência do homem, agora, os recursos naturais passam a ser usado para geração de riqueza, com objetivo, o lucro.

Diante da atual configuração do modo de produção capitalista e de suas consequências para a vida dos seres humanos, Yolanda Guerra (2013, p. 239) afirma que: “[...] o receituário neoliberal prioriza a abertura da economia ao capital estrangeiro, a minimização do Estado, as privatizações dos bens públicos, a desregulamentação do mercado de trabalho e a mercantilização dos serviços”.

A política neoliberal instalada no Brasil, incorpora o discurso do desmonte do aparelho estatal, o qual faz com que ocorram privatizações do patrimônio público e flexibilização da produção, não restando outra escolha, a não serem meros fornecedores de matéria prima, o que impacta diretamente e indiretamente no planeta, principalmente nos países periféricos como o Brasil (NETTO, 2012).

Nesse sentido, o rompimento das barragens de Fundão e Santarém, ambas localizadas em Minas Gerais, controladas pela Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, que utilizam a exploração e extração de recursos naturais, desencadearam uma série de impactos ambientais graves, como destruição de casas, morte de vários seres vivos e animais, plantações devastadas, formação de uma camada espessa de lama, poluição dos rios da região (Rio Gualaxo, Rio Carmo e Rio Doce), até chegar ao ecossistema marinho.

O patrimônio cultural material e imaterial dessa região foram altamente destruídos e comprometidos. A história ficou marcada nestes subdistritos Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e sobram dificuldades em estabelecer as devidas soluções e a demanda dessas comunidades afetadas.

O TTAC (2015, p. 53) determina a “implementar centros de memória”. A solução encontrada pela Fundação Renova foi à Casa dos Saberes, sediada em Mariana (MG), aproximadamente a 35 km de distância dos subdistritos Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. As comunidades supracitadas precisam se deslocar para ter

acesso a este espaço de memória. Ou seja, apenas uma ação de implementação de centros de memória encontrada nos relatórios analisado até 2019.

Nora (1989, p. 7) descreve que:

Nosso interesse no lugar de memória onde a memória se cristaliza e se secreta ocorre em um momento histórico particular, um ponto de inflexão em que a consciência de uma ruptura com o passado está ligada ao sentimento de que a memória foi rompida - mas rompida de tal maneira que coloca o problema da incorporação da memória em certos locais onde persiste um sentido de continuidade histórica. Há lugares de memória, sítios de memória, porque não há mais meios de memória, ambientes reais de memória (NORA, 1989, p. 7)

Assim, museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação, centros de memória, patrimônios culturais são considerados lugares de memória com a função de preservar a lembrança do passado e estabelecer a identidade histórica e social da comunidade.

Neste caso, as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo onde perderam seus patrimônios culturais e as memórias estabelecidas nestes locais precisam da criação de novos lugares de memória para dá suporte a formação e transmissão de uma memória coletiva e identidade local.

As ruínas de Bento Rodrigues se converteram em 'lugares de memória'. A memória é revivida e ritualizada na tentativa de trazer à vida lembranças cujo meio de acesso se estabelece pela ritualização de uma memória/história, que investe o 'lugar de memória' de uma 'aura simbólica' (FAULHABER; SILVA, 2020, p. 1).

Deste modo, esses locais de memória podem ter cunho religioso, turístico, festivo, lugares que tragam qualquer tipo de lembranças. Por meio desses lugares materializados que se garantem a preservação e perpetuação das memórias coletivas as futuras gerações. Logo a execução das obras de grande porte de restauração e de arqueologia em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo se faz mais do que necessárias, pois é um dos meios de garantir a continuidade de identidade e pertencimento local.

Percebe-se, então, que a memória não aprisiona o indivíduo ao passado, mas o liberta de preconceitos e da padronização imposta, conduzindo ao enfrentamento dos problemas atuais com mais segurança, tornando o grupo social muito mais politizado e comprometido com o bem público. Aí é que entra a importância dos centros de memória, ou instituição-memória, pois ela organiza e racionaliza as memórias perdidas, e não é simplesmente um depósito de memórias vividas pelo grupo social (MACHADO; RODRIGUES, 2010, p. 26).

Nesse sentido, a realização de um Centro de Memória em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, traria para as comunidades suas raízes culturais, por meio das histórias

orais, por documentos com valor simbólico, pelos bens culturais materiais, ou seja, seria possível reunir, organizar, identificar, conservar, produzir conteúdo e disseminá-los para toda a comunidade bem como para toda a sociedade sua memória coletiva.

Em relação ao centro de memória “A Casa dos Saberes” é um espaço que já existia em Mariana (MG). Um breve contexto de como foi às ações: em março de 2017 foi discutida em Bento Rodrigues a utilização deste espaço. Em maio de 2017, foi realizada na Casa dos Saberes a cerimônia de Coroação de Nossa Senhora, por obra das comunidades de Bento e de Paracatu de Baixo, com auxílio da Fundação. E em fevereiro de 2018, o imóvel foi reformado.

Figura 17 – Casa dos Saberes, em Mariana



Fonte: O Tempo (2019).

Segundo o jornal O Espeto (2020), a Casa dos Saberes é um espaço de convivência para as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo atualmente, e destina-se a realização de reuniões, oficinas, cursos e atividades diversas, com objetivo fortalecer os vínculos comunitários entre as famílias destas comunidades. Demonstra ser um espaço de memória e de fortalecimento de vínculos. O espaço ainda contribui para que as práticas de costura, crochê e bordado fossem retomadas devido aos cursos e oficinas que são oferecidos. Os artesanatos produzidos são posteriormente comercializados, entretanto, em decorrência da pandemia da COVID-19, a Casa dos Saberes se encontra fechada (O ESPETO, 2020).

CLÁUSULA 97: O diagnóstico deverá ser sucedido por Proposta de Intervenção para preservação e conservação que estabeleça escala de prioridades de ação em razão do grau de risco de perdas irreversíveis dos bens culturais, sejam materiais ou imateriais.

CLÁUSULA 98: a) A Proposta de Intervenção no patrimônio cultural, a ser implementada pela FUNDAÇÃO, deverá contemplar: a) Desenvolvimento e

implementação, por meio de profissionais habilitados, de projeto arqueológico dos sítios impactados (TTAC, 2015, p. 53).

As Cláusulas 97 e 98a do TTAC delimitam a Fundação Renova o dever de desenvolver Proposta de Intervenção com o intuito de preservar e conservar bens culturais, seja materiais ou imateriais, por meio de projetos arqueológicos nos sítios afetados: realização de levantamento cadastral e planialtimétrico da capela de Paracatu de Baixo; Retirada dos rejeitos concentrados abaixo das campas da Capela de São Bento pela equipe de arqueologia; Revisão do EPIC/RIPC do Reassentamento de Bento Rodrigues das novas capelas e altares das novas igrejas dos reassentamentos; contratação da empresa Cantaria para realizar atividades de restauração e educação patrimonial na Reserva Técnica.

A Fundação teve problemas com as empresas de engenharia contratadas para executar o reassentamento.

Um ano após o acordo para realização de reassentamento das comunidades destruídas, o MPMG pleiteou cumprimento de sentença homologatória, para que a Justiça determinasse um prazo para que as empresas cumprissem com as obrigações pactuadas. Segundo a decisão, as empresas e a Fundação Renova teriam até agosto de 2017 para concluir todos os reassentamentos. No entanto, as empresas recorreram da decisão (MPMG, 2020, p. 1).

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) (2020) ainda cita que o projeto urbanístico foi aprovado em fevereiro de 2018 em Assembleia Geral dos atingidos, tendo a Fundação Renova iniciado as obras de infraestrutura em janeiro de 2019 e a construção da primeira casa em julho do corrente ano. As previsões de reassentados são de 211 famílias no novo distrito de Bento Rodrigues. Enquanto, em Paracatu de Baixo será contemplado 97 famílias (MPMG, 2020). Ainda o MPMG pleiteou o cumprimento de sentença homologatória, para que:

Sejam fornecidos imóveis separados em condições dignas de habitabilidade para todos os novos núcleos familiares que se formaram, ou que vierem a se formar, depois do desastre, em virtude de novas uniões, divórcios, falecimentos, nascimentos e outras situações análogas, até o reassentamento da respectiva comunidade ou o reassentamento familiar (MPMG, 2020, p. 1).

Até dezembro de 2019 foi mencionado apenas a contratação de empresa para realizar a educação patrimonial, sem mencionar a ação executada.

A educação patrimonial é uma atividade educacional de grande importância no processo de conscientização e preservação do patrimônio cultural local, pois traz para a comunidade local informações das manifestações culturais, os significados, sentidos e valores dos bens culturais e,

Busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA DE ALAGOAS, 2021, p.1).

A educação patrimonial colabora, portanto, para que a comunidade reconheça seus patrimônios culturais, contribuindo no processo de preservação desses bens, como também no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA DE ALAGOAS, 2021).

CLÁUSULA 98: b) Divulgação do conhecimento científico já produzido a respeito do patrimônio arqueológico da região atingida cujo acesso e prosseguimento de pesquisas foi inviabilizado pelas alterações no relevo causadas pelo EVENTO (TTAC, 2015, p. 53).

As ações de divulgação de conhecimento científico produzidos pela Fundação Renova sobre o patrimônio arqueológico dos subdistritos Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram: Oficina com temática arqueológica na Escola Municipal Bento Rodrigues; os atingidos e a assessoria técnica elaboraram um questionário com dúvidas para a Fundação Renova responder; Conclusão do livro da Folia de Reis para a comunidade de Paracatu de Baixo.

CLÁUSULA 98: c) Execução de obras de recuperação do patrimônio cultural impactado preferencialmente por meio de canteiros-escola que favoreçam a utilização e a capacitação de mão de obra local (TTAC, 2015, p. 54).

As ações executadas iniciaram em janeiro de 2017, com serviços emergenciais nas capelas de Paracatu de Baixo. Seguiram com diversas capacitações e diálogos entre trabalhadores, moradores da região atingidos e técnicos contratados pela Fundação. Posteriormente foi contratado de jovens das comunidades atingidas (Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues) para atuação nas primeiras etapas do processo de restauração das peças catalogadas e para jovens aprendizes na Reserva Técnica. Profissionais envolvidos no processo de restauração receberam visita dos moradores de Bento Rodrigues e Gesteira, que contribuíram na identificação das peças.

Em relação as ações para tentar retomar ao uso do patrimônio cultural impactado, em 2018 a Fundação Renova atendeu ao pedido da comunidade de Bento Rodrigues e instalou um piso móvel nos remanescentes da Capela de São Bento, para que o local seja utilizado durante as manifestações religiosas. Um bem cultural de grande representatividade para a comunidade de Bento Rodrigues, onde festas e comemorações importantes ocorriam antes do rompimento da barragem de Fundão,

precisou de uma solicitação expressa para se concretizar a liberação dessa capela, patrimônio cultural de grande significado religioso para a comunidade atingida pela onda de lama.

Esses lugares de memória como a Capela de São Bento, são locais que trazem o sentimento de pertencimento as pessoas destas comunidades, pois relembram fatos, acontecimentos, lembranças, memórias individuais e coletivas. E essas memórias e sentimentos de pertença a um lugar faz com que possa ser construído as relações afetivas e de identidade local. Deste modo, a Capela de São Bento, patrimônio cultural material de Bento Rodrigues é um local “[...] privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2006, p. 1).

Na sociedade pós-moderna a memória necessita ser incorporada a um local para que ocorra o processo de construção de identidade social, por meio dos sentimentos de pertencimento, ou seja, “a memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade” (FÉLIX, 1998, p. 35).

Esses lugares são de extrema importância para as comunidades citadas, como podemos notar na fala de moradores da comunidade, Antônio Dalua, Genival Pascoal e Lucimar Muniz, ao discorrerem que “é curioso como o rompimento da barragem nos trouxe certos entendimentos, e com eles passamos a valorizar ainda mais o que sempre nos pertenceu, mas não dávamos o devido valor ” (DALUA *et al.*, 2017, p. 6). Assim, “os locais e os ritos são ferramentas culturais determinantes para a afirmação das identidades” (FAULHABER; SILVA, 2020, p. 3).

Essa percepção de que os lugares garantem o sentimento de pertencimento pode ser observada na fala da moradora Mônica dos Santos, pois como a Capela de São Bento foi totalmente devastada pelo rompimento da barragem de Fundão, ficou um sentimento de vazio em relação aos encontros vividos neste espaço.

Por termos perdido todas as nossas referências, principalmente a nossa Capela, a imagem de São Bento e tudo mais, pedimos a Deus coragem para prosseguir e celebramos com muita fé em uma capela emprestada, tomamos as ruas que não eram as nossas com uma imagem doada por irmãos de outra comunidade (SANTOS, 2016, p. 13).

Logo, Lima, Ribeiro e Toutain (2016, p. 372) explicam que “[...] preservar, registrar e proteger culturas, objetos, imagens, móveis, imóveis, tradições, cantigas e outros que contam histórias de épocas, pessoas, comunidades, mantém no sujeito o sentimento

de pertencimento”. Assim, ao compreendermos que o “[...] patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos” (PELEGRINI, 2006, p. 3) estaríamos contribuindo para uma identidade cultural.

CLÁUSULA 98: d) Ações para o resgate, a transmissão geracional e a promoção das atividades culturais das comunidades, tais como festas e celebrações, conhecimentos e técnicas tradicionais, artesanato e culinária (TTAC, 2015, p. 54).

Ações de resgate e promoção cultural das comunidades em estudo realizadas no decorrer de 2016 a 2019 foram diversas festas e celebrações religiosas, festas populares, encontros tradicionais e culturais, entre outros, tais como, festa do padroeiro de Santo Antônio; Festa junina, com quadrilha; Duas festas de São Bento; Festa de Nossa Senhora Aparecida; celebração da Semana Santa de Bento Rodrigues; Folia de Reis em Paracatu de Baixo; cerimônia de Coração de Nossa Senhora. Além de reuniões e encontros com as comunidades de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues para tratar dos bens imateriais, que envolvem cultura e saber. Já citado acima, a elaboração e conclusão do livro Folia de Reis, no entanto foi postergada a publicação pela equipe técnica para dezembro de 2019.

CLÁUSULA 99: No que se refere ao esporte e ao lazer, a FUNDAÇÃO deve promover o reestabelecimento e revitalização dos espaços e das condições necessárias à realização de competições esportivas, eventos de dança e música, atividades ocupacionais e de capacitação para idosos, atividades infantis em contra-turnos ou períodos de férias, bem como a inserção da população atingida em novas atividades e esporte disponíveis em Bento Rodrigues e Barra Longa (TTAC, 2015, p. 54).

Ações de promoção do reestabelecimento e revitalização dos espaços e das condições necessária referente ao esporte e o lazer nos dois subdistritos foram poucas. Os relatórios apontaram uso da Casa dos Saberes, em Mariana (MG) e a abertura do projeto de musicalização para as comunidades atingidas, o Museu da Música recebeu os membros da comunidade de Paracatu de Baixo, que conheceram o local e assistiram a uma apresentação musical.

Depois de transcorrido quatro anos da criação da Fundação Renova, o Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística, Cláusulas 95 a 100 do TTAC, as ações de reparação mostraram-se ínfimas ao patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Como se pode perceber na narrativa dos Relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) denunciam a morosidade no processo de reparação dos danos.

Três anos depois do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG) – responsável por matar 19 pessoas e destruir o distrito de Bento Rodrigues -, até hoje não há uma avaliação completa dos danos gerados nem uma resposta adequada às comunidades afetadas. Em uma carta confidencial de 11 páginas enviada ao governo brasileiro, seis relatores especiais da Organização das Nações Unidas (ONU) criticaram as medidas adotadas pelas autoridades e pelas empresas, a suposta falta de transparência no processo de avaliação dos danos e a limitada participação da sociedade civil nos órgãos criados para tratar da crise (ONU, 2018, p. 1).

A Defensora Pública Carolina Morishita, do Núcleo de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise da Defensoria Pública de Minas Gerais ressalta a falta de transparência da Fundação Renova e a enorme dificuldade encontrada, inclusive por instituições de justiça, para ter acesso a informações.

Muitas vezes ofícios que trazem perguntas objetivas, práticas, são respondidos com dezenas e às vezes centenas de folhas de informações imprecisas, que trazem dados diversos do questionado, e uma impossibilidade de aferição do que realmente tem sido realizado (BOLA, 2021, p. 1).

O TTAC é um Acordo delimitado e interpretado a partir de definições técnicas regidas nele. As metas dos Programas estabelecidos pelo Comitê Interfederativo e as Câmaras Técnicas nem sempre são executadas de forma célere, trazendo morosidade ao processo e conseqüentemente prejudicando no atendimento à população impactada pelo rompimento da barragem de Fundão.

Este Acordo foi firmado por várias entidades entre os órgãos da Federação, como IBAMA, ICMBio, ANA, e órgãos estaduais e municipais, bem como as empresas Samarco, Vale e BHP, além de representantes do comitê de bacias, e estabeleceu diretrizes de como o processo seria desenvolvido. O TTAC foi estabelecido sem a participação popular e diálogo com as comunidades impactadas, o que vem prejudicando a execução dos Programas voltados para a área Socioeconômica (ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA, 2017).

Segundo Zorzal e Silva, Cayres e Souza (2017) outro elemento causador de tensões e desafios é a própria imprecisão do TTAC em relação aos programas direcionados aos impactos socioeconômicos, pois foram estruturados de forma genérica, não estipulando instrumentos precisos e metas a ser cumprido, o qual resulta na dificuldade de acompanhamento do processo.

Pela amplitude dos desafios e problemas a serem enfrentados diante ao rompimento da barragem de Fundão, sobram dificuldades em estabelecer as devidas soluções, o que influencia no tempo de respostas para atender a comunidade afetada.

Se em uma política pública que possui arena institucionalizada formalmente já se colocam enormes desafios na relação entre o poder público e a sociedade civil, no caso específico que envolveu uma grande corporação e a enorme desconfiança da atuação dos entes governamentais nas medidas preventivas, esse ambiente se tencionou sobremaneira. Dessa forma, a participação e, conseqüentemente o diálogo ficam sob suspeição quanto à verdadeira intenção de promover reparações e oferecer respostas aos impactados pelo acidente (ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA, 2017, p. 12).

Pode-se perceber que esta fragilidade na comunicação reforçou este sentimento de desconfiança acerca do que foi estabelecido pelo TTAC e na execução das ações perante a Fundação Renova.

Outra questão envolvendo o TTAC é a própria criação jurídica do termo, por haver diversos entendimentos do que seria e quem faria este acordo, o que abre inúmeras interpretações de disputa semântica pelo sentido da lei. Segundo o entendimento de Bobbio (1999), a legislação do TTAC traz uma lacuna em seu ordenamento jurídico, pois no Acordo observam-se diretrizes acerca do que se pode fazer e quem pode fazer, mas não apresenta como fazer. Desse modo, as maneiras de como fazer as ações de reparos são escolhidas pelo órgão legitimado para tal fato, neste caso a Fundação Renova, que é a responsável pela execução das ações propostas pelo TTAC.

Segundo Viégas, Pinto e Garzon (2014, p. 6),

Após a escolha dos interesses a serem protegidos, exige-se do legitimado a escolha das pretensões (ou exigências) consideradas como as mais adequadas e eficientes para a satisfação dos interesses transindividuais amparados pelo ordenamento jurídico. Isto resulta, na prática, numa ampla variedade de formas de aplicação desse instrumento, pois tais legitimados fazem suas escolhas de interesses e pretensões de acordo com suas interpretações da legislação e/ou de acordo com suas filiações a uma ou outra corrente doutrinária.

Mesmo a Fundação Renova tendo um direcionamento em sua execução pelo TTAC tem certa liberdade para a escolha de seus interesses e pretensões em relação ao Acordo. Isso corrobora com os autores, Zorzal e Silva, Cayres e Souza (2017) que argumenta a falta de diálogo com a comunidade que influenciam na execução das ações pela Fundação Renova.

Segundo Ferreira (2016), esta entidade é gerida por uma Diretoria Executiva, cujo intuito é o de propor e executar os projetos a serem realizados, desde que aprovados pelo Conselho de Curadores, após Consulta ao Conselho Consultivo. Destaca-se que em grande parte das instâncias, há o predomínio de representantes das empresas e

do Estado, seguidos por instituições científicas. No entanto, os representantes das comunidades atingidas só estão contemplados diretamente no Conselho Consultivo – órgão de assessoramento da Fundação, com a função de opinar sobre os projetos – em número inexpressivo de cinco representantes (FERREIRA, 2016), como se pode observar no Quadro 3, Cláusula 98b.

Segundo Zorzal e Silva, Cayres e Souza (2017, p. 13), a Fundação Renova foi

Criada sem nenhuma trajetória de experiência de lidar com a produção e execução de políticas públicas, impõem um custo adicional de mudança nos mapas cognitivos dos agentes da referida fundação, em sua maioria oriundos das empresas mineradoras, portanto com grande expertise para lidar com o mercado e muito pouca para lidar com as questões de interesse público, que é o que devem fazer enquanto executores do TTAC. Além de ter de lidar com diferentes instituições e atribuições, em níveis federativos distintos, para implementar suas ações o que demanda tempo distinto daquele típico do mercado.

Entende-se que, em face do fato do Acordo Jurídico não estabelecer como fazer as ações de reparação aos danos acometidos aos bens e as comunidades atingidas, a Fundação Renova tem autonomia em sua execução, podendo estabelecer quais serão as ações a serem realizadas. Conforme Dornelas *et al.* (2016, p. 351).

A fundação privada prevista no acordo teria o poder de gerenciar os valores dos aportes anuais para a execução das medidas reparatórias, indenizatórias, de mitigação e recuperação socioambiental, além do controle dos atos decisórios, do estabelecimento de requisitos e critérios de avaliação das áreas e pessoas atingidas, que seriam contempladas pelos programas, bem como os parâmetros das indenizações a serem pagas, em conjunto com um Comitê Interfederativo composto pelo poder público, o qual fiscalizaria os resultados.

Milanez e Pinto (2016) corroboram com essa argumentação acerca da forma como foram estruturados o Acordo e a legitimação da criação da Fundação, assim a Renova passa a deter muito poder, e conseqüentemente, as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão também, aprofundando o modelo de gestão privada das respostas ao desastre e reforçando o distanciamento entre empresa e os atingidos.

Essa liberdade na execução das ações pela Fundação Renova vem trazendo diversas críticas que podem ser notadas nas falas do Governador de Minas Gerais e do Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania Juliano Barbosa, respectivamente:

Eles criaram uma grande estrutura, que se chama Fundação Renova, para poder analisar quem vai receber os recursos, onde, quando, e é essa fundação que consome os recursos e não os afetados. E ela não tem interesse de resolver, me parece, porque se ela resolver ela perde o motivo da existência. É como se eu pedisse para alguém limpar algo e falasse: 'na

hora que você terminar a limpeza você está dispensado', e a pessoa nunca termina, porque ela continua recebendo.

[...] tem que ser um pouco mais transparente, ser mais honesta com a população, com esta casa que representa o povo (Câmara de Vereadores) e com o Poder Executivo com um trabalho incansável que a gente tem feito, e vocês não são honestos, vocês não são transparentes, vocês faltam com a verdade (...) (SIC). Disse se referindo aos funcionários da Renova (PORTAL DA CIDADE MARIANA, 2020, p. 1).

Diante o exposto, observar-se que esta liberdade conferida à Fundação Renova, está sendo gerada pelo excesso de subjetividade no TTAC. Questiona-se então: a criação da Fundação Renova seria a resposta adequada ao problema?

Oliveira (2020) argumenta que após decorrido quase cinco anos do desastre do rompimento da barragem, diversas ações delimitadas pelo TTAC não foram finalizadas conforme previsão do programa da Fundação Renova. As reuniões promovidas por esta organização são marcadas por muitas discussões administrativas e poucas soluções concretas e postas em prática, afirma ainda que quando são solicitadas alterações nos planos originais, atrasos são comuns.

A Fundação Renova ao não cumprir com o que foi delimitado via TTAC em matéria de obrigações e prazos, estaria também infringindo a Constituição Federal, pelo fato de a saúde ser um direito fundamental, segundo Oliveira (2020). Além disso, o Acordo firmado entre as partes ainda estaria sendo contestado por órgãos jurídicos do Estado, o Ministério Público e Defensoria, ao enxergarem uma morosidade excessiva na materialização dos programas por parte da Fundação Renova, em específico o processo de cadastramento, ressarcimento e indenização dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão (XAVIER, 2018).

Com a manifestação de alguns atingidos, percebe-se que não está havendo um grande progresso na reparação das consequências causadas. No início de 2019 nota-se o desespero quanto ao entendimento dos termos técnico que a Fundação apresenta, gerando consequentemente uma angústia por não saberem o que está acontecendo. Ainda, reclamam quanto a quantidade de tratativas de decisões administrativas, se referindo ainda ao que poderia ser feito (OLIVEIRA, 2020, p. 30).

Seabra (2020, p.29) afirma que para um projeto, "a Fundação Renova contou com uma previsão de investimento de R\$ 269,54 milhões, entretanto, foram usados apenas R\$ 28,63 milhões até o ano de 2019, o que representa apenas 11% do esperado". De acordo com o autor, foram observadas diversas falhas por parte da Fundação Renova em matéria de atuação, informação e gestão. O que se traduz em atraso em entregas, divergência de interesses no processo de tomada de decisão, dificuldade de operacionalização e falta de autonomia em relação as empresas que a custeiam.

Observa-se o cenário em relação ao patrimônio cultural material dos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo devastados pela lama. Não são os melhores, haja vista que serviços de restauração, preservação, conservação, criação de lugares de memória fundamentais para o resgate dos bens culturais que foram devastados pelo rio de lama, bem como a inserção de outros instrumentos preservacionistas encontram-se atrasados, com sua execução postergada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rompimento da barragem de Fundão, localizada em Mariana (MG), além das perdas irreparáveis de vidas humanas, trouxe também muita destruição ao meio ambiente e aos espaços e bens culturais, despejou um volume total de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério no meio ambiente e impactou a vida de várias comunidades que viviam no entorno do rio Doce (XAVIER; VIEIRA, 2016).

A lama atravessou os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e destruiu grande parte do patrimônio cultural material destes locais. Esses subdistritos tinham um conjunto de monumentos, obras e espaços públicos que remontam ao tipo de construções dos séculos XVII e XVIII (IPHAN, 2014a). Uma região conhecida pelo seu patrimônio histórico, religioso e cultural que abrigam, até os dias atuais, riquezas dos tempos do Brasil Colônia relacionadas à religiosidade e à produção de ouro. Além desses patrimônios culturais, possuíam uma arquitetura colonial em suas casas, praças, pontes, casas comerciais, imagens sacras, sinos, presbitério, ruínas, muitas construídas no século XVIII e XIX, com pedras extraídas das minas de ouro, pertencentes a Trilha dos Inconfidentes e do caminho Estrada Real. Também, acontecia anualmente nas comunidades dos subdistritos atingidos manifestações culturais presentes nas festas de São Bento e de Nossa Senhora das Mercês.

Bento Rodrigues, primeiro subdistrito a ser atingido, foi devastado pela lama, sofrendo impactos severos ao local e a sua comunidade. Possuía ainda muros em pedra seca, remanescentes do período colonial, exemplo era um muro de grande extensão que iniciava na Capela de São Bento até as proximidades da ponte sobre o Córrego Santarém. Esses muros foram destruídos e submersos pela lama de rejeitos de mineração que eram protegidos pela Lei Federal nº 3924/1961 e pela Lei Estadual nº 11729/94 e, encontrando-se inseridos na área definida como de proteção especial, para fins de preservação, conservação e valorização do patrimônio cultural, histórico e paisagístico descrita no Decreto Estadual 21.224/81 (NOVAIS; NOVAIS, 2017).

A igreja de São Bento era datada de 1718, fazendo parte do inventário municipal desde 2004. Foi totalmente destruída. Enquanto a igreja de Nossa Senhora das Mercês, usada para ocasiões especiais, como velórios, funerais, festividades em comemoração ao mês de Maria e no dia de Nossa Senhora das Mercês. Esta igreja

não foi diretamente atingida por estar localizada num local mais elevado, permaneceu intacta (SECMG, 2018).

Paracatu de Baixo tinha uma infraestrutura simples, mas marcada pela presença da Igreja de Santo Antônio, que possuía grande representatividade para a comunidade local, onde se reuniam para os festejos e celebrações religiosas, além do campo de futebol, uma Escola Pública Municipal, o Rio Gualaxo. O rompimento da barragem comprometeu, expressivamente, a Igreja de Santo Antônio, gerando impactos em seus bens culturais. Como expõem Gama (2015, p. 1) com “[...] a invasão da lama no povoado, apenas as duas torres da igreja ficaram à mostra”.

Assim, se faz necessário a preservação dos danos causados aos bens materiais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo que foram devastados pela lama de rejeitos de minério para restabelecer a identidade cultural, a história e a memória, presentes na materialidade dos patrimônios culturais materiais. Oliveira e Loures Oliveira (2008) ressaltam que é por meio da materialidade que o indivíduo realiza sua identidade cultural, podendo com isso, reconstruir seu passado histórico.

O patrimônio faz recordar o passado, pois é um testemunho do passado que tem a função de (re)memorar acontecimentos importantes, daí a relação com o conceito de memória (MARTINS, 2011). O patrimônio cultural, por permanecer ao longo do tempo, carregar a memória local de determinado tempo para as futuras gerações.

Entre promessas e realidade concluiu-se que a Fundação Renova realizou algumas ações de reparação e recuperação previstas no Programa 12 nos subdistritos pesquisados. As informações obtidas nos relatórios eram sintéticas e objetivas. As ações efetivadas consistiram em identificação, levantamento, diagnóstico, higienização, recuperação de peças sacras, conforme descritos nos relatórios da Fundação Renova no período de 2016 a 2019. No entanto, em relação aos outros patrimônios culturais materiais, como igrejas, capelas, estátuas, casas antigas, praças, entre outros, nota-se nas informações dos relatórios que não foram empregadas ações suficientes para sua preservação, bem como, para a conclusão dessas obras. Outra ação de preservação foi a elaboração de inventários dos bens culturais locais, com elaboração de fichas de identificação de tratamento das peças sacras. Os relatórios não deixam claro se os inventários realizados tratam apenas das peças sacras ou da totalidade dos bens culturais materiais destes subdistritos.

Entre 2016 a 2019, os relatórios da Fundação Renova registraram uma ação para a retomada de uso dos espaços culturais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo a com a instalação de um piso móvel nos remanescentes da Capela de São Bento, e mesmo assim, uma demanda partida pela comunidade local atingida. Uma ação que poderia trazer de volta a tentativa de pertencimento ao local de origem e a reconstrução dos laços afetivos seria o reassentamento das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. No entanto, ações dessa procedência mostraram-se simples e demasiadamente morosas.

Outra ação que poderia ter sido efetivada nos subdistritos seria a Educação Patrimonial, mas apenas foi registrado nos relatórios da Fundação Renova a contratação de empresas para realização deste serviço. Não foi descrito nenhuma atividade realizada em prol da educação patrimonial até final de 2019.

Pensando-se em ações de difusão e acesso ao patrimônio cultural material e a memória de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo percebe-se que as ações descritas nos relatórios e executadas pela Fundação Renova foram medidas paliativas. No início, as ações foram emergenciais, apenas de reparação dos bens achados nos destroços e rejeitos de lama. Nas informações dos relatórios constam imagens, altares das igrejas, mobílias antigas, sino, peças sacras, etc. e depois concentraram-se nas ações de restauro e elaboração de inventários.

Mesmo não sendo objeto dessa pesquisa, foram observadas ações efetuadas sobre o patrimônio cultural imaterial de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo as quais dirigidas às celebrações e festas religiosas, comemorações populares, conversas e reuniões, e à confecção do livro de Folia dos Reis, mas em relação ao instrumento preservacionista de bens imateriais – o registro, não foi relatado. Estes festejos não ficaram claros onde e como foram realizados, e como foram os encontros e reuniões para tratarem as prioridades sobre este assunto.

O foco inicial das reparações e recuperação aos danos concentrou-se, primeiramente, na vida social das comunidades destes subdistritos. A preservação da memória e do patrimônio cultural material dos subdistritos em estudo se mostrou insuficiente e precária até o final de 2019, questões ligadas à vida cultural e histórica não foram de fato pensadas para atender em sua totalidade.

As ações de preservação do patrimônio cultural material executadas pela Fundação Renova e extraídas dos relatórios não revelaram retorno ao pertencimento da comunidade local em que viviam, um local que congregava história, memória, arquitetura, edificações, igrejas do período colonial brasileiro, prejudicando os laços afetivos que foram construídos nos espaços culturais e de memória destes subdistritos antes do rompimento da barragem.

Desta forma, a memória e a identidade tomam novos rumos atualmente ao serem construídas de forma seletiva, com limitações, sendo necessário buscar elementos externos para compensar o esquecimento. Compreende-se que o lugar de memória passa a ser lugares com efeito material, simbólico e funcional, onde deve-se guardar o passado, com uma necessidade contínua de não o esquecer, preservar os registros da história humana e bloquear o trabalho do esquecimento.

Estes lugares de memória criam situações não mais naturais, mas que articulam um sentimento de pertencimento e são formados pelos bens, materiais e imateriais de interesse coletivo. O patrimônio cultural tem essa função social e simbólica de mediar às relações entre o passado, o presente e o futuro de uma comunidade, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço. Para ocorrer o sentimento de pertença, por meio do patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo é preciso constituir por meio da “[...] transmissão de saberes e fazeres da comunidade, elos de continuidade e espaço temporal, além de mecanismos de afirmação de identidade” (SANTANA; SIMÕES, 2015, p. 91).

O sentimento de continuidade assim, torna-se residual aos locais, considerados lugares de memória, neste caso, os patrimônios culturais materiais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo trazem lembranças, acontecimentos, memórias intrínsecas a estes lugares, sentimento de pertencimento das pessoas destes subdistritos a suas comunidades.

Além disso, pautada na extensa revisão de literatura, observou-se que o documento TTAC possui características subjetivas em seu teor. Limitando-se a apontar caminhos objetivos, como por exemplo o que poderia ser feito e por quem, não expõe como fazer. Fica aqui um questionamento, será que a criação da Fundação Renova é a melhor forma para tratar dos problemas do maior desastre ambiental no Brasil provocado pelo rompimento da barragem de Fundão.

O TTAC acabou permitindo o surgimento de uma espécie de privatização de um dispositivo de resposta ao desastre. Isso se deve ao fato de o TTAC ter concedido uma maior liberdade de negociação à Fundação Renova permitindo-a definir prioridades protelando algumas ações em detrimento de outras. A forma como o TTAC foi criado permitiu um cenário de pouco diálogo com as comunidades atingidas, protelação de soluções efetivas, discussões e reuniões infundáveis acerca de qual seria a justa indenização e reparos aos patrimônios culturais, principalmente do patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

A falta de informação, de dados mais profundos e detalhados nos relatórios aparentou um aspecto de pouca transparência acerca das ações descritas nos relatórios da Fundação Renova, no período de 2016 a 2019, gerando uma certa margem de dúvida em relação a efetividade das ações em prol do patrimônio cultural e da memória de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Desse modo, acredita-se que em outro momento seria ideal uma outra etapa, a realização da pesquisa de campo, para averiguar efetivamente as ações empregadas e executadas no patrimônio cultural material de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo após o rompimento da barragem, com uma visita *in loco* na região de Mariana (MG) atingida, utilizando a estratégia de observação direta para registrar as condições em que se encontram esses patrimônios por meio de fotografias visando capturar a realidade contemporânea da região atingida. No entanto, com a crise mundial de saúde pública, instalada com a COVID-19 no ano de 2020, ficou impossibilitado a realização dessa etapa, sendo necessário manter até os dias atuais o distanciamento social.

Em relação aos resultados esperados propostos nos objetivos acredita-se que foram alcançados, a exemplo da busca por ampliar o campo de pesquisa e expandir a produção acadêmica sobre a temática abordada. Incluindo a contribuição para a construção de saberes na área da Ciência da Informação, ao alargar o debate sobre como efetivar maneiras de preservar o patrimônio cultural brasileiro a partir da perspectiva da tragédia ocorrida da região de Mariana (MG). Compreende-se também que este estudo possui o importante papel de lembrar o desastre para que pesquisadores, acadêmicos e a sociedade em geral fomentem esse debate a fim de que não caia no esquecimento e possa trazer visibilidade aos patrimônios culturais de

Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo para contribuir na construção de informações que possibilitem rememorar um passado recente desses subdistritos.

Por fim, espera-se ações mais efetivas e céleres por parte da Fundação Renova no desenvolvimento de ações em prol da preservação e da memória voltadas ao patrimônio cultural desses subdistritos – Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo – a fim de que as comunidades atingidas possam criar laços afetivos e não percam seus traços identitário, como por exemplo, a criação de monumentos, centro de memória e ações culturais e educativas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.
- ACAYABA, Cíntia; BAPTISTA, Renata. **Barragem rompe e deixa 100 mil sem água**. Folha de São Paulo. São Paulo. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1101200701.htm>. Acesso em: 20 maio 2020.
- AGÊNCIA ESTADO. **ONU critica morosidade da Justiça para atingidos e reparação de rompimento**. Estado de Minas Gerais, online, 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/12/01/interna_gerais,1009745/onu-critica-morosidade-da-justica-para-atingidos-e-reparacao-de-rompim.shtml. Acesso em: 02 ago. 2021.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.196.
- ALMEIDA, Bárbara. **Em Cataguases, barragem rompida foi desativada após acidente em 2003**. G1 online. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/11/em-cataguases-barragem-rompida-foi-desativada-apos-acidente-em-2003.html>. Acesso em: 20 maio 2020.
- ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Santa do Vitória do Palmar, RS, v.1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de; JU, Juliete Susann Ferreira de Souza. O poder da informação na sociedade da informação e nas organizações empresariais. **Cadernos BAD**, Lisboa, Portugal, n. 1, p. 125-138, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/78628>. Acesso em: 9 fev. 2020.
- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**: Pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- ALVIM, Eduardo. **Serviços para salvaguarda do patrimônio religioso impactado pelo rompimento da barragem de Fundão**. 2016. Online. Disponível em: http://www.estilonacional.com.br/web/?page_id=46. Acesso em: 14 jan. 2020.
- ANDRADE, Mário de. Anteprojeto de criação do serviço do patrimônio artístico nacional. *In*: ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho**: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, Brasília, 1981.
- ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.

30, p. 270-287, 2002. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70041/72681>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 12, p. 111-122, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862004000200001&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.38, n. 3, p.192-204, set./dez. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>. Acesso em: 28dez. 2019.

ARCURI, M.; LAIA, P. O; SUNER, R. Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, Belo Horizonte: UFMG, v. 24, n. 1, p. 209-244, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/article/view/6267/3856>. Acesso em: 17 jun. 2016.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. **Comunidade de Paracatu de Baixo celebra a Festa do Menino Jesus**. Minas Gerais, 2019. Disponível em:
<https://arqmariana.com.br/noticia/comunidade-de-paracatu-de-baixo-celebra-a-festa-do-menino-jesus>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

AUGÉ, Marc. **Pour une anthropologie des mondes contemporains**. Paris, Aubier, 1994.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1979.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. Nietzsche e a genealogia da memória social. *In*. GODAR, Jô; DOBEDEI, Vera. (Org.) **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005. p. 55-71. Disponível em:
http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_24.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Makron, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAWDEN, David. Organised meaning, complexity and understanding: an approach to a unified view of information for Information Science. **Aslib Proceedings**, Londres, Inglaterra, v. 59, n. 4-5, p. 307-327, 2007. Disponível em: https://www.city.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0006/79764/organised20complexity20A.P.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10ª ed. Brasília: Edunb, 1999.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, set./dez. 2006. Disponível em: http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

BOL. **Parte das ruínas de Mariana será alagada**. 2016. Online. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2016/10/31/parte-das-ruinas-de-mariana-sera-alagada.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BOLA, Fernando. **Violações cometidas pela Fundação Renova são debatidas em audiência pública da CDHM**. Online, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/violacoes-cometidas-pela-fundacao-renova-sao-debatidas-em-audiencia-publica-da-cdhm>. Acesso em: 03 ago. 2021.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: memória de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. *In*: BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. 219 p.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. *In*: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. Cap. 1, p. 17-38.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho**: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br>. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRAZ, Márcia Ivo; HOLANDA, Cíntia Maria Silva; FERREIRA, Maurilucy da Silva. O documento e os lugares de memória: protagonistas na perpetuação da memória social. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13, 2012, Salvador. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRETT, D. **The construction of heritage**. Cork: Cork University Press, 1996.

BRITO, P. Paisagem relíquia formada por acidente de causas antrópicas: o caso de Bento Rodrigues. *In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte. set. 2016.
BUCKLAND, Michael Keeble. **Information and information systems**. New York: Praeger, 1991a.

BROOKS, S. K.; WEBSTER, R. K.; SMITH, L. E.; WOODLAND, L.; WESSELY, S.; GREENBERG, N.; RUBIN, G. J. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, v. 395, n. 102227, p. 912-920, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8). Acesso em: 27 jul. 2021.

CABALLERO, Miguel. **Com Brumadinho, Brasil tem um rompimento de barragem a cada dois anos desde 2000**. 2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/politicando/post/brumadinho-e-o-10-rompimento-de-barragem-no-brasil-desde-2000-veja-lista.html>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CABRAL, Ana Maria Rezende. A Ciência da Informação, a cultura e a sociedade informacional. *In: REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende. (Orgs.) Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, p. 29-48, 2007.

CÂMARA, L.; OLIVEIRA, N. Tomada por lama, barragem de Santarém atinge risco máximo. **O Tempo**, [s.l], 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/tomada-por-lama-barragem-de-santarem-atinge-risco-maximo-1.1170856>. Acesso em: 19 nov. 2015.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CAMARGO, Cyrene Oliveira Santos Ferraz de Arruda. O município de Mariana. *In*: CALDAS, Graça. **Vozes e Silenciamento em Mariana: crime ou desastre ambiental?**. Campinas, SP, 2 ed., 2018. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CAMPOS, Marcelo Belisário. Rompimento da Barragem de Rejeitos de Mineração de Fundão: Desastre socioeconômico e ambiental construído. **Desastres Ambientais: Experiências Nacionais e Internacionais**, 2017. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/arquivos/04_marcelo_belisario_09-45hrs_1.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 04 mar. 2020.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perceptivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CARDOSO, Ana Maria. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição do campo da Informação Social. **Rev. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 104- 114, jul./dez. 1994. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002908>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CARDOSO, Ana Maria. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares?. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/241>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CARMO, Romeu Mendes do. **Governança para a gestão dos efeitos do desastre em Mariana: avanços, dificuldades e desafios**. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2769>. Acesso em: 18 abr. 2020.

CARPES, Franciele Simon. **O patrimônio documental e a memória da universidade**: um instrumento de acesso aos atos legais e normativos da UFSM. 2013. 141f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11018/CARPES%2c%20FRANCIELE%20SIMON.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jan. 2020.

CARSALADE, Flávio Bem. *In*: GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80p. – (Projeto Como fazer, 5). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

CASTRO, Raissa Mota; OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. A memória na ciência da informação: uma análise da produção científica brasileira. *In*: OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática. 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CICLOVIVO. **Imagens de satélite mostram o antes e depois da tragédia de Mariana-MG**. Online, 2015. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/imagens-de-satelite-mostram-o-antes-e-depois-da-tragedia-de-mariana-mg/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

CILO, Hugo. A Samarco merece uma segunda chance? **Revista ISTOÉDINHEIRO**, São Paulo, Editora Três, ed. 1159, 21 fev. 2017. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/samarco-merece-uma-segunda-chance/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Vila Socó – Cubatão**. 2020. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/analise-risco-tecnologico/grandes-acidentes/vila-soco-cubatao/>. Acesso em: 20 maio 2020.

CONRADO, Flavia Helena. **Arranjo, descrição e difusão do patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2014.

184 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11046/CONRADO%2C%20FLAVIA%20HELENA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 8 fev. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Patrimônio histórico**: como e por que preservar. Coordenação de: Nilson Ghirardello e Beatriz Spisso; colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. - Bauru, SP: Canal 6, 2008. Disponível em: https://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

COSTA, Heloisa H. F. Gonçalves da. Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial. Afinal, com qual patrimônio nos preocupamos? *In*: CARVALHO, Claudia Suely Rodrigues de. et al. **Um olhar contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 119-129.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/686/1/icleiacosta1997.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CICT, 2003.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DALUA, A.; PASCOAL, G.; & MUNIZ, L. **Muros antigos de Bento**. A Sirene: para não esquecer, 2017.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital informação**: monopólio e monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

DAVIES, M.; MARTIN, T. Mining Market Cycles and Tailings Dam Incidents. *In*: DAVIES, M.; MARTIN, T. **Proceedings of 13th International Conference on Tailings and Mine Waste**, Banff, AB, 2009.

DELUIZ, Neise; NOVICKI, Victor. Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica. **Revista do SENAC**, [s. l.], 2017. Online. Disponível em: <http://www.legado.senac.br/BTS/302/boltec302b.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.

DIAS, Geneviane Duarte *et al.* Ambientes virtuais de aprendizagem colaborativa. *In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 4, 2011, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 26-28, set. 2011.

DODEBEI, Vera. Patrimônio digital virtual: Herança, documento e informação. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, XXVI, 2008, Porto Seguro. **Anais [...]**. Porto Seguro: Associação Brasileira de Antropologia, jun. 2008.

DORNELAS, R. S. *et al.* Ações Civis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta no caso do desastre ambiental da Samarco: considerações a partir do Observatório de Ações Judiciais. *In: MILANEZ, B.; LOSEKAN, C. (Eds.). Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 222.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. Produção arquitetônica, cultura e patrimônio: a arquitetura cearense. **Aspectos: Revista do Conselho Estadual da Cultura e do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará**, Fortaleza, v. 25, p. 26-35, 2006.

DULTRA, Karyna; VIEIRA, Márcia Polignano. A Institucionalização do Patrimônio Cultural. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, mar. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2325>. Acesso em: 05 jul. 2020.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global, 1990.

ESTILO NACIONAL. **Site institucional**. 2021. Disponível em: <http://www.estilonacional.com.br/web>. Acesso em: 26 jul. 2021.

EUCLYDES, F.M.; FONSECA, F.C.P.; PEREIRA, J.J. Assimetria de Poder e Fragilidade Institucional: O panorama do controle social após o rompimento da 'Barragem de Fundão' em Mariana-MG. *In: XLIII Encontro da ANPAD*, 2019, São Paulo. **Anais Eletrônicos [...]**. São Paulo: ANPAD, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 23 jun. 2021.

FELIPPE, Miguel Fernandes; COSTA, Alfredo; FRANCO JÚNIOR, Roberto; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva; MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Pereira. *In: MILANEZ, B. (Org.); LOSEKANN, Cristiana (Org.). Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. v. 1. 440p. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Milanez-2016-Desastre-no-Vale-do-Rio-Doce-Web.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. 2 ed. Passo Fundo: UFP, 2004.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero. Política, memória e esquecimento. *In*: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Usos de memórias**. Passo Fundo: UPF, 2002. cap. 1, p. 13-39.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FISCHER, Ernst. **A Necessidade da Arte**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

FLORES, Daniel; SANTOS, Henrique Machado dos. Preservação do patrimônio documental arquivístico em ambiente digital. **Palavra Clave**, La Plata, Argentina, v. 7, n. 1, out. 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/79884>. Acesso em: 04 set. 2020.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Crítica Marxista**. São Paulo, n. 12, p.105-117, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Vale adulterou dados sobre lama em barragem após tragédia, diz PF**. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776525-vale-adulterou-dados-sobre-lama-em-barragem-apos-tragedia-diz-pf.shtml>. Acesso em: 19 maio 2021.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed., rev. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC: IPHAN, 2005.

FONSECA, Maria Cecília. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

FORTUNA, Carlos. **Identidades, percursos, paisagens culturais**. Estudos sociológicos de cultura urbana. Portugal, Celta: Oeiras, 1999.

FRANÇOIS, Etienne. Les mythologies historiques des nations européennes. Publics et projets culturels: un enjeu des musées en Europe, **C. Ballé éd.**, Paris: L'Harmattan, p. 126-136, 2000.

FREITAS, Anielle Kelly Vilela. **Bento Rodrigues**: Paisagem Cultural Minerária. 2018. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2018.

Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-BBXHT5>. Acesso em: 7 jan. 2020.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Fundação Renova**. [S. L], 2019. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

G1. **Polícia Federal lista falhas da Samarco com barragem rompida**. O Globo Online, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/06/pf-lista-falhas-que-levaram-barragem-da-samarco-romper.html>. Acesso em: 22 jun. 2021.

G1. **PF conclui inquérito da tragédia de Mariana e indícia 8 pessoas**. O Globo Online, Minas Gerais, 9 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/pf-conclui-inquerito-da-tragedia-de-mariana-e-indicia-8-pessoas.html>. Acesso em: 13 jun. 2021.

G1. **Tragédia na Serra do Rio completa 5 anos e ainda há espera por ajuda**. O Globo Online, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2016/01/tragedia-na-serra-do-rio-completa-5-anos-e-ainda-ha-espera-por-ajuda.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

GAMA, Aliny. Quatro igrejas foram destruídas pelo rompimento de barragem em Mariana (MG). **UOL**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/17/quatro-igrejas-foram-destruidas-pelo-rompimento-de-barragem-em-mariana-mg.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>. Acesso em: 19 jan. 2020.

GESTA-UFMG. **O Desastre da Samarco: Balanço de Seis Meses de Impactos e Ações – Carta do Rio Doce (Watu)**, Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/o-desastre-da-samarco-balanco-de-seis-meses-de-impactos-e-acoes-carta-do-rio-doce-watu>. Acesso em: 27 maio 2021.

GHIRARDELLO, Nilson. SPISSO, Beatriz. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. 3 ed. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como Categoria do Pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos**. DP&A. Rio de Janeiro: [S. n.], 2003. Disponível em: http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17542/material/patrimonio_como_categoria_de_pensamento.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Teorias Antropológicas e Objetos Materiais. *In*: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: [S. n.], p. 13-42, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4697385/mod_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf. Acesso em: 5 set. 2020.

GONÇALVES, E.; VESPA, T.; FUSCO, N. Tragédia Evitável. **Revista Veja**, Minas Gerais, Edição 2.452, ano 48, n. 46, p. 70-71, 2015.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GRANATO, Marcus; PINHEIRO Lena Vania Ribeiro. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação algumas questões preliminares. *In*: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/399/1/PINHEIROPreservacao2012.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

GUERRA, Yolanda. Formação profissional em Serviço Social: polêmicas e desafios. *In*: SILVA, J. F. S. da; SANT'ANNA, R. S.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

HERCULANO, Mônica. **Preservação do patrimônio cultural do país requer mais investimento**. Online, 2003. Disponível em: <https://gife.org.br/preservacao-do-patrimonio-cultural-do-pais-requer-mais-investimento/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

HERSCOVICI, Alain; BOLAÑO, Cesar. A crítica da economia política da informação e do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 10, 2005. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=264529>. Acesso em: 15 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. TERMO DE TRANSAÇÃO E AJUSTAMENTO DE CONDOTA (TTAC). **Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística**. Comitê Interfederativo (CIF). IBAMA. 2016. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cif/ttac>. Acesso em: 04 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Comitê Interfederativo (CIF)**. Brasília: IBAMA, 2016.

Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/comite-interfederativo-cif>. Acesso em: 25 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Deliberação nº 177, de 29 de junho de 2018**. Aprova as definições do Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística, prevista nas Cláusulas 95 a 100 do TTAC – Comitê Interfederativo (CIF). Brasil: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, 2018a. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2018/cif-deliberacao-177.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Nota Técnica nº 17 da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET)**. Comitê Interfederativo (CIF). Brasil: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, 2018b. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-ECL/2018/cif-ct-eclet-nt-2018-17.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Capela de Nossa Senhora das Mercês**. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/146/bens-tombados-capela-de-nossa-senhora-das-merc%C3%AAs>. Acesso em: 9 jan. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Patrimônio Cultural Protegido**. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protegido>. Acesso em: 11 ago. 2019.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Igreja De Bento Rodrigues é tombada pelo IEPHA de Minas Gerais**. 2018. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/146/bens-tombados-capela-de-nossa-senhora-das-merc%C3%AAs>. Acesso em: 4 set. 2020.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Caminho dos Diamantes**. Belo Horizonte: ER, 2021. Online. Disponível em: <http://www.institutoestrada-real.com.br/roteiros/diamantes>. Acesso em: 02 jul. 2020.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **História**. Belo Horizonte: ER, 2015. Online. Disponível em: <http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real>. Acesso em: 02 jul. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Material**. Brasília, DF: IPHAN, 2014a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 10 dez. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) 1937-1946**. Brasília, DF: IPHAN, 2014b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos**. Brasília, DF: IPHAN, 2014c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 29 jan. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Mariana (MG)**. 2014d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1492/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Mário de Andrade**. Brasília, DF: IPHAN, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pr/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade>. Acesso em: 18 fev. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL. **Monumenta**. 2021. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/monumenta>. Acesso em: 9 jan. 2020.

IPATRIMÔNIO. **Barra Longa – Hotel Xavier**. 2021. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/barra-longa-hotel-xavier#!/map=38329&loc=-20.28277899999998,-43.04088300000001,17>. Acesso em: 26 jul. 2021.

ISSBERNER, Liz-Rejane; MOTA, Carla. Inclusão e ecologia no infocapitalismo: estudo de caso de um projeto para catadores de lixo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XVIII, 2017, Marília, SP. **Anais[...]**. Marília, SP: ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/125018>. Acesso em: 9 abr. 2020.

JORNAL O ESPETO. **Videoaulas gratuitas de artesanato e culinária são disponibilizadas durante pandemia**. 2020. Disponível em: <https://jornaloespeto.com.br/2020/07/06/videoaulas-gratuitas-de-artesanato-e-culinaria-sao-disponibilizadas-durante-pandemia/http://www.estilonacional.com.br/web/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. *In*: CHAGAS, Mário; NASCIMENTO, Silvania Sousa do; TOLENTINO, Átila. **Cadernos de Diretrizes Museológicas: caderno 02**. Brasília: Minc: IPHAN: Demu; Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Cultura / Superintendência de Museus, 2006. p. 19-32. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 02 agos. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

LE GOFF, Jacques. **Enciclpédia Einaudi: Memória e História**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 1, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. *In*: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 138-139.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução: Sandra Valenzuela. Revisão técnica: Paulo Freire Vieira. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEONARDO, Flávia Amboss Merçon; IZOTON, João Paulo Lyrio; VALIM, Hauley; CREADO, Eliana; TRIGUEIRO, Aline; SILVA, Bianca de Jesús; DUARTE, Luiz Otávio Martins; SANTANA, Nayara Pinto. **Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)**. Relatório de pesquisa. GEPPEDES. 2017. Disponível em: https://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Agua_Para_Quem/documentos/Greenpeace_FozRioDoce.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

LIMA, Ana Maria Cerqueira; RIBEIRO, Maria Alice Santos; TOUTAIN, Lidia Brandão. Política de preservação, conservação e restauração: patrimônio artístico e literário da UFBA. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf**, Campinas, v.14, n.3, p.368-386, set./dez. 2016. Disponível em: <http://docplayer.com.br/127180119-Doi.html>. Acesso em: 12 set. 2020.

LIMA, Elinildo Marinho. **Patrimônio, Informação e Documento: Uma análise acerca do processo de tombamento nas esferas do governo**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia e Universidade de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/22230/1/Elinildo%20Marinho%20de%20Lima.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

LIMA, Myrian Del Vecchio de; RONCAGLIO, Cynthia. Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 3, p. 53-63, jan./jun. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: [file:///C:/Users/USUARIOS/Downloads/3028-6122-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/USUARIOS/Downloads/3028-6122-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 03 set. 2020.

LODOLINI, Elio. **Archivistica: principi e problemi**. Milano: Franco Angeli Libri, 1990.

LOPES, Raphaela de Araujo Lima. Caso do desastre socioambiental da Samarco: os desafios para a responsabilização de empresas por violações de direitos humanos. *In*: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Neli T. G; RODRIGUES, Giseli G. Trechos do artigo A importância da memória para uma cidade. **Revista Destaques Acadêmicos**, Ano 2, N.2, 2010 – CCHJ /UNIVATES.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, Sara Daniela Teixeira. **A Memória de um Lugar: discursos e práticas identitárias na Freguesia do Castelo em Lisboa**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt>. Acesso em: 05 mar. 2020.

MARQUES, Rodrigo Moreno; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; RASLAN, Filipe Oliveira. Informação, conhecimento e capitalismo: uma abordagem dialética. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 573-592, set. 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/95295>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Livro I, v. 1, 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MATOS, Manuel. **O que é a sociedade da informação**. 18 ed. Porto: Educação, Sociedade & Culturas, 2002, p. 7-23.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

MENEGAT, Marildo. Sem lenço nem aceno de adeus: formação das massas em tempos de barbarie, como a esquerda social pode enfrentar essa questão?. **Cirandas.net**, [s. l], 2015. Disponível em: https://cirandas.net/articles/0009/6800/texto_menegat.pdf. Acesso em: 09 fev. 2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. *In*: SILVA, Zélia Lopes de. (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999. Cap. 1, p.11-29.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MILANEZ, B. (Org.); LOSEKANN, Cristiana (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. v. 1. 440p. Disponível em:

<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Milanez-2016-Desastre-no-Vale-do-Rio-Doce-Web.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

MILANEZ, B.; PINTO; R. G. **Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda.**, abr. 2016. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza.; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 9-29.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). **Rompimento da barragem de Fundão, em Mariana**: resultados e desafios cinco anos após o desastre. Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/rompimento-da-barragem-de-fundao-em-mariana-resultados-e-desafios-cinco-anos-apos-o-desastre.htm>. Acesso em: 27 maio 2021.

MIRANDA, Antônio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MIRANDA, Antônio. Conteúdos e identidade cultural na sociedade da informação. **Investigación Bibliotecológica**, México, v.14, n. 28, 2000. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/595/1/ARTIGO_Conte%c3%bados_identidade_cultural_sociedade_informa%c3%a7%a7%a7%a3o.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

MIRANDA, Bernardo. Peças sacras recuperadas no meio da lama passam por restauração. **O TEMPO**, online, 2019. <https://www.otempo.com.br/capitulos-do-rio-doce/pecas-sacras-recuperadas-no-meio-da-lama-passam-por-restauracao-1.2230623>. Acesso em: 20 maio 2021.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**. Doutrina-Jurisprudência-Legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: história e cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/781>. Acesso em: 05 ago. 2020.

MORONI FILHO, Elio. Notas para o estudo de capelas do Ciclo do Ouro em Minas Gerais. **Revista Restauo**, São Paulo, v.2, n. 4, 2018. Disponível em: <https://web.revistarestauo.com.br/notas-para-o-estudo-de-capelas-do-ciclo-do-ouro-em-minas-gerais/>. Acesso em: 16 set. 2020.

MOURA, M. A. Significa ou signi-vai? As teorias da significação no campo da Ciência da Informação. *In*: REIS, Alcenir Soares, CABRAL, Ana Maria (org.).

Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, p. 61-79, 2007.

MURGUIA, E. I. Apresentação. *In:* MARANON, Eduardo Ismael Murguia. (Org.) **MEMÓRIA:** um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NATIVA, Neide. **Informação, Patrimônio e Memória:** cultura e arte barroca em Ouro Preto. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

NATIVA, Neide; REIS, Alcenir Soares dos. Informação, Patrimônio e Memória Institucional: a experiência do curso de especialização em cultura e arte barroca em Ouro Preto. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 142-155, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/51738>. Acesso em: 10 jul. 2020.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

NIVÓN, Eduardo. Del patrimonio como producto. La interpretación del patrimonio como espacio de intervención cultural. *In:* MANTECÓN, Ana Rosas. **Gestionar el patrimonio em tiempos de globalización.** Mexico: Universidad Antónoma Metropolitana, 2010.

NÓBREGA, Brenda Poubel Thedim; JULIANELLI, Anna Rachel Baracho Eduardo. O lugar da memória em Bento Rodrigues. *In:* 1º SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS, 2017, Belo Horizonte. **Anais [...].** Belo Horizonte: UFMG, 2017. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/60691.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 07 fev. 2020.

NORA, Pierre. Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. **Representations, Special issue:** Memory and Counter-Memory, n. 26, University of California Press, Spring 1989, p. 7.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Revisões de literatura. *In:* CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2000. Disponível em: <http://files.biblio-008.webnode.com.br>. Acesso em: 02 fev. 2021.

NOVAIS, Andréa Lanna Mendes; NOVAIS, Paula Carolina Miranda. Do imaterial ao edificado diversidade de bens culturais afetados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG. *In:* SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL, 2017. **Anais [...].** Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/60688.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

NUNES, Letícia Soares; SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. A concepção de questão socioambiental e o Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, n. 26, 2013.

OLIVEIRA, A. *et al.* **Barragens de Terra: Princípios Construtivos**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: https://samuel-assis.webnode.com/_files/200000593-c5d62c6cff/Barragens.pdf Acesso em: 19 jun. 2021.

OLIVEIRA, Antônia Eugênia de. Um Estudo Acerca do Patrimônio Cultural no Município do Crato Ceará e sua Gestão. **Folha de rosto em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v.2, n. 2, p. 16-24, jul./dez., 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/52179>. Acesso em: 09 fev. 2021.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, março, 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8511/1/ARTIGO_ConceitoMemoriaCienciaInforma%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, dez. 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3613/2745>. Acesso em: 8 jan. 2021.

OLIVEIRA, Isabella Guimarães de. **Responsabilidade civil no direito ambiental: análise da efetividade das cláusulas de saúde acordadas no TTAC da catástrofe de Mariana**. 2020. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14680>. Acesso em: 28 nov. 2020.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. **Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: A educação na perspectiva de mudança paradigmática**. Juiz de Fora, 2008.

ORTIZ, Fabíola. **Baía de Guanabara: vazamento da Petrobras completa 14 anos**. 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/28021-baia-de-guanabara-vazamento-da-petrobras-completa-14-anos/>. Acesso em: 20 maio 2020.

O TEMPO. **Mais quatro peças sacras são resgatadas por arqueólogos em Mariana**. Online, 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/mais-quatro-pecas-sacras-sao-resgatadas-por-arqueologos-em-mariana-1.1187858>. Acesso em: 20 fev. 2021.

O TEMPO. **Manutenção da vida em comunidade após 4 anos é desafio no reassentamento**. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capitulos-do-rio->

doce/manutencao-da-vida-em-comunidade-apos-4-anos-e-desafio-no-reassentamento-1.2231581. Acesso em: 20 jul. 2021.

PORTAL DA CIDADE – MARIANA. **Zema declara que Renova ‘não tem interesse em resolver’ danos em Mariana.** Belo Horizonte/MG. 2021. Disponível em: <https://mariana.portaldacidade.com/noticias/regiao/zema-declara-que-renova-nao-tem-interesse-em-resolver-danos-em-mariana-4622>. Acesso em: 17 jun. 2021.

PORTAL DA CIDADE – MARIANA. **Secretário desabafa sobre a Fundação Renova.** Belo Horizonte/MG. 2020. Disponível em: <https://mariana.portaldacidade.com/noticias/cidade/secretario-desabafa-sobre-a-fundacao-renova-0325>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 09 fev. 2021.

PEREIRA, Débora de Viveiros. Histórias ressignificadas: memória e afeto como formas de preservação e valorização do patrimônio nos povoados de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira após o rompimento da Barragem de Fundão, Mariana/MG. *In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL*, [s.l], 2017. **Anais [...]**, [s.l], 2017. Disponível em: http://www.sudeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1508074551_ARQUIVO_Historiasressignificadas-textocompleto.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

PEREIRA JUNIOR, Magno Vasconcelos. Patrimônio Cultural e a Institucionalização da Memória Coletiva no Brasil. **Revista Bibliográfica De Geografia y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona**, Montalegre, v. XXIII, n.1239, p.1-13, 2018. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1239.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul.** 2011. Trabalho de conclusão de curso (Curso em Arquivologia) – Faculdade de biblioteconomia e comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31152/000782676.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. *In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Org.). Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade.* Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, p. 155-182, 1999. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/23/1/1%26SPinheiro2005.PDF>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PIRES, Erik André de Nazaré; RIBEIRO, Célia Pereira. A preservação da informação em relação ao patrimônio cultural na atualidade. **DataGramZero**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. A03, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/45901>. Acesso em: 10 fev. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 03 nov. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010**. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012. 344 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

PORTELLA, Viviane Portella de. **Difusão virtual do patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado em Patrimônio Cultural), Programa em Pós-graduação profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade FEDERAL de Santa Maria, 2012. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1360344101.6_Dissertacao_versao_final.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. **Inventário De Proteção Do Acervo Cultural**. Mariana, MG. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. **Histórico**. 2020. Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/historico>. Acesso em: 25 abr. 2020.

RABELLO, Rodrigo. O DOCUMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica. *In*: ENCONTRO ENANCIB, 10, 2009, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal Da Paraíba, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3143/2269>. Acesso em: 27 jun. 2020.

RAMALHOSO, Wellington. Prejuízo em Mariana é quatro vezes maior que royalties pagos pela Samarco. **UOL Notícias**, online, 2016. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/15/prejuizo-com-desastre-e-o-quadruplo-do-que-mariana-mg-recebe-por-minerio.htm>. Acesso em: 29 set. 2019.

RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres. A Preservação de Bens Culturais no Brasil – Respeito e Conscientização Social. **Revista Noctua**, Recife, v. 1, p. 79-96, 2016. Disponível em: http://fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/16245_Ana_catarina.pdf. Acesso em: 05 set. 2020.

REIS, Alcenir Soares dos. Informação e patrimônio cultural: aproximações. *In*: REIS, A. S. dos; FIGUEIREDO, B. G. (orgs). **Patrimônio imaterial em perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 107-125.

RIBEIRO, João Vitor de Castro. **Um estudo sobre o rompimento da barragem da Samarco a partir da ótica de agentes públicos**. 2016. 31 f. Monografia (Graduação em Administração) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/582>. Acesso em: 22 abr. 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. **Introdução à arquivologia**. 2 ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. *In*: ENCONTRO REGIONAL ANPUH-MG, 28, 2012, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: Mariana, p. 1-12, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 89, mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 ago. 2020.

SAMARCO. **Sobre o rompimento da barragem de Fundão**. Relatório Bienal 2015-2016. 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/relatoriobienal20152016/pt/sobre-o-rompimento-da-barragem-de-fundao.html>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SANTANA, Gisane Souza; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. Identidade, memória e patrimônio: a festa de Sant'Ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA). **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.12, n. 1, p. 87-102, mai. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca. Escrituras da voz e memória do texto: abordagens atuais da literatura popular brasileira. *In*: BERND, Zilé; MIGOZZI, Jacques (Orgs.). **Fronteiras do literário: literatura oral e popular Brasil/França**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

SANTOS, Ricardo Gomes dos. **A Importância do Patrimônio Cultural**. 2011. Disponível em: <http://franklindhiufs.blogspot.com/2012/01/importancia-do-patrimonio-cultural.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Mônica. **Acolhida, esperança e resistência**. A Sirene: para não esquecer, 2016.

SCHONS, Selma Maria. A questão ambiental e a condição de pobreza. **Katálysis**, Florianópolis, v.15, n.1, p.70-78, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a07v15n1.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SEABRA, Ada Vidal. **Pós-desastre de Mariana: uma análise socioambiental de efetividade do TTAC quanto à reparação de nascentes**. 2020. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14679>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE ALAGOAS. **Preservação do Patrimônio**. Online, 2021. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/principal/textos/preservacao-do-patrimonio>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. **Bento Rodrigues, em Mariana, tem igreja tombada pelo Estado**. Belo Horizonte: SECMG, 2018. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/a-secretaria/termo-de-fomento/story/5023-bento-rodrigues-em-mariana-tem-igreja-tombada-pelo-estado>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SILVA, Camila Veras Pessoa da. **Lama, Luto e Luta: A vivência dos atingidos pelo desastre da Samarco e a organização popular no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como estratégia de enfrentamento**. 2017. Dissertação (Mestre em Psicologia Social) – Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19882/2/Camilla%20Veras%20Pessoa%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Maria das Graças e. **Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental”**: o Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social. 2008. Tese (Doutorado

em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9370/1/arquivo376_1.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.

SILVA, Rita de Cássia Portela da. **CDH/FURG**: realização de práticas pedagógicas no âmbito do tratamento, difusão e preservação do patrimônio cultural de Rio 161 Grande. [2010?]. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [2010?]. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br>. Acesso em: 26 jan. 2020.

SILVA, André Fabrício; FAULHABER, Priscila. Bento Rodrigues e a memória que a lama não apagou: o despertar para o patrimônio na (re)construção da identidade no contexto pós-desastre. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 15, n. 1, e20200126, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/gDHGy3dDQz7qfFfLxgZbNSP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2021.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-79CMVL/1/mestrado___fabr_cio_jos__nascimento_da_silveira.pdf. Acesso em: 02 maio 2020.

SOUZA, Carla Gabrieli Galvão. Patrimônio Cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercussões. **REDUnb**, Brasília, n. 7, p. 37-66, 2008.

SOUZA, Elisabete Gonçalves. Sociedade da informação e reestruturação produtiva: crítica à dimensão utilitarista do conhecimento. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n.3,set./dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SOUZA, Natália Marim Bazilio de. **A privatização do desastre socioambiental de Mariana/MG**: alcance e natureza jurídica da Fundação Renova. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SOUZA, Renata Silva. **A Terceirização do trabalho no setor da construção civil na grande Vitória/ES**. 2017. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8748>. Acesso em: 15 set. 2020.

SUPRAM-CM. **Parecer Único SUPRAM-CM Nº 137/2009. Processo Nº 00015/1984/069/2009**. Belo Horizonte: SUPRAM. Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2009. Disponível em: http://www.semamg.gov.br/images/stories/Robson/6.1_samaraco_pu.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

SUPRAM-ZM. **Parecer Único SUPRAM-ZM. Processo Nº 00015/1984/066/2008.** Juiz de Fora: SUPRAM. Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2008. Disponível em: http://200.198.22.171/down.asp?x_caminho=reunioes/sistema/arquivos/material/&x_nome=Samarco_Minera%E7%E3o.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

TAVARES, Joana. **Tragédia mineradora em Mariana, Brasil.** 2015. Disponível em: <http://extractivismo.com/2015/12/tragedia-minera-en-mariana-brasil/>. Acesso em: 9 mar. 2020.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

TEIXEIRA, Lia Canola. **Conservação preventiva de acervos.** Florianópolis: FCC, 2012. 74p. il. 19cm (Coleção Estudos Museológicos, v.1). Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20190653/17105303-conservacao-preventiva.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

TONIZI-REIS, M. F. de C. **Metodologia da pesquisa.** Curitiba: IESDE, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UM MINUTO DE SIRENE E NITRO. Muros antigos de Bento. **A Sirene: para não esquecer**, online, 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em: 27 jul. 2021.

UM MINUTO DE SIRENE E NITRO. Acolhida, esperança e resistência. **A Sirene: para não esquecer**, online, 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed5_agosto_issuu. Acesso em: 27 jul. 2021.

UNESCO. Organização Das Nações Unidas Para A Educação, A Ciência E A Cultura. **O Patrimônio: legado do passado ao futuro.** Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em: 06 nov. 2020.

VIÉGAS, R.N.; PINTO, R.G.; GARZON, L.F.N. **Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; 2014.

VOGT, Olegário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **MÉTIS: história & cultura.** v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/687/498>. Acesso em: 19 maio 2021.

WANDERLEY, L. J. W.; MANSUR, M. S.; PINTO, R. G. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). *In: MILANEZ, B. (Org.); LOSEKANN,*

Cristiana (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. v. 1. 440p. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Milanez-2016-Desastre-no-Vale-do-Rio-Doce-Web.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

XAVIER, Elvis Moreira. A Família do desastre da Samarco: Representações e lutas no contexto das ações da Fundação Renova entre os povos indígenas Tupinikim em Aracruz-ES. *In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS PGCS-UFES*, v. 3, 2018, [s. l]. **Anais [...]**. [s. l], v.3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/21720>. Acesso em: 23 jun. 2021.

XAVIER, Juliana Benício; VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. O trabalho e seus sentidos: a destruição da força humana que trabalha. *In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Milanez-2016-Desastre-no-Vale-do-Rio-Doce-Web.pdf>. Acesso em: 9 set. 2020.

ZORZAL E SILVA, Marta; CAYRES, Domitila Costa; Souza, Luciana Andressa Martins. Inovações institucionais no processo de produção de políticas públicas: o caso do rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. *In: Congresso Brasileiro de Sociologia*, 18., 2017, Brasília. **Anais [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 01 jul. 2021.

APÊNDICE A - AÇÕES DO PROGRAMA 12 (PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA, CULTURAL E ARTÍSTICA) EXECUTADAS PELA FUNDAÇÃO RENOVA NAS REGIÕES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO

Quadro 9 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

Meses	Ano 2016
Setembro	Foi realizada a curadoria das peças que se encontram na reserva técnica da Samarco. Ao todo, 67 peças foram inventariadas no mês. Além disso, outras 67 peças foram resgatadas por meio de prospecção, monitoramento e atividade no interior da igreja.
Outubro	Foi realizada a curadoria das peças que se encontram na reserva técnica da Samarco. Ao todo, 19 peças foram inventariadas no mês. Além disso, outras 19 peças foram resgatadas por meio de prospecção, monitoramento e atividade no interior da igreja.
Novembro	Foi realizada a curadoria das peças que se encontram na reserva técnica da Samarco. Ao todo, 24 peças foram inventariadas no mês. Além disso, outras 24 peças foram resgatadas por meio de prospecção, monitoramento e atividade no interior da igreja. No mesmo período, também foram feitas reuniões com as comunidades de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues, ambas em Minas Gerais, acerca dos bens imateriais.
Dezembro	Em relação aos bens artísticos e integrados dos templos e reserva técnica, foi elaborado o plano de trabalho referente ao contrato de restauração dos bens móveis/integrados e templos, além da adequação da reserva técnica: layout, instalação de mobiliário, estúdio de fotografia, marcenaria e equipamento de laboratório. Começaram também os trabalhos de compilação de dados do acervo e triagem. Houve levantamento cadastral e planialtimétrico das capelas de Paracatu de Baixo (MG) e Gesteira (MG) e respectivo acervo. Em relação ao trabalho de monitoramento dos templos, prospecção, curadoria e educação patrimonial, foi realizada a curadoria de 58 peças sacras, que se encontram na reserva técnica.
Meses	2017
Janeiro	Em relação aos bens artísticos e integrados dos templos e reserva técnica, foram elaborados os trabalhos de compilação de dados do acervo e a primeira triagem, além da reorganização e acondicionamento das peças da reserva técnica. Estão em andamento também os serviços emergenciais in loco nas capelas de Gesteira e Paracatu e nas peças que estão em Germano (MG). Em relação ao trabalho de monitoramento dos templos, prospecção, curadoria e educação patrimonial foi realizado o resgate de 21 peças e atividades promovendo a educação patrimonial (oficinas) junto as escolas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, por meio do projeto Conexão de férias.
Fevereiro	Em relação aos bens artísticos e integrados dos templos e reserva técnica, foi concluída a etapa de identificação e diagnóstico dos projetos das capelas de Paracatu e Gesteira, assim como o inventário de bens integrados e pesquisa histórica. Em relação ao trabalho de monitoramento dos templos, prospecção, curadoria e educação patrimonial, 29 peças foram resgatadas e 46 capacitações técnicas foram realizadas aos diversos públicos.

Quadro 10 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

(continua)

Março	<p>No mês de março, foram resgatadas 24 peças sendo seis em Mariana (MG) e 18 em Gesteira (MG). Também foram realizadas 70 capacitações para diferentes públicos, como empresas terceirizadas, Samarco e comunidade. Além disso, as comunidades de Paracatu, Bento Rodrigues e Gesteira, em Minas Gerais, participaram de encontros sobre bens imateriais, que envolvem cultura e saber. Em Gesteira, foram discutidos temas como medicina popular, bordados, culinária e artesanato em taquara e madeira.</p> <p>Já em Paracatu Bento Rodrigues, a discussão foi em torno das possibilidades de uso da Casa dos Sabres, em Mariana (MG). Concluída a etapa de anteprojeto de arquitetura para restauro das capelas de Santo Antônio em Paracatu de Baixo e Capela de Nossa Senhora Conceição em Gesteira (Barra longa). No mês de março também foi iniciado o inventário de bens móveis e concluída a triagem do acervo, inclusive peças dos museus Arquidiocesano, pertencentes à igreja Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues. Realizada oficina dinâmica “Linha Verde”, aplicada a 28 alunos de Paracatu de Baixo, na escola municipal Paracatu de Baixo, em Mariana, no dia 24 de março. Na reserva técnica, houve concepção das visitas guiadas.</p>
Abril	<p>Em abril, foram resgatadas 14 peças, todas em Bento Rodrigues, em Mariana (MG). Também foram realizadas 25 capacitações sobre restauração, para diferentes públicos, como empresas terceirizadas, Samarco e comunidade. Essas capacitações são realizadas com o intuito de que as pessoas que morem, trabalhem, passem ou estudem nas áreas próximas a passagem da lama sejam capazes de reconhecer peças que devem ser recolhidas e entregues a equipe do programa. No dia 11 de abril, em Mariana, ocorreu oficina com temática arqueológica na Escola Municipal Bento Rodrigues que contou com a participação de professores e alunos do 4º e 5º ano.</p>
Maio	<p>Foram resgatadas nove peças, sendo sete encontradas pela equipe do programa e duas por pessoas das comunidades de Ponte da Gama e Barra Longa (MG). Oitenta pessoas de empresas terceirizadas e da comunidade foram capacitadas em restauração para que sejam capazes de reconhecer peças que devam ser recolhidas e entregues a equipe. Realizada, no dia 31 de maio, na Casa dos Saberes, em Mariana (MG), cerimônia de Coração de Nossa Senhora. O evento foi feito pelas comunidades de Bento e Paracatu, com o apoio da Fundação da Renova.</p>
Junho	<p>Continuidade das ações ligadas à busca de peças sacras e remanescentes da Capela de São Bento e à capacitação de mais 40 trabalhadores e moradores da região. Celebrações e manifestações populares, apoiadas pelo programa, foram realizadas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Barra Longa: Comunidade Morro Vermelho - XVII Festa de Santo Antônio. • Paracatu: Festa de Santo Antônio, padroeiro da localidade. <p>Elaboração de inventário e diagnóstico de restauração da Capela de São Bento e de seus respectivos bens, assim, como serviços emergenciais dos elementos arquitetônicos e estruturais. Anteprojeto arquitetônico da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e dos seus bens integrados. Revisão dos bens imóveis da Capela de São Bento e produção dos inventários dos bens inventário móveis das igrejas Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Mercês e Capela de São Bento. Na Reserva Técnica, foi realizado o tratamento emergencial de 58 peças sacras pertencentes às comunidades impactadas. Os restauradores receberam a visita de vários moradores de Bento Rodrigues e Paracatu, que contribuíram para a identificação das peças e se informaram sobre as ações realizadas. Segue em andamento a formação do Grupo Técnico de Referência com intuito de estabelecer as ações prioritárias e definição das ações que deverão ser realizadas nos bens culturais patrimoniais.</p>

Quadro 11 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

(continua)

<p>Julho</p>	<p>Continuidade das ações de busca por peças sacras e remanescentes da Capela de São Bento, de Bento Rodrigues (MG), e a capacitação de mais 40 trabalhadores e moradores da região.</p> <p>Apoio a realização de celebrações e manifestações, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Festa junina, com quadrilha, em Barra Longa (MG); • Festa junina, com quadrilha, em Gesteira (MG); • Festa junina, com quadrilha, em Paracatu de Baixo (MG); • Duas festas de São Bento, com quadrilha, em Bento Rodrigues (MG). <p>Entrega do anteprojeto arquitetônico das igrejas de Santo Antônio, de Paracatu (MG), Nossa Senhora da Conceição, em Gesteira (MG), e a primeira proposta de São Bento, assim como os Inventários Bens Móveis da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e do plano de manejo de Bento Rodrigues. Tratamento emergencial, na Reserva Técnica, de 89 peças sacras relacionadas às comunidades aqui abarcadas. Os profissionais envolvidos no processo de restauração receberam a visita de vários moradores de Bento Rodrigues e Paracatu, que contribuíram para identificação das peças e se informaram sobre as ações realizadas.</p> <p>A arqueologia desenvolve o monitoramento ininterrupto das igrejas, duas vezes ao dia, com intuito de prezar pela integridade dos bens, observando o estado de conservação e a manutenção das estruturas de proteção. A mesma equipe realiza as prospecções nas áreas impactadas, dentro do Território 1, para a localização de possíveis fragmentos/peças do patrimônio sacro; Elaboração de especificações técnicas para contratação de inventários participativos e diagnósticos dos bens materiais, imateriais e arqueológicos;</p> <p>Formação do Grupo Técnico de Referência, com intuito de estabelecer as ações prioritárias e definição das ações que deverão ser realizadas nos bens culturais patrimoniais.</p>
<p>Agosto</p>	<p>Na antiga Bento Rodrigues (MG), uma tenda de proteção foi montada nas ruínas da Capela de São Bento. Também continuaram as buscas por peças sacras remanescentes da Capela e o diálogo com os 80 trabalhadores e moradores da região, que estão ajudando no processo. Na Reserva Técnica, 216 peças sacras relacionadas às comunidades atingidas receberam tratamento emergencial. Os profissionais envolvidos no processo de restauração receberam visita dos moradores das cidades mineiras de Bento Rodrigues e Gesteira, que contribuíram na identificação das peças.</p> <p>As atividades realizadas foram apresentadas à Câmara Técnica, que deu aval para as próximas ações, as bases técnicas e o Termo de Referência para o Patrimônio Imaterial do Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística. As requisições técnicas para contratação de inventários participativos e diagnósticos dos bens materiais, imateriais e arqueológicos e para a continuidade das atividades da Reserva Técnica de Mariana (MG) foram finalizadas. O Grupo Técnico de Referência se reuniu pela primeira vez para definir as prioridades e as demais ações de preservação cultural.</p> <p>Participaram representantes das comunidades atingidas, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), de secretarias municipais, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).</p>

Quadro 12 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

(continua)

Setembro	<p>Continuidade das buscas por peças sacras e remanescentes da Capela de São Bento, de Bento Rodrigues (MG). Mais 70 trabalhadores e moradores da região foram capacitados e uma tenda de proteção foi construída sobre as ruínas de São Bento. Na Reserva Técnica, foi realizado o tratamento emergencial de 49 peças sacras relacionadas às comunidades aqui abarcadas, mais o processamento de todo material (fichas, acondicionamento, mapeamento, organização).</p> <p>Os profissionais envolvidos no processo de restauração receberam visita dos moradores de Bento Rodrigues e Gesteira, que contribuíram para identificação das peças e se informaram sobre as ações realizadas. Na segunda reunião do Grupo Técnico de Referência, a temática discutida foi o Patrimônio Imaterial. A Fundação Renova apresentou ao Ministério Público de Minas Gerais e Federal, aos moradores de Bento Rodrigues, Gesteira, Paracatu de Baixo, Ponte do Gama, em Minas Gerais, e à Assessoria Técnica Cáritas as ações realizadas e em andamento, sendo ainda expostas as ações previstas. Ao final desta reunião, os participantes, principalmente os atingidos e a assessoria, elaboraram um questionário com dúvidas para que a Fundação Renova responda.</p>
Outubro	<p>Continuidade às ações ligadas à busca das peças sacras e remanescentes da Capela de São Bento e à capacitação de mais 108 trabalhadores e moradores da região. Na Reserva Técnica, foi realizada higienização de 91 peças, com predominância das que compõem o retábulo e a balaustrada da Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Gesteira. Também foram produzidas 53 fichas de identificação e indicação de tratamento das peças, sendo 41 de Paracatu e 12 de Bento Rodrigues.</p>
Novembro	<p>A equipe de arqueologia e conservação realizou a retirada do rejeito que estava concentrado abaixo das campas da Capela de São Bento. Este trabalho resultou em dois relatórios: um sobre todo procedimento adotado e os resultados alcançados pelos arqueólogos; outro relatório sobre o trabalho realizado pela equipe de restauradores/conservadores de limpeza de todas as peças em madeira. Houve também a finalização do projeto de restauração e conservação dos remanescentes.</p> <p>Na Reserva Técnica foi realizada a desinfestação de todas as peças que compõem o acervo, com exceção de peças estruturais de grande porte. Foram realizadas 267 fichas de identificação e tratamento, sendo 118 referentes à Capela de São Bento, 60 da Capela de Santo Antônio e 89 da Capela de Nossa Senhora da Conceição. As peças sacras da Capela de Nossa Senhora da Conceição (Gesteira) estavam armazenadas na Casa Paroquial em Barra Longa.</p> <p>As equipes de restauradores / conservadores, em conjunto com a equipe de segurança da Renova e a Polícia Militar, realizaram o traslado das peças para a Reserva Técnica e executaram os primeiros procedimentos de conservação. Em novembro, a Reserva Técnica recebeu vários visitantes, dentre eles representantes da imprensa, de fundações, empresas e institutos diversos. Foram 42 visitantes de comunidades atingidas.</p>
Dezembro	<p>Foram finalizados os projetos executivos de restauração e requalificação das Capelas de Nossa Senhora das Mercês (Bento Rodrigues), de Santo Antônio (Paracatu de Baixo) e de Nossa Senhora da Conceição (Gesteira), em Minas Gerais. Foi feito o traslado das peças que pertencem ao acervo da Capela de Nossa Senhora da Conceição, que se encontravam na Casa Paroquial de Barra Longa (MG). Também foram transferidas para a Reserva Técnica 17 peças pertencentes à Capela de Nossa Senhora da Conceição e 116 peças pertencentes às Capelas de Nossa Senhora das Mercês e São Bento, ambas de Bento Rodrigues e da Capela de Santo Antônio.</p>

Quadro 13 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

(continua)

Meses	2018
Janeiro	<p>Teve continuidade, em janeiro, a manutenção das antigas capelas com a vistoria dos tapumes. Uma tenda provisória foi instalada na Capela de São Bento em substituição à anterior, danificada devido aos ventos intensos na região. A Fundação Renova está conduzindo o processo concorrencial para definir as empresas que continuarão os trabalhos voltados aos patrimônios imateriais e arqueológicos na Reserva Técnica.</p>
Fevereiro	<p>Foi iniciada a reforma no imóvel que abrigará a Casa dos Saberes, em Mariana (MG). Também foi realizado o levantamento e avaliação das demandas do time de futebol Barralenguense para continuidade dos treinos dos times. Com o objetivo de preparar atividades de formação musical no Museu da Música de Mariana, aconteceu uma reunião no Museu para planejar atividades a serem realizadas em março. Foi dada a responsabilidade ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), pela Arquidiocese de Mariana, em Minas Gerais, de aprovação técnica dos projetos de restauro das capelas antigas.</p>
Março	<p>Atendendo a uma solicitação da comunidade de Bento Rodrigues (MG), a Fundação Renova instalou um piso móvel nos remanescentes da Capela de São Bento, para que o local seja utilizado durante as manifestações religiosas. No período, também foram iniciados os projetos de restauração da Igreja Matriz de São José de Botas e do Hotel Xavier, em Barra Longa. Foi acordado com a Arquidiocese de Mariana e com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) as diretrizes para aprovação dos projetos de restauração de bens imóveis, móveis e integrados. Para o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), foi entregue um dossiê contendo todos os trabalhos realizados na área de Patrimônio Cultural (material e arqueológico). A Reserva Técnica recebeu a visita de representantes da ONU Meio Ambiente. Eles foram apresentados às metodologias adotadas pelo programa e ações previstas para serem trabalhadas com as comunidades.</p> <p>O espaço passou a contar, em março, com câmeras anóxicas (câmeras sem presença de oxigênio) para o tratamento e conservação de bens em suporte de madeira, tecido e papel. Sobre as ações de salvaguarda, foi realizado um encontro com a Folia de Reis de Paracatu para identificação das demandas do grupo, assim como a definição das ações para promoção, valorização e continuidade dessa forma de expressão cultural. Os integrantes da Folia também estiveram no Museu da Música, onde participaram de uma aula de canto e decidiram por realizar um próximo encontro em abril, em Águas Claras (MG).</p> <p>Na abertura do projeto de musicalização para as comunidades atingidas, o Museu da Música recebeu os membros da comunidade de Paracatu de Baixo (MG), que conheceram o local e assistiram a uma apresentação musical.</p> <p>A comunidade de Gesteira também esteve no museu, quando assistiu à apresentação do professor Vítor Gomes e recebeu uma explicação sobre como serão as aulas semanais da comunidade. A Fundação apoiou, com infraestrutura, a celebração da Semana Santa de Bento Rodrigues. Foram fornecidos gerador, água potável, abastecimento da caixa d'água da Igreja das Mercês, banheiros químicos, limpeza das vias e montagem de tenda e piso nas ruínas da Igreja de São Bento.</p>

Quadro 14 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

(continua)

Abril	<p>As empresas Gema Arquitetura e Engebio foram mobilizadas para execução de projetos de restauração dos imóveis tombados ou inventariados de Barra Longa. O objetivo da atividade é mitigar os impactos causados pelo aumento de tráfego de veículos e equipamentos, utilizados na retirada de rejeito. Nesse período também foi feita a revisão do EPIC/RIPC do Reassentamento de Bento Rodrigues. Começaram, ainda, as atividades para obtenção dos altares das novas igrejas nos reassentamentos, trabalho que contou com a mobilização dos padres e das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.</p> <p>Padres e moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo também foram envolvidos na definição das diretrizes para o desenvolvimento de projetos das novas capelas e altares das novas igrejas. O plano de trabalho para restauração das ruínas da Casa Jardim, em Mariana, também está sendo discutido. Foram instaladas, ainda, câmaras anóxicas para eliminar a contaminação de fungos e bactérias em peças sacras armazenadas na Reserva Técnica. Através dessa técnica, os bens sacros são colocados em bolhas de plástico, de onde é retirado o oxigênio e introduzido o nitrogênio.</p>
Maio	<p>A empresa Cantaria foi contratada para realizar atividades de restauração e educação patrimonial na Reserva Técnica. Já a empresa Lume foi contratada para fazer o monitoramento, diagnóstico e plano de ações dos bens arqueológicos. Representantes da Unesco também realizaram uma visita para tratar assuntos de cooperação técnica na área de patrimônio cultural. A atividade é uma alternativa para contribuir na adesão, pela comunidade de Mariana, do diagnóstico de bens imateriais.</p> <p>Também começaram, em Barra Longa, os projetos de restauração em parceria com o programa 10, que contaram com participação da igreja Matriz de São José, residência Antônio Trindade, João de Freitas, José Lanna e hotel Xavier. Foi prestado, ainda, apoio técnico de restauração arquitetônica (Fazenda Floresta e Casa Jardim) e de arqueologia (Licenciamento ambiental e Reassentamento) para outros programas da Fundação. Foram realizadas, ainda, capina e limpeza nas Capelas de Mercês e Santo Antônio.</p>
Junho	<p>O Programa realizou uma reunião para início dos trabalhos da empresa que realizará o diagnóstico das referências culturais das comunidades atingidas em Mariana, Barra Longa, Santa Cruz e Rio Doce. O Programa foi aprovado pelo Comitê Interfederativo.</p>
Julho	<p>Foi definida a estratégia de entrada em campo da empresa Estilo Nacional para abertura do diagnóstico de referências culturais, em que será elaborado um diagnóstico contendo a identificação dos bens intangíveis e a classificação dos impactos causados sobre os mesmos, visando, em última análise, sanar aqueles diretamente ligados ao rompimento barragem de Fundão. Serão atendidos por esse escopo as seguintes localidades atingidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em Mariana: Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras, Borba e Campinas; • em Barra Longa: distrito-sede, Barreto e Gesteira; • em Santa Cruz do Escalvado: Nova Soberbo, Vianas, Florestinha, Pedra do Escalvado, Jerônimo e Merengo; • em Rio Doce: distrito-sede, Matadouro e Santana do Deserto. <p>No mês de julho também foi disponibilizada a infraestrutura para a celebração da Festa de São Bento, em Bento Rodrigues. A festividade é um momento singular na comunidade, em razão de celebrarem o padroeiro, e também configura ritual político de afirmação da memória dos atingidos e sua vinculação à área de origem.</p>

Quadro 15 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

(continua)

Agosto	Aprovado o Termo de Referência, para contratação da assistência técnica para a Arquidiocese de Mariana, a qual coordenará as ações previstas. A Contratada deverá fazer a interface com as comunidades eclesiais atingidas, incluindo apresentações nos Grupos de Trabalho, e com a equipe técnica da Fundação Renova.
Setembro	Aprovado o Termo de Referência, para contratação da assistência técnica para a Arquidiocese de Mariana, a qual coordenará as ações previstas. A Contratada deverá fazer a interface com as comunidades eclesiais atingidas, incluindo apresentações nos Grupos de Trabalho, e com a equipe técnica da Fundação Renova.
Outubro	<p>Realização da oficina de Mapa de Percepção com a comunidade de Paracatu de Baixo, em Mariana, no dia 05/10, marcando a abertura do diagnóstico de referências culturais nessa comunidade. A oficina também foi realizada no distrito de Borba (Mariana), no dia 09/10. Aprovação do aluguel do campo de futebol em Gesteira, distrito de Barra Longa, em 26/10, com o objetivo de atender a comunidade e dar continuidade à prática da atividade esportiva. Finalização de 12 projetos de bens móveis pela Cantaria.</p> <p>Dentre eles, está a Nossa Senhora da Conceição, solicitação antiga da comunidade de Gesteira. Organização do banco de dados de Arqueologia da Fundação Renova e prospecção de novos sítios, como parte das atividades que integram o Diagnóstico de Bens Arqueológicos. Execução dos projetos básicos de restauração de imóveis de Barra Longa. Entre as edificações, estão: Igreja Matriz, Hotel Xavier, Residência José Lana, Residência Antônio Trindade e João de Freitas.</p> <p>Principais agendas do mês: No dia 12/10, organização da Festa de Nossa Senhora Aparecida em Ponte do Gama, Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues. Acompanhamento das Festas de Nossa Senhora Aparecida em Campinas e Ponte do Gama, no dia 12/10, e em Pedras, no dia 20/10. Acompanhamento da Guarda de Congado em Santana do Deserto, em 13/10, e do encontro de Cavaleiros em Matadouro, em 20/10 — ambos no distrito do Rio Doce. Acompanhamento das oficinas de Mapa de Percepção e Rotinas Diárias em Borba e Paracatu de Baixo (distritos de Mariana); em Viana, Jerônimo, Pedra do Escalvado e Florestinha (distritos de Santa Cruz do Escalvado); e em Matadouro (distrito de Rio Doce).</p>
Novembro	No dia 09/11, foram protocolados doze projetos de bens móveis no IEPHA, sendo um já aprovado. Em 30/11, foram contratados três jovens das comunidades atingidas (um de Paracatu de Baixo e dois de Bento Rodrigues) para atuação nas primeiras etapas do processo de restauração das peças catalogadas. Análise de três sítios arqueológicos na região de Mariana com o objetivo de identificar a necessidade de um plano de salvaguarda. Monitoramento arqueológico das obras de Candonga e educação patrimonial com os colaboradores que atuam na obra. Realização de oficinas para desenvolvimento do diagnóstico de referências culturais.
Dezembro	Realização da Festa de Nossa Senhora da Conceição, em Gesteira, com a disponibilização de infraestrutura necessária para a organização do festejo, incluindo a realização de cinema na quadra para a comunidade. Aprovação dos projetos de restauração dos imóveis de Barra Longa pelo COMPAC (Conselho Municipal do Patrimônio Cultural).

Quadro 16 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

(continua)

Meses	2019
Fevereiro	<p>Finalização de cinco projetos de restauração de bens imóveis em Barra Longa (Igreja Matriz, Hotel Xavier e três residências tombadas). Finalização de 35 projetos de restauração de bens móveis sacros (que estão na Reserva Técnica) para envio ao IEPHA, para aprovação. Há 80 projetos de restauração aprovados no IEPHA aguardando a autorização da Arquidiocese para iniciar restauro. Finalização do levantamento das referências culturais das comunidades de Mariana, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.</p> <p>Contratação de três jovens (dois de Bento e um de Paracatu) para trabalhar como jovens aprendizes na Reserva Técnica.</p>
Março	<p>Finalizados 30 projetos de restauração de bens móveis sacros (que estão na Reserva Técnica em Mariana), aguardando aprovação do IEPHA. Realizado encontro cultural de Paracatu de Baixo. Presença de 217 moradores da comunidade para oficinas de impacto às manifestações culturais, no âmbito do Diagnóstico de Referências Culturais.</p>
Abril	<p>Finalizada a fase de identificação do Diagnóstico de referências culturais nos municípios de Mariana, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Ponte Nova. Aprovado no IEPHA 30 projetos de restauração de bens móveis sacros (Reserva técnica de Mariana).</p>
Maio	<p>Projeto Restauração/Requalificação das Capelas Atingidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 31/05/19, foi concluída a contratação de assistência técnica pela Arquidiocese de Mariana para validar os projetos já finalizados de restauração de bens móveis, projetos de restauração das quatro capelas atingidas e os projetos das capelas dos reassentamentos. <p>Projeto de Diagnóstico de Referências Culturais e Plano de Salvaguarda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 24/05/2019, foram concluídas as oficinas de identificação do Diagnóstico de Referência Culturais em Bento Rodrigues. • Não foi realizada a fase de identificação do Diagnóstico de referências culturais previsto para a comunidade de Gesteira. Inviabilidade de realizar as oficinas previstas devido à não autorização de entrada por parte da comunidade. Alinhamento sendo feito junto à comunidade com a equipe de Diálogo. <p>Processo dos bens de natureza material:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 16/05/19, foi concluído o kick-off das obras de restauro de bens imóveis em Barra longa. • Em 31/05/19, realização do procedimento de restauro de duas peças históricas na Reserva Técnica.

Quadro 17 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

(continua)

Junho	<p>Projeto Restauração/Requalificação das Capelas Atingidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não foi iniciada a revisão dos projetos de restauro pela assistência técnica contratada pela Arquidiocese de Mariana dos projetos já finalizados de restauração de bens móveis, projetos de restauração das quatro capelas atingidas e os projetos das capelas dos reassentamentos. O atraso é devido à falta de disponibilidade na agenda da Arquidiocese de Mariana para definição do plano de trabalho. <p>Projeto de Diagnóstico de Referências Culturais e Plano de Salvaguarda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 18/06/2019, foi concluída a etapa de identificação do Diagnóstico de Referências Culturais. • Não foi realizada a fase de identificação do Diagnóstico de Referências Culturais previsto para a comunidade de Gesteira. Inviabilidade de realizar as oficinas previstas devido à não ambiência para discussão junto à comunidade. <p>Processo dos bens de natureza material:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 28/06/19, foi realizado procedimento de restauro nas seguintes peças históricas na Reserva Técnica de Mariana (pertencentes à capela de Nossa Senhora das Mercês): imagens de São José, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora de Nazaré, Santo Antônio.
Julho	<p>Projeto Restauração/Requalificação das Capelas Atingidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 29/07/19, iniciada a revisão dos projetos de restauro pela assistência técnica contratada pela Arquidiocese de Mariana. Contemplam os projetos já finalizados de restauração de bens móveis, projetos de restauração das quatro capelas atingidas e os projetos das capelas dos reassentamentos. <p>Processo dos bens de natureza material:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 31/07/19, realização do procedimento de restauro em 5 peças na Reserva Técnica de Mariana, associadas às Capelas de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio. • Em 01/07/19, início da obra de restauro do Hotel Xavier em Barra Longa, como parte do projeto de restauração dos bens imóveis.
Agosto	<p>Projeto de Diagnóstico de Referências Culturais e Plano de Salvaguarda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 16/08/19, término da etapa de aprofundamento do Diagnóstico de Referências Culturais. Após a conclusão do diagnóstico, será definido o Plano de Salvaguarda, a ser implementado nas comunidades. <p>Processo dos bens de natureza material:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 30/08/19, foi realizado o procedimento de restauro em seis peças na Reserva Técnica de Mariana, associadas às Capelas de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Conceição, São Bento e Santo Antônio.

Quadro 18 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

(continua)

Setembro	<p>Processo dos bens de natureza material:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 30/09/19, conclusão do procedimento de restauro em quatro peças na Reserva Técnica de Mariana, associadas às Capelas de Santo Antônio e Nossa Senhora da Conceição. <p>Processo de fomento às atividades esportivas, de lazer, culturais e artísticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Copa Barra Longa de Futebol teve início no mês de setembro, porém, o repasse do recurso previsto está em fase de negociação junto ao Clube Barralenguense. <p>Processo dos bens de natureza material:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A conclusão do livro da Folia de Reis para a comunidade de Paracatu de Baixo foi postergada para o mês de dezembro, devido a uma mudança de estratégia pela equipe técnica. Assim, a publicação ocorrerá de forma conjunta com os livros de outras comunidades.
Outubro	<p>Processo dos bens de natureza material</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 31/10, conclusão do procedimento de restauro em vinte e quatro peças na Reserva Técnica de Mariana, associadas às Capelas de Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora das Mercês. <p>Projeto de Diagnóstico de Referências Culturais e Plano de Salvaguarda</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 29/10, conclusão do Diagnóstico de Referências Culturais para os municípios de Mariana, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce, Barra Longa e Ponte Nova. <p>Processo de Fomento às atividades esportivas, de lazer, culturais e artísticas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A formalização do cancelamento do apoio à Copa Barra Longa de Futebol está em fase de negociação junto ao Clube Barralenguense.
Novembro	<p>Projeto de Diagnóstico de Referências Culturais e Plano de Salvaguarda</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 02/11, conclusão do apoio com estrutura de suporte à realização de missa dos finados na Capela de Nossa Senhora das Mercês, em Gesteira. • Em 05/11, conclusão do apoio com estrutura de suporte à realização de missa na Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Gesteira. <p>Processo de Fomento às atividades esportivas, de lazer, culturais e artísticas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 11/11, conclusão do cancelamento do apoio à Copa Barra Longa de Futebol junto ao Clube Barralenguense.

Quadro 19 – Ações previstas no Programa 12 e executadas pela Fundação Renova nas regiões atingidas entre 2016 a 2019

(continua)

Dezembro	<p>Projeto Restauração / Requalificação das Capelas Atingidas</p> <p>A validação dos projetos de restauro das capelas atingidas pela assistência técnica e aprovação junto à arquidiocese de Mariana não foi realizada. Causa: atraso na contratação de assistência técnica para revisão dos projetos de restauro. Contramedida: concluir processo de revisão dos projetos pela assistência técnica e submeter para aprovação junto à arquidiocese de Mariana.</p> <p>Processo dos bens de natureza material.</p> <p>Conclusão do procedimento de restauro em 74 peças na Reserva Técnica de Mariana, associadas às Capelas de Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Mercês e São Bento.</p> <p>Aprovação de 74 projetos de restauro de bens móveis junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA).</p> <p>O início das demais obras de restauro de bens imóveis em Barra Longa, previsto no relatório CIF anual 2018 para o exercício 2019, não foi realizado. Causa: atraso na entrega dos projetos de restauro dos bens imóveis devido ao desempenho abaixo do esperado de uma das empresas de engenharia contratada. Contramedida: transferido escopo dos projetos em andamento para empresa de engenharia com melhor desempenho.</p> <p>Processo de Fomento às atividades esportivas, de lazer, culturais e artísticas.</p> <p>Apoio com aluguel para atividades esportivas em Mariana e Barra Longa.</p> <p>Apoio com estrutura para manifestações culturais nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce.</p>
----------	---

Fonte: Autoria própria (2020).